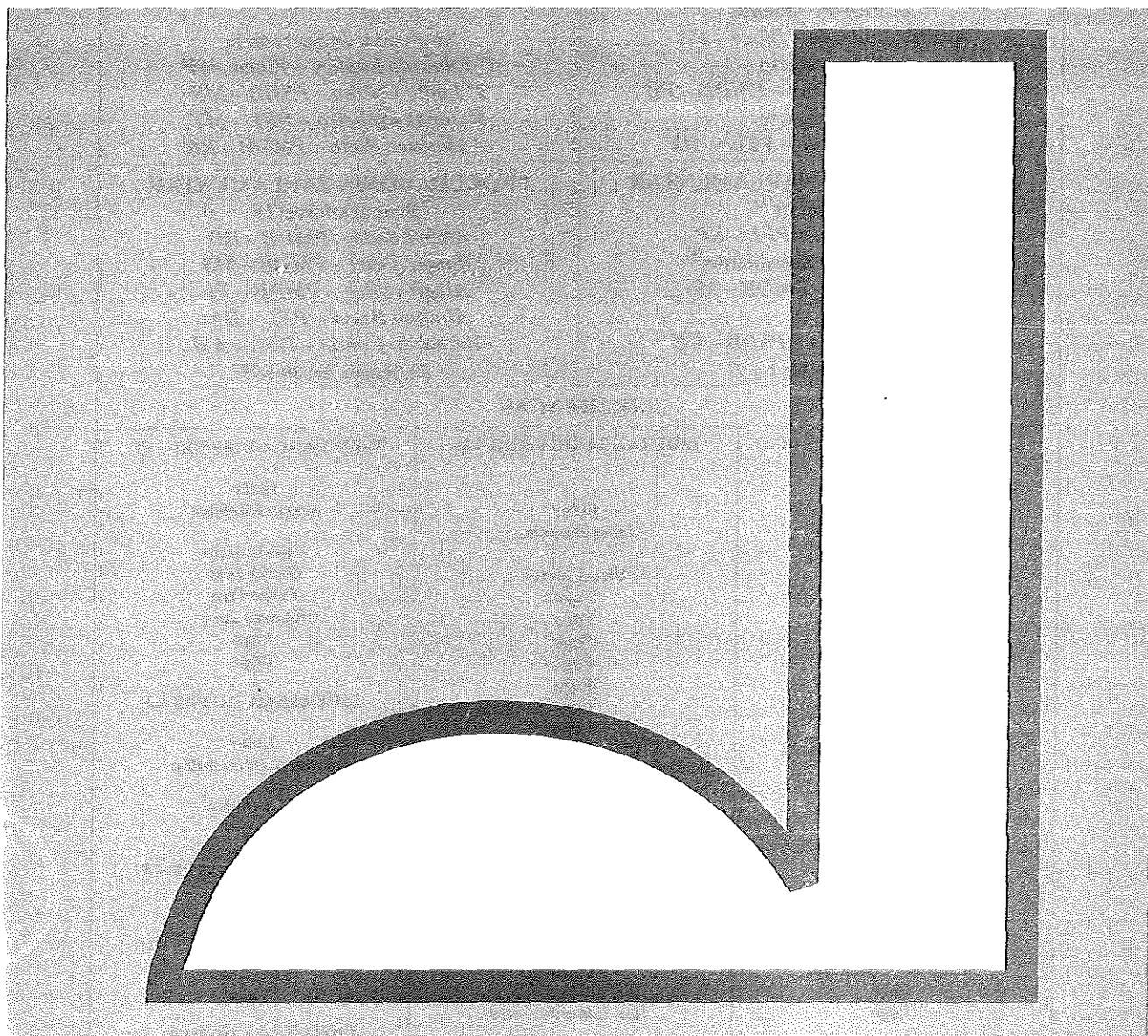




EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 178      QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1999      BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p><b>Presidente</b>  <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i>  <b>1º Vice-Presidente</b>  <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i>  <b>2º Vice-Presidente</b>  <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i>  <b>1º Secretário</b>  <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i>  <b>2º Secretário</b>  <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p><b>3º Secretário</b>  <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i>  <b>4º Secretário</b>  <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1º</b> <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i>  <b>2º</b> <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i>  <b>3º</b> <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i>  <b>4º</b> <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Corregedor<sup>(1)</sup></b>  <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i>  <b>Corregedores Substitutos<sup>(1)</sup></b>  <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>  <b>Vago</b>  <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>  <b>(1) Reeitos em 2-4-97</b></p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Procuradores<sup>(2)</sup></b>  <i>Amir Lando – PMDB – RO</i>  <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>  <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i>  <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i>  <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i>  <b>(2) Designação: 30-6-99</b></p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>José Roberto Arruda</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL – 21</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Hugo Napoleão</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Edison Lobão</i>  <i>Francelino Pereira</i>  <i>Romeu Tuma</i>  <i>Eduardo Siqueira Campos</i>  <i>Mozarildo Cavalcanti</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB – 26</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Jader Barbalho</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Marina Silva</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Sebastião Rocha</i>  <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 13</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Sérgio Machado</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Osmar Dias</i>  <i>Pedro Piva</i>  <i>Romero Jucá</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB – 3</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p><b>Vice-Líder</b>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Paulo Hartung</i></p> <p><b>Vice-Líder</b>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB – 1</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i>  Diretor-Geral do Senado Federal  <i>Claudionor Moura Nunes</i>  Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações  <i>Júlio Werner Pedrosa</i>  Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Correio Silva</i>  Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal  <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i>  Diretora da Subsecretaria de Ata  <i>Denise Ortega de Baere</i>  Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

---

## SUMÁRIO

---

### CONGRESSO NACIONAL

#### 1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 125, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul. ....	30430
Nº 126, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio FM Pampa Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.....	30430
Nº 127, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio e Televisão Columbia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.....	30430
Nº 128, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Difusora Guararapes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.....	30430

### SENADO FEDERAL

#### 2 – RESOLUÇÃO

Nº 58, de 1999, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. .	30431
--	-------

#### 3 – ATA DA 157ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1999

##### 3.1 – ABERTURA

##### 3.2 – EXPEDIENTE (\*)

##### 3.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 206, de 1999 (nº 1.663/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto

de Lei nº 12, de 1999-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito especial até o limite de um milhão, cento e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.859, de 8 de novembro de 1999.....

30432

Nº 207, de 1999 (nº 1.664/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 15, de 1999-CN, que abre aos Orça-

mentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de doze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 9.860, de 8 de novembro de 1999. ....	30432		
Nº 208, de 1999 (nº 1.665/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 1999-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de onze milhões de reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 9.861, de 8 de novembro de 1999. ....	30432		
Nº 209, de 1999 (nº 1.666/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Educação, crédito especial no valor global de quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e onze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.862, de 8 de novembro de 1999. ....	30432		
Nº 210, de 1999 (nº 1.667/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de dois milhões, cento e cinquenta e sete mil e trezentos reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos, sancionado e transformado na Lei nº 9.863, de 8 de novembro de 1999. ....	30432		
Nº 211, de 1999 (nº 1.668/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 1999-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor das companhias que menciona, crédito suplementar até o limite de vinte milhões, quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.864, de 8 de novembro de 1999. ....	30433		
Nº 212, de 1999 (nº 1.669/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 1999-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial no valor de seiscentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.865, de 8 de novembro de 1999. ....	30433		
		(*) <b>Leitura de pareceres após a Ordem do Dia (Item 3.3.1)</b>	
		<b>3.2.2 – Leitura de requerimento</b>	
		Nº 691, de 1999, de autoria do Senador Irls Rezende, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. ....	30433
		<b>3.2.3 – Leitura de projeto</b>	
		Projeto de Lei do Senado nº 619, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Estado de Espírito Santo. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. ....	30434
		<b>3.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição</b>	
		Nº 85, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que dispõe sobre a idade mínima do menor para o trabalho. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ..	30434
		<b>3.2.5 – Comunicações da Presidência</b>	
		Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 418, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que inclui o Porto de Regência, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação, aprovado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. À Câmara dos Deputados. ....	30436
		Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 585, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera dispositivos da Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados. ....	30436
		Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1999 (nº 4.736/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501, de 17 de junho de 1986, e dá outras providências. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente. ....	30436
		<b>3.2.6 – Discursos do Expediente</b>	
		SENADOR ERNANDES AMORIM – Críticas à política de privatização brasileira e ao favorecimento às empresas estrangeiras pelo BNDES. ....	30436

**SENADOR GERALDO MELO** – Justificativas a projeto de lei de autoria de S.Exa, lido na sessão de ontem, que regulamenta o processo de privatização das empresas de abastecimento de água, esgoto e saneamento. .... 30440

**SENADOR MAGUITO VILELA** – Importância da Comissão de Erradicação da Pobreza para combate à fome. Necessidade de conciliação entre os governadores do Distrito Federal e do Estado de Goiás para início das obras de abastecimento de água na região do entorno. Apelo ao Governador Marconi Perillo para retomada dos programas sociais no Estado de Goiás. .... 30443

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Indagações ao Presidente do Banco Central, Arnóbio Fraga, sobre a criação de formas de controle dos fluxos de capitais. .... 30447

**SENADOR OSMAR DIAS** – Intenção de encaminhar requerimento à Mesa, para instalação de comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as irregularidades no credenciamento de bingos. .... 30448

**SENADORA EMILIA FERNANDES** – Registro da realização da 45ª Feira do Livro na cidade de Porto Alegre/RS. .... 30449

### 3.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviços de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. .... 30450

### 3.2.8 – Leitura de requerimentos

S/Nº/99-CN, da Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 37/99-CN, destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, solicitando a prorrogação dos seus trabalhos até o dia 18 de novembro do corrente ano, em razão de precisar do referido prazo apenas para o recebimento de sugestões ao Relatório Final. À publicação. .... 30451

Nº 692, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998, seja desapensado dos Projetos de Lei da Câmara nºs 63 e 99, de 1996, por versarem sobre matéria distinta (Instituição do Programa Nacional de Apoio à Infância) daquela tratada por esses projetos. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. .... 30451

### 3.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

**SENADOR HUGO NAPOLEÃO**, como Líder – Regozijo pelo retorno do 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima. .... 30452

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Associa-se aos votos de regozijo pelo retorno do Senador Ronaldo Cunha Lima. .... 30452

### 3.2.10 – Ofício

Nº 143/99, de 10 do corrente, do Senador Paulo Hartung, solicitando à Mesa do Senado a republicação do texto do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 1999, de sua autoria, que altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, atualizando o conceito de terrenos de marinha. **Deferido.** .... 30452

### 3.3 – ORDEM DO DIA

#### Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995-A ( Substitutivo da Câmara dos Deputados) (nº 472-B/97, naquela Casa), tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias). **Usam da palavra** no terceiro dia de discussão, em primeiro turno, os Srs. Artur da Távola, José Fogaça, Álvaro Dias e Antonio Carlos Valadares. .... 30454

#### Item 2

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1 – CAE)**, ficando prejudicado o projeto. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar, tendo o Senador Luiz Estevão declarado voto da tribuna. (**Votação nominal**) ..... 30459

#### Item 3

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, que regulamenta o inciso I, do § 1º, do art. 43 da Constituição Federal. (Redução de desigualdades regionais). **Discussão adiada** para a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 693, de 1999. .... 30461

#### Item 4

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1999-Complementar (nº 149/97-Complementar, na Casa de origem), que define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências. **Aprovado.** À Câmara dos Deputados. .... 30462

#### Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1998 (nº 449/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia Ltda. para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**, com abstenções da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final. .... 30463

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1998 (**Parecer nº 936, de 1999-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. .... 30463

#### Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1998 (nº 540/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa, Estado de São Paulo. **Aprovado**, com abstenções da Sra. Marina Silva, dos Srs. José Eduardo Dutra, Geraldo Cândido, da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final. .... 30464

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1998 (**Parecer nº 937, de 1999-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. .... 30464

#### Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1998 (nº 543/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**, com abstenções da Sra. Marina Silva, dos Srs. José Eduardo Dutra, Geraldo Cândido, da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final. .... 30465

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1998 (**Parecer nº 938, de 1999-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. .... 30465

#### Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1998 (nº 566/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado**, com abstenções da Sra. Marina Silva, dos Srs. José Eduardo Dutra, Geraldo Cândido, da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final. .... 30465

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1998 (**Parecer nº 939, de 1999-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. .... 30466

#### Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (nº 31/99, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, quórum e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final. .... 30466

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (**Parecer 940, de 1999-CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 694, de 1999. À promulgação. .... 30466

#### 3.3.1 – Pareceres

Nºs 941 e 942, de 1999, das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (nº 1.527, de 1999, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. .... 30468

#### 3.3.2 – Comunicações da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 17 do corrente, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente, tramitando em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal. .... 30519

Lembrando aos Srs. Senadores que a sessão do próximo dia 16 do corrente será deliberativa ordinária, porém a Ordem do Dia será dedicada aos trabalhos da Comissão de Erradicação da Pobreza. .... 30519

#### 3.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JADER BARBALHO – Comentários à matéria da Revista **IstoÉ – Dinheiro**, segundo a qual o banqueiro Ezequiel Nasser, teria remetido dólares ilegalmente às Bahamas. Indignação com a resposta do Banco Central a requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro. .... 30519

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esclarece as providências que adotará junto ao Presidente do Banco Central do Brasil. .... 30520

SENADORA MARINA SILVA – Comentários ao Relatório da Comissão de Erradicação da Pobreza. Necessidade de assegurar recursos no Orçamento da União para a efetiva aplicação das medidas sugeridas pela Comissão. .... 30520

SENADORA HELOÍSA HELENA – Comentários ao artigo "A máfia oculta", do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje. .... 30524

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Necessidade de reformulação no setor de saneamento básico. .... 30526

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Registro do Dia Nacional de Luta, Paralisação e Protesto, patrocinado pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania. .... 30529

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Registro da expulsão, pelo Partido Progressista Brasileiro, do Deputado Estadual José Gerardo, do Maranhão. .... 30531

**3.3.4 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos portadores de necessidades especiais, notadamente as necessidades educacionais. .... 30531

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Apoio ao pronunciamento do Presidente da República no sentido de que toda a nação se una contra a criminalidade. .... 30532

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Abordagem sobre futuro do abastecimento de água potável no Brasil e no mundo, por ocasião do encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas – ANA. .... 30533

**3.3.5 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia designada. .... 30534

**3.4 – ENCERRAMENTO**

**4 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Carlos Bezerra, proferido na sessão do dia 9-11-99. .... 30536

**5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 10-11-99.**

**6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nº 2.290, de 1999, referente ao servidor Luiz Izidio de Sousa. .... 30542

Nº 2.291, de 1999. .... 30543

Apostila referente à aposentadoria do servidor José de Alencar da Mata. .... 30544

**7 – TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

**8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 1999

**Aprova o ato que renova a concessão da "Rádio Osório Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de janeiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da "Rádio Osório Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1999. –  
**Antonio Carlos Magalhães, Presidente.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 1999

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio FM Pampa Bagé Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.080, de 16 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 5 de abril de 1994, a permissão outorgada a "Rádio FM Pampa Bagé Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1999. –  
**Antonio Carlos Magalhães, Presidente.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 1999

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio e Televisão Columbia Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.031, de 27 de agosto de 1996, que renova por dez anos, a partir de 23 de junho de 1993, a permissão outorgada a "Rádio e Televisão Columbia Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1999. –  
**Antonio Carlos Magalhães, Presidente.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 1999

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Difusora Guararapes Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.074, de 16 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada a "Rádio Difusora Guararapes Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1999. –  
**Antonio Carlos Magalhães, Presidente.**

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

### RESOLUÇÃO

Nº 58, DE 1999

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Projeto de Promoção da Saúde dos Animais e das Plantas – Prosav, cuja execução competirá à Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil / Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird;

III – executor: Secretaria de Defesa Agropecuária;

IV – valor total: US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos);

V – juros: até 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acima da Libor semestral para dólares norte-americanos, incidentes sobre o valor do principal do empréstimo a partir de cada desembolso;

VI – comissão de compromisso: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de sessenta dias após a data de cada desembolso;

VII – prazo para desembolso: 31 de dezembro de 2003;

VIII – condições de pagamento:

a) do principal: em vinte prestações semestrais, consecutivas e iguais, no valor de US\$2,200,000.00 (dois milhões e duzentos mil dólares norte-americanos) cada, vencíveis, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2004 e a última em 15 de novembro de 2013;

b) dos juros: semestralmente vencidos, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

c) da comissão de compromisso: semestralmente vencível em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

Parágrafo único. As datas de pagamentos poderão sofrer modificações em razão da data de assinatura do Contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 1999. –  
**Antonio Carlos Magalhães, Presidente.**

## Ata da 157ª Sessão Deliberativa Ordinária em 10 de novembro de 1999

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães  
Geraldo Melo, Ademir Andrade e Edison Lobão*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Wellington Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 206, de 1999 (nº 1.663/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei

nº 12, de 1999-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito especial até o limite de um milhão, cento e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.859, de 8 de novembro de 1999.

Nº 207, de 1999 (nº 1.664/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 15, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de doze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 9.860, de 8 de novembro de 1999.

Nº 208, de 1999 (nº 1.665/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 1999-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de onze milhões de reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 9.861, de 8 de novembro de 1999.

Nº 209, de 1999 (nº 1.666/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Educação, crédito especial no valor global de quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e onze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.862, de 8 de novembro de 1999.

Nº 210, de 1999 (nº 1.667/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de dois milhões, cento e cinquenta e sete mil e trezentos reais, para reforço de dotações consignadas nos vi-

gentes orçamentos, sancionado e transformado na Lei nº 9.863, de 8 de novembro de 1999.

Nº 211, de 1999 (nº 1.668/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 1999-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor das companhias que menciona, crédito suplementar até o limite de vinte milhões, quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.864, de 8 de novembro de 1999.

Nº 212, de 1999 (nº 1.669/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 1999-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial no valor de seiscentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.865, de 8 de novembro de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 691, DE 1999**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, através do Ministro da Fazenda, os seguintes pedidos de informações:

1 – Alguma instituição financeira, nacional ou estrangeira, manifestou interesse na aquisição do BBC – Banco Brasileiro Comercial S/A em liquidação extrajudicial, seja da totalidade da instituição em liquidação, seja de algum de seus ativos tangíveis ou intangíveis, inclusive do fundo do comércio ou “banking”?

2 – Qual o nome da instituição financeira interessada, na respectiva situação patrimonial, capital social e o nome do acionista ou acionistas detentores do controle acionário?

3 – Quando foi efetivado o primeiro contato entre a instituição financeira interessada e o Banco Central do Brasil, informando o nome dos representantes legais, procuradores ou outras pessoas em nome da instituição interessada?

4 – Qual o órgão ou departamento do Banco Central do Brasil, bem assim qual autoridade ou funcionário desta autarquia recebeu o representante legal, procurador ou outra pessoa em nome da instituição interessada?

5 – Qual a forma e qual o teor integral da proposta apresentada pela instituição financeira interessada? Encaminhar cópia da proposta, se por escrito e dos documentos que a acompanharam.

6 – Quais as exigências formais e substanciais apresentadas pelo Banco Central do Brasil à instituição financeira interessada? Encaminhar cópia das exigências, se por escrito e dos documentos que o acompanharam.

7 – Qual a decisão e qual o motivo técnico e legal da decisão do Banco Central do Brasil em face da proposta apresentada pela instituição financeira? Encaminhar cópia, se por escrito.

8 – Além da proposta apresentada, a instituição financeira formulou algum pedido de concessão especial, privilégio ou vantagem de ordem material?

9 – Qual a decisão e qual o motivo técnico e legal da decisão do Banco Central do Brasil sobre esse pedido de concessão?

10 – Quais as exigências o Banco Central do Brasil apresentou para autorizar ou opinar pelo deferimento de autorização para que instituições financeiras estrangeiras pudessem operar no mercado brasileiro diretamente através de agências ou sucursais ou por intermédio de subsidiárias, controladas ou coligadas, nos últimos 5 (cinco) anos?

11 – Quais as exigências o Banco Central do Brasil apresentou para autorizar ou opinar pelo deferimento de autorização para que instituições financeiras estrangeiras pudessem adquirir instituições financeiras nacionais, especificando os casos de aquisição das ações ou controle acionário, de aquisição de ativos determinados ou aquisição de fundo de comércio ou “banking”, seja diretamente através de agências ou sucursais, seja por intermédio de subsidiárias, controladas ou coligadas, nos últimos 5 (cinco) anos?

12 – Quais as concessões especiais, privilégio ou vantagens, materiais ou imateriais, o Banco Central do Brasil deferiu ou opinou pelo deferimento para que instituições financeiras estrangeiras operassem no mercado brasileiro, diretamente através de agências ou sucursais, ou por intermédio de subsidiárias, controladas ou coligadas, nos últimos 5 (cinco) anos?

13 – Quais as concessões especiais, privilégios ou vantagens, materiais ou imateriais, o Banco Central do Brasil deferiu ou opinou pelo deferimento para que instituições financeiras estrangeiras adquirissem instituições financeiras nacionais, especificando os casos de aquisição das ações ou controle acionário, de aquisição de ativos determinados ou aquisição de fundo de comércio ou “banking”, seja diretamente através de agências ou sucursais, seja por intermédio de subsidiárias, controladas ou coligadas, nos últimos 5 (cinco) anos?

14 – Quais as condições de preço, patrimoniais, econômicos, financeiros e de outra ordem, inclusive prazos e garantias, regeram as operações de aquisição de ações, de ativos e/ou fundo de comércio e

"banking" referentes aos Bancos Bamerindus S. A., Bandeirantes, Real, Noroeste, Boavista, Econômico e Excel-Econômico?

15 – Quantas instituições financeiras, legalmente sob o poder de fiscalização do Banco Central do Brasil, encontram-se atualmente em regime de Administração Especial Temporária, Intervenção e Liquidação Extrajudicial? Quantos funcionários do Banco Central do Brasil, ativos ou aposentados, prestam serviços nessas instituições financeiras?

16 – Em que data foi aberto processo interno no banco Central que levou o Banco Pontual S/A à intervenção? Juntar cópia desse processo. Qual o passivo do Banco Pontual para com o Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em 15 de maio de 1998 e na data da intervenção?

Sala das sessões, 10 de novembro de 1999. – **Irls Rezende.**

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, na forma do Regimento.

Sobre a mesa projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 619, DE 1999**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a  
Escola Agrotécnica Federal de Mimoso  
do Sul, no Estado de Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul manterá cursos de nível médio e profissionalizante, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de ensino de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento, por iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O atraso de algumas regiões brasileiras encontra-se sensivelmente atrelado ao baixo nível educaci-

onal de seu povo. As estatísticas sobre a qualidade da educação escolar pública revelam problemas crônicos relativos à repetência, à evasão e, principalmente, à distorção existente entre idade e série. Sabe-se que grande parte dos nossos adolescentes ainda se encontra nas séries iniciais do ensino fundamental.

Diante da indiscutível qualidade do ensino oferecido pelas escolas técnicas e agrotécnicas federais, entendemos que o Estado necessita empreender esforços no sentido de multiplicar o número dessas escolas, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Somente assim, poderemos, num futuro não muito distante, observar a reversão de quadro tão desolador.

A iniciativa que ora apresentamos constitui subsídio ao Governo Federal para motivá-lo a seguir na direção acima apontada. Por meio dela, serão beneficiados não apenas o Município de Mimoso do Sul, mas o Estado do Espírito Santo e, com certeza, o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999. – **Luzia Toledo.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 85, DE 1999**

**Dispõe sobre a idade mínima do menor para o trabalho.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....  
XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quinze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (NR)

....."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Determinadas normas jurídicas, por não guardarem sintonia com a realidade social, não trazem qualquer contribuição para o estabelecimento de um ordenamento justo. Leis que estão distante da experiência da sociedade não são eficazes, mesmo sendo de estatura constitucional.

Recentemente, por intermédio da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, o Congresso Nacional elevou a idade mínima do menor para o trabalho de quatorze para dezesseis anos.

Essa mudança reflete, sem dúvida alguma, a preocupação do Parlamento com a problemática da exploração da mão-de-obra de jovens e crianças. Infelizmente, não levo em consideração a precária condição de vida de milhões de famílias brasileiras que, como muito bem sabemos, subsistem abaixo da linha de pobreza e miséria. As famílias que tentam emergir da posição de miserável para a de pobre contam apenas com a mobilização de seus componentes, em atividades produtivas, para, pelo menos poder se alimentar. Essa realidade afigura-se extremamente injusta, pois enquanto os filhos das classes mais privilegiadas ocupam seu tempo com estudos e atividades complementares, as crianças e adolescentes pobres lançam-se ao trabalho, em detrimento até da própria educação básica.

Uma rápida análise das Convenções da OIT nos aponta que a idade mínima para o trabalho preconizada por aquele organismo era inicialmente de quatorze anos, a qual foi em seguida aumentada para quinze. As atividades mais comprometedoras à saúde ou ao desenvolvimento moral, psíquico e social mereceram tratamento diferenciado, limitando-se a idade mínima para o trabalho em dezoito anos.

Não é demais lembrar que a Convenção nº 138, que incorpora a mais recente posição da OIT, tem os seguintes parâmetros:

1 – preconiza a idade mínima para o trabalho em quinze anos de idade, com a obrigação de se garantir a escolaridade mínima (primeiro grau) sem trabalho;

2 – admite que países em desenvolvimento adotem a idade de quatorze anos para o trabalho e, excepcionalmente, a de doze, em caso de aprendizagem, com a condição de que os signatários implementem uma política de elevação progressiva da idade mínima;

3 – as atividades que afetem a integridade física ou psíquica, a preservação da moralidade, ou a própria segurança do adolescente devem ser desempenhadas somente a partir dos dezoito anos. Tolerar,

contudo, a idade de dezesseis anos em tais hipóteses, desde que o adolescente esteja submetido a cursos profissionalizantes.

Sabemos, outrossim, que a Constituição Federal, na medida do possível, tende a atrelar a idade mínima para o trabalho à idade em que o menor conclui o primeiro grau escolar. Ora, no Brasil, via de regra, a criança ingressa na escola aos sete anos de idade, nos termos da lei vigente, e, aos quinze, geralmente, conclui esses estudos. Como no nosso País a grande maioria das crianças encerra sua fase escolar após o primeiro grau, a proibição imposta pela Lei Maior obrigará esses menores a ficar fora do mercado de trabalho, exceto se forem contratados na condição de aprendiz.

Ninguém ignora que, no que diz respeito ao aprendizado do menor, o Senai, o Senac e o Senar não são capazes de atender à grande procura atualmente existente. Conseqüentemente, aos quinze anos, esses menores, já então possuidores de certificado de 1º grau, dificilmente poderão ingressar no mercado de trabalho, já que a idade mínima passou a ser de dezesseis anos.

Nesse contexto, estamos propondo a alteração do texto constitucional, a fim de permitir o trabalho ao menor a partir dos quinze anos de idade. A medida, estamos convencidos, evitará que ele, ao concluir seus estudos de primeiro grau, seja obrigado a ficar no ócio ou a ingressar no mercado informal de trabalho, sem as garantias que a legislação lhe assegura.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999. –  
**Carlos Patrocínio – Leomar Quintanilha – Sérgio Machado – Arlindo Porto – José Roberto Arruda – Geraldo Cândido – Lúcio Alcântara – Bello Parga – Luiz Pentes – Emília Fernandes – Francellino Pereira – Paulo Souto – Edson Lobão – Nabór Júnior – Carlos Bezerra – José Eduardo Dutra – Gilberto Mestrinho – Luiz Estevão – Jefferson Péres – Bernardo Cabral – Amir Lando – Moreira Mendes – Iris Rezende – Gerson Camata – Lauro Campos – Ramez Tebet – Casildo Maldaner – Lúzia Toletto – Mozarildo Cavalcanti – Roberto Saturnino – Lúdio Coelho – Jorge Bornhausen – Tião Viana.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 418, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que inclui o Porto de Regência, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação; e

– Projeto de Lei do Senado nº 585, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera dispositivos da Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

Tendo sido aprovadas em apreciação terminativa pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, respectivamente, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Encerrou-se, ontem, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1999 (nº 4.736/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501, de 17 de junho de 1986, e dá outras providências.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, regimentalmente, peço a palavra para uma comunicação breve, inadiável, no horário devido.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito em primeiro lugar, Senador Eduardo Suplicy, para fazer a sua comunicação na prorrogação da Hora do Expediente.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, a minha solicitação é a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito em segundo lugar, Senador Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim, por permuta com o Senador Luiz Estevão, por vinte minutos.

**O SR. ERNANDES AMORIM** (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, viajando por este Brasil, atendendo a apelo de empresários do meu Estado, de São Paulo e de todo o Brasil, no que diz respeito à questão da falência das empresas, das indústrias, à falta de recursos na agricultura, é que venho a este plenário fazer este pronunciamento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o entreguismo do patrimônio nacional, agora também financiado pela poupança nacional, tem causado perplexidade. Tenho examinado essa questão, e não há nada que a justifique. Ela não pode continuar, pois não resolve o problema da balança de pagamento, não resolve o problema da dívida pública, não resolve absolutamente nada.

A globalização é um meio e não um fim em si mesmo. E o Governo não é um corretor que tenha que vender para ganhar alguma comissão. É preciso rever com urgência a política de privatização. É preciso uma autocrítica. Estamos assistindo a um distanciamento perigoso entre o Governo e o povo. O crime está-se tornando alternativa de sobrevivência, e o descaso das autoridades está virando regra de comportamento.

Ainda há poucos dias, no âmbito da Conferência Nacional dos Bispos, debatendo a pobreza, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, sugeriu que os insatisfeitos com a política econômica devem aguardar a próxima eleição presidencial.

Quero dizer que entendo que isso é um desrespeito com os brasileiros. A expressão é infeliz e revela a arrogância que não cabe a um Ministro de Estado no Brasil de hoje. O Ministro Pedro Malan não é absoluto, pode até falar em nome do Presidente e dos investidores internacionais, com quem negociou a volta do Brasil à banca internacional, mas não é o Governo, não tem carta branca para falar em nome do Congresso.

Nós não queremos que o povo brasileiro permaneça na pobreza; queremos que a pobreza diminua já, com oportunidade de trabalho, com produção e muita exportação. Ao contrário do que dá a entender o Ministro, o Executivo não tem carta branca para governar como quer. E sobre isso, inclusive, aqui no Senado, estamos discutindo proposta de emenda constitucional que regulamenta a adoção de medidas provisórias.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é apenas esse fato que demonstra o descaso pelos brasileiros em alguns segmentos do atual Governo. Até a poupança do trabalhador, os recursos do FGTS, destinados ao investimento do desenvolvimento nacional, estão sendo desviados para beneficiar empresas estrangeiras. Ainda há poucos dias, o Tribunal de Contas arquivou processos para apurar irregularidades na privatização de empresa da telefonia fixa. Foi revelado que o ex-Ministro das Comunicações, Medonça de Barros, e o ex-Presidente do BNDES viabilizaram consórcios na privatização da Tele Norte Leste e interferiram para o Banco do Brasil favorecer o Banco Opportunity. Ficou provado que houve direcionamento para a venda e tratamento diferenciado. O ex-Ministro e os ex-Presidentes do BNDES foram inocentados pelo Tribunal de Contas naquele processo porque o Banco Opportunity não chegou a ganhar licitação.

Então, o Tribunal entendeu que os acusados não direcionaram a venda, porque ela não foi realizada. A empresa, à qual houve o direcionamento, não foi beneficiada com o tratamento diferenciado que recebeu, mas, em caso recente, da empresa de energia de São Paulo, houve direcionamento, e a empresa foi beneficiada. Bastou a notícia do arquivamento daquele processo e, no mesmo dia, o BNDES voltou a exorbitar as suas atribuições, decidindo financiar a empresa estrangeira AES na licitação da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

Essa decisão prejudicou outras empresas brasileiras. O BNDES nega que tenha beneficiado a empresa estrangeira, mas o Presidente da AES afirma que o BNDES viabilizou a compra da Energia Elétrica Tietê. Ele também diz que o BNDES foi consultado sobre esse financiamento dez dias antes; ao contrário do que dizem os representantes do Banco. Sobre essa questão requeri informação para esclarecer se houve divulgação a respeito da decisão de financiar empresas estrangeiras, ou se foi uma decisão dirigida à AES.

Mas Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Banco Nacional de Desenvolvimento – ao qual é dirigida a poupança do trabalhador brasileiro para financiar investimento de empresas de capital nacional – está desviando seus recursos para compra de estatais por empresas estrangeiras. Esse financiamento

não cria empregos, não gera riquezas, não aumenta o parque produtivo do País, não desenvolve o País, ao contrário, descartou uma empresa nacional cujos lucros seriam aplicados aqui, em benefício de empresa estrangeira cujo sócio recebe dividendos no exterior, tudo com juros subsidiados.

Com o dinheiro do trabalhador o Brasil financia empresa estrangeira para comprar o patrimônio nacional. Ela se instala no Brasil, aplica seus próprios recursos no mercado financeiro, onde o Governo paga juros extorsivos, sacados do imposto cobrado do trabalhador. Isto é o que estamos vendo: o Governo empresta a 5% ao ano aos estrangeiros e paga 19% pelo mesmo dinheiro.

No caso que o Governador Itamar contesta na empresa elétrica de Minas Gerais, que perdeu o comando em favor de empresa estrangeira minoritária, o empréstimo do BNDES foi de 3% ao ano e a empresa estrangeira adquiriu o poder de veto sem entrar com um centavo.

Imaginem Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, empresas americanas vão ao BNDES tomam dinheiro com juros de 3%, compram uma empresa nacional, sem pagar um centavo de entrada, apenas com o dinheiro do BNDES, que é o dinheiro do trabalhador, e pagam juros de 3% ao ano, enquanto que qualquer mortal brasileiro, se for ao BNDES, nem na porta é atendido.

Mas o Ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, diz que o BNDES empresta dinheiro para empresas estrangeiras comprarem nosso patrimônio porque os empresários nacionais não apresentam bons projetos. Essas são palavras do Ministro Alcides Tápias, publicadas na imprensa: "Os empresários nacionais não apresentam bons projetos. Por isso, o BNDES financia empresas estrangeiras para comprarem o patrimônio nacional". Patrimônio construído com os impostos que os empreendimentos desses empresários geraram – esses empresários que não apresentam bons projetos no entendimento do Ministro.

Então, é o caso de perguntarmos o que o Ministério está fazendo para modificar esse quadro, o que está fazendo para disponibilizar bons projetos para os empresários nacionais. Dinheiro para empresa estrangeira é fácil, mas empresas brasileiras só encontram burocracia e dificuldades. Beneficiar empresas estrangeiras não é promover o desenvolvimento nacional. Pode promover a globalização do Brasil, mas não o desenvolvimento nacional. E promover o desenvolvimento também compreende orientar projetos econômicos, identificar as oportunidades de investimentos, oferecer parâmetros, definir perfis, mercados no exterior, e promover a exportação.

O Ministro Alcides Tápias, embora tenha vindo da área financeira, agora não é gerente de banco, que analisa a viabilidade de um projeto. No lugar em que S. Ex<sup>a</sup> está, S. Ex<sup>a</sup> é quem tem que dizer que projeto é viável. S. Ex<sup>a</sup> é quem tem que dizer qual é o projeto que os empresários brasileiros devem solicitar financiamento. A função do BNDES é promover o desenvolvimento nacional, não o desenvolvimento do capital internacional. O Brasil não é o capital internacional. E os Ministros da Fazenda e do Desenvolvimento não são empregados do capital internacional, mas empregados do Brasil. Isso tem que ficar claro. Precisam mostrar essa consciência, respeitar o povo, acatar a Nação e ter presente a idéia de Pátria, Nação, brasileiros, Brasil. Estes são os ideais que devem dominar o pensamento das autoridades públicas: respeitar o sofrimento do povo brasileiro, o esforço de seus empreendedores e não tripudiar em cima da miséria.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso mudar não só as práticas dos Congressistas, como quer o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também a atitude de alguns de seus Ministros, principalmente em relação ao Brasil e aos brasileiros. Nós, os brasileiros, é quem somos a finalidade do Governo. E o Governo não é um serviço do capital internacional.

O Ministro da Fazenda do Brasil não pode ser um gerente da banca Internacional. O capital é um instrumento, não é uma finalidade. É preciso ter consciência disso, ter a visão do estadista, sair da submissão ao mercado.

Por que o Ministro da Fazenda não disse, antes da eleição, que a pobreza só iria diminuir no ano 2015? Agora, vem, com arrogância, dizer que quem não está satisfeito tem que aguardar a próxima eleição. Por que o Ministro Malan não disse isso em 1998, antes da eleição presidencial? Se tivesse falado, não estaríamos nesse sofrimento, vendo os desmandos que aí estão.

Por que não mostra firmeza, altivez, autoridade com o mercado, com a banca Internacional e com os poderosos?

Aí é preciso coragem. Falar grosso com a miséria é covardia. O povo sofrido do Brasil merece nosso respeito, nossa atenção, nossa dedicação, merece esperança. São pessoas, não dados estatísticos de projeto, ou tese.

A autoridade pública não pode perder essa dimensão. O homem público é um empregado do povo e não um capataz do capital internacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa questão da privatização tem que ser revista. Falta comprador com real ou dólar.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) –** Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) –** Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) –** Senador Ernandes Amorim, faço este aparte apenas para discordar na parte em que se refere ao Ministro Pedro Malan. V. Ex<sup>a</sup> é injusto com o Ministro Pedro Malan. Se há um homem público dotado de coragem para fazer as coisas que, em benefício do País, precisam ser feitas, este é o Ministro Pedro Malan, e com relevantíssimos serviços prestados a este País. Antes de ser Ministro da Fazenda, como se recorda V. Ex<sup>a</sup>, ele foi Presidente do Banco Central e o grande negociador da dívida brasileira. No exterior era o representante brasileiro lutando para resolver o problema que parecia insolúvel no passado. Como Ministro da Fazenda é exatamente quem mantém a saúde do real em ordem. Não fosse a presença firme e competente do Ministro Malan, talvez estivéssemos numa situação crítica em matéria de economia. Portanto, não posso deixar de apartear V. Ex<sup>a</sup>, neste momento, para defender uma autoridade brasileira que merece elogios e reconhecimento por tudo quanto tem feito em benefício desta Nação.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) –** Incorporo as palavras de V. Ex<sup>a</sup> ao nosso pronunciamento. Mas talvez o Ministro Malan no exterior, na função que ocupava, representasse bem o Brasil. Mas, na área econômica, dirigindo essa falência da economia, do empresariado nacional, do povo brasileiro e expressando-se, da maneira como o fez ao afirmar que quem estiver insatisfeito que espere a próxima eleição, não demonstra ser um estadista, um homem que quer ver o bem do povo brasileiro. Talvez como representante do capital internacional, ele esteja exercendo a sua função na plenitude, satisfazendo a uma facção ou uma ala. Mas eu, como leigo em economia, não vejo isso. O que vejo, Senador Edison Lobão, é o sofrimento do empresariado nacional, a falência da agricultura, a perseguição à Região Norte, a busca de capital em troca da soberania da Amazônia, por essas pessoas que comandam a área econômica.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) –** Perdoe-me, mas V. Ex<sup>a</sup> está sendo de novo injusto. Ele não é representante do capital internacional. Ele é representante do capital brasileiro. Ele é Ministro da Fazenda do Brasil, que nada tem a ver com o capital internacional.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) –** Ainda discordo de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) –** V. Ex<sup>a</sup>, ao dizer que o Ministro da Fazenda representa o capital internacional, está apequenando o seu discurso. E não

é o que eu desejo. Desejo que V. Ex<sup>a</sup> tenha repercussão no seu pronunciamento e não que seja ele anulado por uma injustiça desse porte.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO)** – Nobre Senador, o meu discurso não será diminuído, porque estou apenas fazendo eco às vozes que ouço nas ruas, protestando contra a quebraadeira das empresas, a falência geral. O Ministro Malan pega dinheiro do trabalhador e o empresta a uma empresa estrangeira para comprar uma companhia elétrica de Minas Gerais com juros de 3%, enquanto empresas nacionais estão quebrando e o Governo toma dinheiro a 19%. Ou ele é incompetente ou eu sou leigo a ponto de não entender que existe erro nessa área econômica.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – V. Ex<sup>a</sup> não examinou os empréstimos feitos pelo BNDES, porque mais de 90% dos empréstimos do BNDES vão para capital nacional, para empresários brasileiros. Agora, quando ele empresta, ainda que a empresas de fora, elas estão situadas no Brasil, não está emprestando dinheiro no Uruguai, na Argentina ou na Holanda, está emprestando dinheiro no Brasil, dinheiro que está sendo investido no Brasil e de acordo com as regras. Não há nada que esteja sendo feito fora da lei.

**A Sr<sup>a</sup> Heloisa Helena (Bloco/PT – AL)** – Senador, após o diálogo de V. Ex<sup>a</sup> com o Senador Edison Lobão, peço que me conceda um aparte, por obséquio.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO)** – Pois não, Senadora. Diálogo que é democrático.

Senador Edison Lobão, não importa, a meu ver, qual é o Banco onde foi emprestado o dinheiro. O que importa é que o beneficiado é uma empresa internacional.

Quando me refiro ao BNDES, nobres Senadores e Senadoras, falo do quanto ele é ausente na Região Norte, não escutando as nossas reivindicações. O BNDES não tem investido um centavo em meu Estado e ainda joga dinheiro em qualquer privatização de empresas que já estão funcionando e que já estão dando lucro. Então, o BNDES tem pego dinheiro do trabalhador e investido nessas empresas estrangeiras sem gerar emprego. E quando o emprego é gerado, é trazido mão-de-obra de fora.

Tudo está sendo feito dentro da lei, mas de uma lei que precisa ser corrigida nesta Casa. É por isso que devemos abrir esse debate, esse diálogo, para que possamos mudar essa lei que dá guarida a esse tipo de empréstimo. É preciso que tenhamos aqui no Senado um dispositivo pelo qual se crie uma legislação impedindo que o BNDES faça investimentos nessas privatizações.

O que estamos vendo é que, na venda do setor elétrico, o mais rico do País, não há mais comprador e, quando querem vender, é preciso tomar emprésti-

mo do próprio povo trabalhador, do próprio Governo, para entregar aos empresários estrangeiros. Isso é imoral, uma falta de respeito e uma falta de consideração, o que tem acontecido também em relação ao povo do meu Estado.

Pois não, nobre Senadora Heloisa Helena, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Heloisa Helena (Bloco/PT – AL)** – Senador Ernandes Amorim, não tive oportunidade de esculcar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> desde o início, mas quero compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> as preocupações que traz em relação ao processo de privatização. Não tenho dúvida de que, se estivéssemos em um país onde o Congresso Nacional tivesse ao menos a independência que as suas simplórias obrigações constitucionais o obrigam a ter, com certeza, o processo de privatização não teria acontecido do jeito que aconteceu e não haveria a impunidade diante de atitudes irresponsáveis, fracassadas, demagógicas e insensíveis diante do patrimônio público. Portanto, saúdo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e tenho também a obrigação de dizer que compartilho da posição de que não apenas a equipe econômica, mas a condução política do Governo Federal é de subserviência ao capital especulativo internacional, ao Fundo Monetário Internacional, cumprindo exatamente, na famosa síndrome da senzala branca e mansa, tudo o que o Fundo Monetário Internacional estabelece; tudo, igualzinho a todos os pactos de ajustes fiscais que foram feitos com dezenas de países do mundo, desmontando estruturas de patrimônio inteiras, destruindo nações inteiras. Do mesmo jeito que já fizeram em vários outros países estão fazendo aqui no nosso País também. Lamentamos muito, mas, quem sabe, um dia, consigamos modificar essa opção de modelo econômico que leva à fome, à miséria, ao sofrimento, ao desemprego e à destruição completa desta nação. Espero que os filhos do Brasil, um dia, possam repetir aquela velha frase do Hino Nacional: “um filho teu não foge à luta”, para lutar pela pátria, pátria minha, pátria nossa.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO)** – Incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento, até porque é esse o meu pensamento.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Informo a V. Ex<sup>a</sup> que o seu tempo está esgotado, Senador Ernandes Amorim.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO)** – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Como eu estava dizendo, o Ministro Alcides Tápias chega a público e diz que os empresários brasileiros são incompetentes, não têm projeto. Porém, da noite para o dia, o BNDES prepara um projeto e financia

uma privatização de empresa estrangeira. Pergunto: será que se houvesse empresários brasileiros com dinheiro na mão, não participariam dessa licitação?

Sr. Presidente, se não há interesse em comprar – e não há disputa de comprador em uma licitação –, não é preciso vender de graça ou pagar para alguém ficar com a empresa. Por que privatizar o setor elétrico, que dá lucro, se não há comprador e nem capital para comprá-lo? Hoje o mercado pode não querer. Então, espera! Quando for atrativo, vende. Não há nenhuma lei que obrigue a vender. Melhor procurar quem saiba vender, quem saiba oferecer e tornar o investimento atrativo; ou esperar que haja comprador e usar o dinheiro nacional para o desenvolvimento nacional, para novos empreendimentos, gerando, assim, novos empregos.

Por isso, Sr. Presidente, estamos hoje fazendo este apelo ao próprio Congresso. Como bem disse o Senador Lobão, existem leis que amparam esses tipos de negociatas com o dinheiro do trabalhador. É necessário que esta Casa, com os seus grandes Senadores – quem sou eu para entender de economia, de leis! –, modifique essa lei para inibir a ganância em cima do dinheiro do trabalhador, do dinheiro que deveria desenvolver o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Concedo a palavra, pela ordem, à eminente Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Sem revisão da oradora.)** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva regimentalmente para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Senadora Emilia Fernandes, V. Ex<sup>a</sup> fica inscrita para falar em 3º lugar.

*O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.*

**O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão)** – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Melo, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

**O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sinto-me no dever de vir à tribuna para dar conhecimento a esta Casa do projeto que apresentei anteontem, lido na sessão de ontem, que tem a ver com a possível privatização das empresas que exploram no Brasil o serviço de abastecimento de água, esgoto e saneamento.

Em primeiro lugar, penso que seria minha obrigação explicar uma aparente contradição. Tenho sido favorável, desde o começo do meu mandato, à tese geral de que é necessário privatizar as atividades do Governo, diminuir o seu tamanho, dar maior eficiência a muitas das instituições que realizam atividades que poderiam se tornar atividades privadas. Tenho dado o meu apoio, convencido que fui, no sentido de que esse modelo, dentro da realidade, era importante para o Brasil.

Vim hoje para dizer que, em relação às empresas de água e saneamento, sou totalmente contrário à sua privatização. Não é por nenhuma razão menor; não me inspira nenhum motivo local, nenhuma preocupação em relação ao que possa ocorrer no meu Estado, nenhum tipo de suspeita com relação a quem quer que seja. Trata-se de uma convicção objetiva. Na realidade, uma das razões...

Vou ceder a tribuna ao Senador Ney Suassuna para que a Casa possa me ouvir.

Na realidade, uma das razões que têm sido indicadas e que me convenceram a apoiar os projetos de privatização é a possibilidade bastante concreta de que as empresas privatizadas ganhem eficiência e que a competição no mercado seja um elemento indutor desse ganho de eficiência.

Essa tese, entretanto, não se aplica às empresas distribuidoras de água e dedicadas ao esgotamento sanitário. Veja-se, por exemplo, o caso das empresas de telefonia. Uma empresa de telefonia que ganha a licitação para explorar uma determinada área sabe que uma empresa espelho surgirá para competir com ela. Como será possível fazer uma empresa espelho para competir com a empresa de água e esgoto? Como faremos? Distribuiremos dois sistemas de encanamento em cada rua, para que o usuário possa verificar quem está vendendo água mais barato, quem está fazendo o seu esgotamento sanitário mais barato. Na realidade, vamos substituir o monopólio do Estado por um privado. A diferença, aqui, é que o Estado pode errar, pode ser objeto de crítica, de censura; mas, por definição, a prioridade do Estado é o bem-estar comum; e, por definição, a prioridade da empresa privada, que não é errada, a prioridade correta da empresa privada é maximizar o lucro.

O limite da elevação de tarifa de água e esgoto será, portanto, aquele patamar a partir do qual, se a tarifa subir, o consumo cai; e aí se compromete o lucro da empresa distribuidora.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN)** – Peço a V. Ex<sup>a</sup> para me dar a chance de explicar a tese. Em

seguida, com muita honra, ouvirei o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que certamente irá nos ajudar.

Em primeiro lugar, eu quis fixar com clareza que a minha posição é contrária à privatização das empresas de água e esgoto, até porque a sociedade que serve de paradigma para o Brasil na construção, digamos assim, do capitalismo brasileiro é a sociedade norte-americana, onde não há, que eu saiba, nem se cogita de que haja nenhuma empresa de água e esgoto privada.

Mas apesar de saber que esse é um tema candente e apesar de ter uma posição contrária à privatização, sei que minha posição não vai impedir que a privatização se faça.

Por essa razão, apresentei ao Senado Federal um projeto, lido ontem, por intermédio do qual proponho que uma decisão do Congresso Nacional interfira nesse processo para estabelecer determinados limites.

O projeto procura tratar de duas questões fundamentais. A primeira: que não se retire do usuário de baixa renda esses serviços; não se retire o seu direito atual de receber água tratada e de ter o serviço de esgotamento sanitário pagando uma tarifa social. Essa tarifa existe hoje, quando o serviço é prestado pelo Poder Público.

Não haverá razão, se o Congresso por lei não determinar, para que nenhum empresário privado, que, como eu disse, virá para cá com o propósito muito nobre, muito correto, de ganhar dinheiro, se sinta na obrigação de ser generoso com as camadas mais humildes da população. Por isso, o projeto, em sua primeira parte, trata de garantir a quem hoje está usufruindo da tarifa social, recebendo serviços mediante o pagamento de uma tarifa aceitável, a manutenção desse serviço mesmo com a privatização das empresas.

O segundo ponto com o qual o projeto se preocupa diz respeito à forma como a privatização deve ser feita.

Espero que o Senado Federal não pense que a proposição que faço tenha relação com as críticas que se fizeram, umas justas e outras não, à forma como foram utilizados os recursos da privatização das empresas distribuidoras de energia elétrica. Nada tem a ver uma coisa com a outra. Mas tem a ver com o seguinte: não há um único Estado no Brasil, Senadora Heloisa Helena, não há um Município no Brasil, Senador Ney Suassuna, que possa dizer que já oferece a todos os seus habitantes os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Há, portanto, necessidade de serem realizados investimentos importantes para que, um dia, todos os nossos compatriotas tenham um bem essencial à vida, como é a água tratada, de qualidade, que, ao invés de

comprometer, proteja a saúde dos brasileiros. Quer dizer que há necessidade de se mobilizarem recursos para se realizarem esses investimentos.

Hoje mesmo, um jornal da minha cidade, dando notícia de que o Governador do Rio Grande do Norte se reuniu com vereadores da Capital para defender a privatização da empresa local, informa o seguinte: "Já o Governador Garibaldi Filho ressaltou a importância da privatização, na medida em que, segundo ele, vai assegurar novos investimentos em saneamento no Estado". Em outras palavras, o Governador diz o que estou dizendo: há necessidade de serem obtidos recursos para aplicação em programas de saneamento no meu Estado e, de resto, em todos os Estados do País.

Estou propondo, com relação a isso, que não se permita a venda dos ativos nem a venda de ações ou quotas que os representem; e, se se deseja privatizar uma empresa de saneamento, que isso seja feito mediante um aumento de capital. O investidor interessado em obter o controle acionário que aplique o seu dinheiro na compra apenas das ações novas, que devem ser de tal volume que superem o montante das ações atuais, para que quem as subscreva adquira, no mesmo momento, o controle acionário da empresa.

O que muda e em que isso ajuda a resolver o problema que preocupa o Governador do meu Estado? Se fizermos diferente, os recursos que entrarem de algum grupo internacional interessado em investir em saneamento no Brasil serão, inicialmente, utilizados no pagamento do desinvestimento do Governo. O Governo está dentro da empresa, o dinheiro que chega é entregue ao Governo para o Governo sair. O Governo sai e leva esses recursos, que poderão ser maravilhosamente aplicados – não é disso que cogita o projeto –, mas esses recursos, que são de alguém interessado em investir em programa de saneamento no Brasil, entram por uma porta e saem pela outra, para terem um destino diferente do que teriam se fossem aplicados em saneamento.

Se, entretanto, ao invés disso, a empresa atual aumentar o seu capital e o investidor estrangeiro, para adquirir o controle, tiver que investir mais do que a quantia que representa o capital de hoje, esse dinheiro, sendo aplicado na compra de ações, ficará na empresa cujo controle foi transferido. Essa é uma entrada líquida de recursos não onerosos. Se os recursos forem de investidores brasileiros, não aumentam a dívida externa; se forem de investidores estrangeiros, não aumentam a dívida interna. Não há reembolso desses recursos.

Por outro lado, poder-se-ia dizer que o patrimônio público seria degradado pelo fato de que, mantendo as ações, o Governo passaria a ter ações que já não são de controle. Portanto, o valor unitário dessas ações poderia ser diminuído. A resposta a isso é no sentido exatamente oposto, porque qual valor teriam hoje, no mercado, ações que os Governos de Estado ou Prefeituras tenham de empresas de água e esgoto? Fora do valor teórico e do valor contábil, não me consta que o mercado brasileiro dê sinais de ansiedade para a compra desse tipo de ações, diferentemente do que ocorrerá se os Governos estaduais ou as Prefeituras passarem a ser proprietários de ações de empresas que, estando nas mãos de administradores competentes, deverão melhorar o seu perfil, e as suas ações deverão passar a ter muito maior credibilidade no mercado.

Por essa razão, ao invés de comprometer o patrimônio público, essa proposta que faço o valoriza. Há, no final do projeto, uma disposição que gostaria que tivesse também a atenção da Casa. É uma disposição cautelar. Nem direi que é uma disposição moralizadora, porque implicaria fazer apreciação de natureza moral, o que não quero fazer. A disposição é a seguinte: as ações que permanecerem em poder do Estado, seja ele Governo estadual, seja ele Prefeitura municipal, não poderão ser vendidas senão três anos após a transferência do controle e desde que a venda não aconteça dez meses antes ou seis meses depois de alguma eleição, para que os administradores atuais fiquem livres de todas as incômodas suspeitas, que existem por aí, de que esses recursos possam ser utilizados para financiar gastos eleitorais. A lei oferece, portanto, ao administrador de hoje, um dispositivo que o protege e que evita esse tipo de acusação de toda forma.

Finalmente, o projeto veda a participação de instituições federais, sejam elas financeiras ou não, bem como a prestação de assistência e apoio técnico, financeiro ou de qualquer outra natureza, direto ou indireto, a programas ou projetos de privatização de entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que não obedeçam a disposições desta lei, sob pena de responsabilidade.

Em síntese, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, já que não posso impedir a privatização, proponho que, privatizadas ou não, se assegure ao usuário de baixa renda de hoje a continuidade dos serviços pela tarifa social que paga até hoje. Segundo, que não se permita a venda das empresas, mas que se autorize a transferência de controle acionário mediante subscrição de aumentos de capital.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) – Senador** Geraldo Melo, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN) –** Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) –** Ilustre Senador Geraldo Melo, antes de mais nada, minhas desculpas por estar atendendo a uma chamada telefônica e ter perturbado um pouco a ordem, mas era o Presidente da Casa que estava me dando um recado.

**O SR. GERALDO MELO (PSDB - RN) –** De forma alguma, Senador Ney Suassuna, somente porque estava muito alto o volume do "rádio".

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) –** Nobre Senador Geraldo Melo, esse assunto abordado por V. Ex<sup>a</sup> está catalisando todo o País, pois trata-se de uma polêmica bastante séria. Há um projeto do Senador José Serra – inclusive já retornou à Comissão de Assuntos Econômicos e foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – que busca regulamentar algumas facetas dessa matéria. O maior problema é que as autorizações são de competência das prefeituras – a distribuição de água –, mas, em quase todos os Estados, os governos estaduais as assumiram, seja por delegação, seja por alguma outra forma jurídica. As áreas metropolitanas são as que têm os maiores problemas. Em alguns Estados, compete praticamente ao governo estadual, por delegação das prefeituras, a distribuição da água. V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão quando diz que nenhum Estado, por mais desenvolvido que seja, tem os 100%. Em alguns Estados do Nordeste, como a Paraíba, por exemplo – talvez seja também o caso do Estado de V. Ex<sup>a</sup> –, creio que existem até mais problemas, porque certas cidades têm água e as demais nada têm. Não vejo como privatizar as que têm lucro vá dar continuidade àquelas que não possuem condições. Na Paraíba, por exemplo, o lucro das cidades de Campina Grande, João Pessoa e de outras mais é que é investido na melhoria ou até na feitura daqueles municípios onde falta. Evidentemente que a privatização, para quem está em busca de lucro, vai gerar um problema sério para essas populações desassistidas. Esse projeto voltou ao Senado Federal, está na Comissão de Assuntos Sociais, e deverá chegar, em breve, à Comissão de Assuntos Econômicos. A polêmica não diminuiu. Temos certeza de que teremos aqui inúmeras audiências públicas, porque os funcionários dessas empresas estão mobilizados e algumas prefeituras, onde houve acerto, já privatizaram. Portanto, a solução apontada por Ex<sup>a</sup> é bastante racional. Não diria, neste momento, que a apoio, porque preciso estudá-la um pouco mais, mas ela é extremamente racional. Creio que será um bom indicativo para solucionar pelo menos algumas facetas do problema. Por se tra-

tar de um problema complexo, está-se pensando, em alguns Estados, que o Estado fique apenas com a produção e que a distribuição seja por conta das prefeituras, e elas possam até participar da privatização. É o caso do Rio de Janeiro, onde a empresa de água da região teria uma receita de quase um bilhão e meio só com a venda da água para as prefeituras. Agora, outras facetas precisarão ser estudadas concomitantemente. Mas a solução que V. Ex<sup>a</sup> indica é extremamente racional e muito inteligente. Estarei, com toda a certeza, analisando-a com profundidade para apoiá-la no momento oportuno. Muito obrigado.

**O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN)** – Recebo, com entusiasmo, essa informação, na certeza de que a inteligência de V. Ex<sup>a</sup> e o seu patriotismo o levarão a ajudar na proposição que acabo de formular.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muita honra.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI)** – Eminente Senador Geraldo Melo, mais uma vez, com a clareza e a lucidez que lhe são peculiares, V. Ex<sup>a</sup> traz luzes à Casa para um problema que é extremamente grave e atual. A solução que V. Ex<sup>a</sup> preconiza, indubitável e indiscutivelmente, é inédita. Diria até, ou me permitiria dizer, que ela chega a ser revolucionária. Não há dúvida alguma de que é extremamente engenhosa. Mas, no desenvolver do raciocínio, V. Ex<sup>a</sup>, **en passant**, citou a questão das companhias energéticas. Neste ponto, eu gostaria de me permitir dizer o que aconteceu no meu Estado, no meu querido e sofrido Piauí, onde a Cepisa – Companhia Energética do Piauí, foi, há pouco, iniciado em um processo de privatização.

**O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN)** – Faça isso, Senador Hugo Napoleão, porque V. Ex<sup>a</sup> me priva do sofrimento de narrar o que se passou no Rio Grande do Norte.

**Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI)** – Imagino que seja igual, pelo menos parecido, com o problema do Piauí. Em verdade, foi iniciado o processo de privatização e ela passa, no momento, por um processo de federalização, digamos assim, porque o Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, mais precisamente da Eletrobrás, está agindo no sentido de promover o leilão das ações da mesma companhia. Muito bem. O Governo do Estado recebeu, como adiantamento, R\$140 milhões. E o Governador do Piauí, que não é exatamente a pessoa mais sensata que conheço na vida, recebeu o dinheiro e o aplicou, em ano eleitoral, em salários atrasados, atualizando-os, os quais estão novamente atrasados à ra-

zão de três ou quatro meses, sobretudo, no interior do Estado. Mas, não importa. Fico muito a cavaleiro, porque, quando fui Governador, sempre fui um bom pagador de funcionários, um respeitador dos direitos, pois eles ganhavam bem e em dia. Concluo para dizer que, diante desse fato que estou citando, isto não aconteceria se a fórmula aplicada tivesse sido a de V. Ex<sup>a</sup>. Ou seja, governos estaduais ou até prefeituras municipais, eventualmente jogando pelo ralo dinheiro do povo. E o Estado do Piauí está privado do seu maior patrimônio, que é a companhia energética. O seu segundo maior patrimônio precisamos livrar desse perigo e desse risco. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN)** – Agradeço, muito honrado, a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Hugo Napoleão.

Encerro dizendo que espero que esse projeto abra a oportunidade de uma discussão profunda, serena, a respeito dessa questão.

Como disse, não posso impedir que a privatização se faça. Mas não sinto nenhuma contradição ao dizer que, tendo sido favorável a todas as privatizações até agora, sou contrário a esta, porque acho que há limites. Privatizar não significa a privatização universal do Estado. Se amanhã alguém propusesse privatizar a polícia, a Justiça, o ensino público e a saúde pública, eu voltaria aqui para dizer que sou contra, porque acho que há tarefas do Governo que são indelegáveis e intransferíveis. E esta, já que a privatização não ensinará nenhum tipo de competição, não trará nenhum tipo de benefício para o cidadão. Afinal de contas, a nossa responsabilidade, o nosso objetivo é com a vida e com a situação das pessoas, e esse empreendimento, essa idéia, esse programa em nada melhorará a vida dos meus concidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão)** – Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela, por permuta com o Senador Geraldo Melo.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com o desenvolver dos trabalhos da Comissão Especial para Erradicação da Pobreza, aqui no Congresso Nacional, convenço-me cada vez mais do acerto dessa medida. Sempre tive em mente que a maior prioridade de qualquer governo sério e decente e que realmente esteja comprometido com o seu povo é o resgate da dívida social. E falo “dívida social” não dentro do contexto que comumente a burocracia estatal costuma tratar, mas

do fundo de uma realidade gravíssima de fome e miséria absoluta, onde crianças abandonam a escola e o próprio futuro porque têm que dar duro no trabalho para ter o que comer; onde pais de família aprendem a roubar e matar para colocar o pão na boca dos filhos; e onde pessoas que nem força têm para buscar seu sustento morrem de inanição disputando restos de comidas com animais nos depósitos de lixo.

Ontem, fizemos uma visita interessante ao Entorno de Brasília, uma das regiões mais carentes do Brasil, onde, da noite para o dia, surgem cidades com mais de 100 mil habitantes diante de um poder público geralmente inerte, às vezes insensível e, na maioria dos casos, incapaz mesmo de enfrentar tanta demanda por melhorias.

A situação do Entorno, de fato, é singular. A proximidade com Brasília e a estreita ligação com a Capital Federal acabaram por criar, no passado, uma falsa realidade. Era como se os municípios que compõem a região se beneficiassem diretamente de Brasília. Bem depois, descobriu-se que isso nunca foi verdade. Pelo contrário, essas cidades viram sua população se multiplicar, a arrecadação cair – já que os moradores da região geralmente gastam seus vencimentos em Brasília – e, claro, seus problemas sociais avolumarem-se de forma extraordinária.

Lanço mão do exemplo dado pelo Congresso Nacional na luta encampada pela erradicação da pobreza para apontar o único caminho existente para tentar amenizar a problemática social do Entorno de Brasília: união, desprendimento, esforço sincero e trabalho árduo.

Aqui, despimo-nos das diferenças ideológicas e partidárias. Deixamos fora do plenário as rixas políticas localizadas, as desavenças individualizadas. E mais do que isso, exorcizamos o fantasma da vaidade política, que, ao longo da história, tem-nos mostrado que não faz outra coisa senão destruir.

Senadores e Deputados que tinham projetos ligados a esse problema optaram pelo pragmatismo de se discutir um programa único, que terá o respaldo de todo o Congresso Nacional e, por isso mesmo, muito mais chances de ser implantado. Não importa aqui a paternidade individual do projeto A ou B. O que vale é que, com um trabalho conjunto, teremos alternativas concretas, com respaldo político suficiente para sua implantação, o que resultará num País melhor, com menos fome, com menos miséria, com menos violência.

No Entorno de Brasília, a única chance de melhorar a situação das famílias que ali residem é a união e o desprendimento. Ali falta tudo: água, esgoto, educação, saúde, asfalto, segurança, emprego e

até comida. É um desafio muito grande para um Governo só. É preciso, portanto, união de esforços, até porque o problema não é só de Goiás. O Distrito Federal e o Governo Federal têm responsabilidade sobre os problemas ali existentes e devem assumir a sua parte no encaminhamento das soluções.

O estranho é que as dificuldades para essa coesão de esforços estão partindo de Goiás, quando Goiás é que deveria estar catalisando as iniciativas. Ontem fizemos uma visita ao Entorno, passando por Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas. Vocês devem estar acompanhando – especialmente por uma cobertura excelente que tem feito o **Jornal de Brasília** – que Águas Lindas, com mais de 160 mil habitantes, convive ainda com a falta de abastecimento de água. Lá, cisternas são vizinhas de fossas, a água circula de mãos dadas com o esgoto, e as doenças – é lógico – começam a proliferar, principalmente junto às crianças.

O Governador Joaquim Roriz, goiano de nascimento, profundo conhecedor das dificuldades daquela região, ordenou que a Caesb, a Companhia de Água e Esgoto do Distrito Federal, executasse a obra que irá abastecer a região de água tratada. A Caesb é a empresa mais indicada para isso. Conhece bem o sistema e detém a Barragem do Descoberto, que abastecerá a cidade, assim como abastece 60% de Brasília. Tanto é que as lideranças políticas de Águas Lindas, inclusive o Prefeito Ordanilo Melo, preferem que a obra seja executada pela Caesb.

Agora, pasmem! Quem está bloqueando o início das obras para beneficiar 160 mil habitantes que não têm água é o próprio Governo de Goiás, sob a alegação de que haveria invasão de competência por parte do Governo do Distrito Federal. Ora, a responsabilidade e a competência é de todos, inclusive do Governo Federal e do Distrito Federal, que, naturalmente, também sofre com essas demandas.

Não haveria problema algum se Goiás fizesse a concessão para que o GDF construísse a obra, uma vez que Goiás não tem condições de fazê-la num tempo importante, necessário e recorde. E ainda que houvesse algum obstáculo, o objetivo seria removê-lo com o pragmatismo e a rapidez que o assunto exige. Não pode existir "invasão de competência" quando há crianças matando a sede com água de cisternas perfuradas a menos de um palmo do buraco do esgoto.

Não dá para entender que, por ciúme político, o Governo goiano fique impedindo que a Caesb realize tão importante obra. O homem público, por um acesso de vaidade, não pode deixar que os anseios e as necessidades de uma cidade inteira sejam preteridos. O que engrandece o exercício da política, acima de

tudo, é o sentimento de espírito público, o único que tem sempre razão, pela fidelidade de compromissos e pela virtude do desinteresse.

O Governador de Goiás, Marconi Perillo, deveria espelhar-se no exemplo que o Congresso Nacional dá na luta contra a fome, buscando na humildade, no desprendimento e na união de esforços o melhor para o seu povo, retirando os obstáculos para que o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal possam construir rapidamente essa obra importante relacionada à captação de águas em Águas Lindas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto ao tema que deu início ao meu pronunciamento: a luta contra a fome. O Congresso Nacional acertou ao encampar essa luta, ao suscitar um debate nacional sobre um tema da mais alta gravidade.

Hoje, o mundo inteiro discute estratégias para erradicação da fome e da miséria. Há cerca de 15 dias, juntamente com outros cinco ilustres Senadores, tive a felicidade de participar, em Nova Iorque, da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas, onde, em todos os grupos de trabalho, um dos temas mais abordados e mais discutidos foi justamente o combate à fome e a redução da pobreza no mundo.

Não restam dúvidas de que o grande desafio no início do próximo milênio será a erradicação da fome em todo o mundo. A sociedade entende isso como prioridade absoluta. Os governos debruçam-se sobre projetos que possam minimizar o sofrimento do povo.

Absolutamente desfocado desse contexto, tenho-me deparado com uma verdadeira aberração no meu Estado: um crime contra as famílias carentes. Já tive oportunidade de relatar aqui a nossa experiência na implantação de programas sociais em Goiás, ocorrida durante o nosso Governo, que beneficiavam cerca de 800 mil pessoas, entre elas quase 100 mil crianças de zero a seis anos de idade. Esses programas tiveram o acompanhamento sistemático do Unicef, que comprovou a sua eficiência na diminuição da fome, da mortalidade infantil, dos índices de violência juvenil, com desdobramentos positivos no setor educacional, porque eles provocaram o retorno de milhares de crianças às salas de aula.

Esses programas, desde janeiro, estão sofrendo uma verdadeira operação desmonte. O Governo de Goiás descredenciou mais de 60% das famílias carentes até então beneficiadas. Diminuiu a frequência na entrega dos benefícios, que era mensal, e agora ninguém mais sabe qual é. Em diversos Municípios, os programas pararam por inteiro e o sentimento reinante no Estado é o de que, lentamente, serão to-

dos extintos. Uma medida que tem levado milhares de famílias a passar fome novamente.

Crianças cujos pais, geralmente inválidos, recebiam a cesta de alimentos estão deixando a escola para trabalhar e ajudar no orçamento doméstico. Velhinhos desamparados, que não têm força para mais nada, estão correndo o risco de morrer de inanição, porque a única fonte de que dispunham para complementar as miseráveis aposentadorias que recebem, quando recebem, era a cesta do Governo. E por que isso? Ao que parece, pelo mesmo motivo que impede a Caesb de trabalhar no Entorno: vaidade política. Porque esses programas surgiram nos governos do PMDB, partido rival ao do atual Governo do Estado.

Pelo amor de Deus! Na virada do milênio não podemos mais nos deixar mover por sentimentos tão mesquinhos, tão pequenos. Esses programas não são do PMDB, não são de Iris Rezende, de Mauro Miranda, ou dos Deputados do PMDB; esses programas não são meus, são do povo sofrido de Goiás. São dos velhos que deram sua vida, na labuta na roça, pelo País, e que hoje precisam de ajuda porque estão sem forças para o trabalho. Eles recebem o benefício porque precisam. Se tivessem força, não tenham dúvidas de que estariam trabalhando. São programas que pertencem às crianças goianas, que querem estar na escola, aprendendo, se educando, para ter uma chance melhor na vida. Para daqui a 40, 50 anos não ficarem na dependência da boa vontade deste ou daquele governante para sobreviverem. São de bravas mulheres, mães e arrimos de famílias imensas, numerosas, muitas viúvas ou abandonadas pelos maridos, que trabalham com garra, mas precisam de um complemento porque o que recebem é pouco para alimentar tanta gente.

Apelo, desta Tribuna, ao Governador Marconi Perillo, do meu Estado, apelo à sua sensibilidade de pai de família para que reveja a sua decisão e retome os programas sociais em Goiás. Lance mão da máxima do inesquecível Presidente Jucelino Kubitschek, político em quem ele tanto faz questão de dizer que se espelha: a humildade de voltar atrás é muito mais digna do que a teimosia do compromisso com o erro. O povo entende os que têm a humildade de recuar, mas não perdoa a vaidade dos insensíveis.

O povo pobre de Goiás espera, anseia e precisa desses programas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encerro o meu pronunciamento reafirmando a minha confiança no resultado dos trabalhos da Comissão para Erradicação da Pobreza. Tenho a mais absoluta certeza de que com esse trabalho sincero e obstinado teremos resultados

altamente positivos para o País e altamente gratificantes para todos nós.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Permite, com o maior prazer, o aparte ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Tive oportunidade, Senador Maguito Vilela, de acompanhá-lo ontem nas cidades do Entorno do Distrito Federal, no Estado de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, e de observar que, assim como também aqui, na Via Estrutural, há um número muito grande de pessoas vivendo em condições de miséria, em condições extremamente precárias, nos dois municípios de Goiás mais próximos do Distrito Federal ocorre um fenômeno impressionante, qual seja, o da expansão vertiginosa da população, que, segundo os próprios prefeitos de ambos os municípios nos relataram, está num desenvolvimento incrível. Em cidades onde há alguns anos havia uma população bem menor, hoje essa população multiplicou-se em números espantosos. Águas Lindas torna-se a cidade que mais cresce no Brasil atualmente. O que podemos observar, sobretudo, é que essa população vem de áreas mais pobres ainda, de áreas do Nordeste, e que, chegando lá, procura alcançar alguma oportunidade de sobrevivência, muitos vindo todos os dias, por exemplo, de Santo Antônio do Descoberto para Brasília, para o seu emprego. Nada menos do que 22 mil pessoas – relatou-nos o Prefeito de Santo Antônio do Descoberto – deslocam-se diariamente para Brasília. Diante do quadro que vimos, é muito importante que haja políticas de erradicação da pobreza que sejam eficazes. Por outro lado, como V. Ex<sup>a</sup> vem presidindo com muita energia e vontade a Comissão Mista que examina os problemas da pobreza e as soluções para erradicá-la, e como hoje ouvimos o relatório do Deputado Roberto Brant, que expôs as suas sugestões para a erradicação da pobreza, acho muito importante que venhamos a dar grande importância, a partir de hoje, à discussão desse relatório. Considero que as sugestões que S. Ex<sup>a</sup> oferece, em princípio, constituem um passo insuficiente. Se realmente é objetivo da Nação brasileira erradicar a pobreza nos próximos 10 anos, precisamos ousar muito mais do que ali está proposto. Em especial, notei que há algumas ausências no seu relatório. Não vi preocupação com a reforma agrária. Segundo economistas do IPEA, para melhor distribuímos a renda, devemos tratar questões relativas não apenas ao fluxo de renda, mas também aos ativos, sendo esses abordados

não apenas do ponto de vista do conhecimento humano, mas também do patrimônio que detêm as pessoas. Se adotarmos essa recomendação, faz-se necessária uma sistemática de transferência de recursos visando a melhor distribuição da renda, o que implica em progressividade. É preciso que se acelere a reforma agrária no Brasil, mas esse item está ausente das conclusões do Deputado Relator. É preciso também, conforme ressaltou o Senador Roberto Saturnino, que haja uma preocupação com justiça social, com justiça distributiva no âmbito da reforma tributária. Eis por que gostaria aqui de assinalar o quão importante considero estudarmos e propormos modificações no relatório do Deputado Roberto Brant.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e o incorporo ao meu pronunciamento. Quero inclusive agradecer a sua companhia na visita que fizemos às cidades do Entorno, as cidades, a meu ver, mais pobres do Brasil, ao lado de São José da Tapera, Jaramatáia, Campo Grande e outras cidades da Zona da Mata.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo. Faz soar a campainha.)

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Considero a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> procedente, mas vamos continuar discutindo, uma vez que o relatório foi fornecido hoje e ainda não houve tempo para nos aprofundarmos. Vamos nos debruçar sobre ele e procurar aperfeiçoá-lo. Vamos ousar, pois é preciso ousar muito para erradicar a fome no Brasil e reduzir a pobreza.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo. Faz soar a campainha.)

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Eu gostaria de obter a tolerância do Sr. Presidente apenas para ouvir a ilustre Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Senador Maguito Vilela, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que não conceda mais apartes, porque a Hora do Expediente deveria ter sido encerrada às 15 horas e 30 minutos e já são 15 horas e 50 minutos.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Houve um gesto de concordância da ilustre Senadora Marina Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A Senadora Marina Silva já tinha me sinalizado que não ia mais apartear V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de frisar que ontem, na Estrutural, verifiquei que 5 mil pessoas moram em

casas de papelão, de lona preta, de pau-a-pique, disputando o lixão de Brasília com animais irracionais.

Portanto, é preciso encarar esse problema com a seriedade que ele merece.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – A Presidência, de ofício, na forma regimental, prorroga a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por 5 minutos, para uma comunicação inadiável.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)** – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no primeiro semestre deste ano, enviei ao Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, uma carta fazendo inúmeras indagações sobre as possibilidades que ele via de o Brasil criar formas de controle dos fluxos de capital, na medida em que, diante dos abruptos movimentos de capitais internacionais havidos nestes últimos anos, países da Ásia, assim como a Rússia, os países do Sudeste asiático, o próprio Brasil e outras nações foram atingidos por movimentos que contribuíram muito para a desestabilização das suas economias.

O Presidente Armínio Fraga chegou a elogiar a proposição contida na carta e a minha preocupação, e estou aguardando até hoje a resposta.

Mas fomos todos surpreendidos nestes últimos dias, porque membros da Diretoria do Banco Central, ou seja, o Diretor da Área Internacional e o próprio Presidente Armínio Fraga, concederam entrevista e falaram – Armínio Fraga falou lá da Suíça – a respeito da possibilidade de o Brasil propor a conversibilidade da moeda brasileira no ano 2000, prazo tão curto. A surpresa é grande, porque, em nosso entender, deveria haver um movimento em sentido contrário. Gostaria de ressaltar que importantes economistas, como James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, Paul Krugman, que se tem destacado por suas análises e previsões sobre os movimentos das economias, Joseph Stiglitz, economista chefe do Banco Mundial, e, no Brasil, eminentes economistas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Paul Singer, Paulo Nogueira Batista Jr., Luiz Gonzaga Melo Belluzzo, todos têm manifestado a sua preocupação com os movimentos de capitais, propondo formas para o seu controle, sobretudo daqueles de natureza especulativa.

Parece-nos então precipitado que executivos do Banco Central simplesmente anunciem que vão passar à conversibilidade total do real em prazo tão curto, sem maior discussão, inclusive com o Congresso Nacional e com os Senadores, como eu próprio, que manifestamos a intenção de discutir esse assunto.

Gostaria de ressaltar que os argumentos utilizados pelo Presidente Armínio Fraga para sustentar que o Brasil deveria simplesmente deixar de ter qualquer tipo de controle do capital não foram convincentes e muito menos adequados. S. Exª usou como exemplo o caso de um cidadão que considerasse visitar a Suíça; sabendo que, com isso, estaria ameaçado de ter o seu cabelo raspado, ele deixaria de visitá-la. Esse argumento não condiz com o bom senso e a inteligência do eminente economista Armínio Fraga.

Por que razão? Se, como ele próprio disse, era importante que tivéssemos uma sistemática pela qual pudessem ser cobrados impostos, e saber exatamente quais são os movimentos de capitais, sem que houvesse movimentos ilegais, então, seria importante termos regras muito claras para tratar os movimentos de capitais, sobretudo os de natureza especulativa. E, na medida que investidores estrangeiros conhecessem tais regras, principalmente aqueles que estivessem interessados em realizar investimentos saudáveis neste País, investimentos de médio e longo prazos, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva do País, eles perceberiam que essas regras claras contribuiriam para que a nossa economia tivesse um crescimento muito mais estável do que o que até agora vem ocorrendo.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Faz soar a campainha.)

**O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)** – Gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que é muito importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito que está examinando os problemas das instituições financeiras...

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Senador Eduardo Suplicy, faço uma apelo a V. Exª para que conclua a sua comunicação. Temos Ordem do Dia com votação nominal, e V. Exª já excedeu o seu prazo em mais de um minuto.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)** – Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de conchamar o Presidente Bello Parga e o Relator, Senador João Alberto, da CPI do Sistema Financeiro, a tomarem alguma providência para que viva a Comissão, a fim de que nos possamos reunir e decidir sobre a presença, nesta fase conclusiva dos trabalhos, do Ministro Pedro Malan.

Assim, S. Ex<sup>a</sup> poderá falar a respeito da questão dos movimentos de capitais financeiros internacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, quero comunicar ao Senado Federal que, na data de hoje, dei entrada em requerimento com o seguinte teor:

Requeremos, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de 90 dias, apurar a ocorrência de irregularidades no credenciamento de bingos, no âmbito do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – Indesp.

Esse requerimento foi assinado por 33 Srs. Senadores e já se encontra na Mesa do Senado aguardando leitura, a conseqüente publicação e a indicação dos representantes pelos Líderes partidários, de acordo com o que determina o Regimento Interno do Senado.

A respeito desse assunto, apenas para justificar ainda mais, existe um número muito grande de matérias que denunciam o Ministério dos Esportes, inclusive dando conta da participação da máfia italiana, denúncia partida do próprio ministério público italiano, que recomendou a investigação à Polícia Federal e ao Ministério Público do Brasil. Como consequência dessa investigação, já existe uma cautelar preparatória de ação civil pública de improbidade, ingressada pelo Ministério Público Federal, por meio de Procuradores da República de Brasília.

Essa ação – se não me engano – será julgada no próximo dia 19 e cita o Sr. Luís Antônio Buffara de Freitas, Diretor Financeiro do Indesp, ligado ao Ministro Rafael Greca.

Além disso, o jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 31 de outubro, publicou reportagem com o título “Lei que liberou videobingos foi feita na Conab”. Lerei alguns trechos, já que sei que o tempo não permitirá que leia tudo. A matéria diz o seguinte:

“A Portaria 23 do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), que autorizava o funcionamento de videobingos, foi elaborada e redigida dentro da Conab...”

A Conab, como todos sabem, é ligada ao Ministério da Agricultura.

“...por pessoas que não pertenciam ao quadro do Ministério do Esporte e Turismo,

segundo as primeiras investigações do Ministério Público e da Polícia Federal (...)

As provas levaram os investigadores a concluir que Paulo Araújo, ex-funcionário da Conab, redigiu a Portaria 23 antes mesmo de ser contratado como “colaborador eventual” do Ministério do Esporte e Turismo. Araújo reuniu-se com seus colaboradores na Conab entre 30 de março e 12 de maio. Entre os presentes, em alguns encontros, estava Luís Antônio Buffara de Freitas, então Diretor de Administração e Finanças do Indesp, que pediu demissão do cargo na semana passada, depois de acusado pelo ex-Presidente do Instituto, Manoel Tubino, de não fiscalizar as irregularidades nos bingos. ..

Mas Araújo disse ao Ministério Público que só foi contratado no dia 23 de junho a 08 de agosto (...)

Portanto, em data posterior ao trabalho que realizou para elaborar a portaria. E mais:

“Máfia – “A pista da ligação de autoridades do Indesp com a máfia italiana está no próprio depoimento de Paulo Araújo. Os investigadores dizem que o advogado omitiu parte das informações, como a redação da Portaria 23, mas trouxe elementos importantes ao admitir que Tiago Loureiro também participava das reuniões da Conab.

Tiago Loureiro é do Rio Grande do Sul e está desaparecido desde que surgiu a denúncia de interferência da máfia italiana no Governo. O Ministério Público sustenta que Loureiro é procurador de fabricantes de máquinas, ligado a Alejandro Ortiz Fernandes, que é filho de Alejandro Ortiz de Viveiros, sócio do mafioso italiano Lillo Rosario Lauricella, preso em Roma por tráfico de cocaína e heroína. A empresa de Alejandro Ortiz Fernandes, a **NeoJuegos**, conseguiu a primeira autorização deste ano no Indesp para operar máquinas de videobingo no País. (...)”

Essa denúncia, Sr. Presidente, registrada no jornal **O Estado de S. Paulo**, dá conta de que o Sr. Paulo Araújo, da Conab, trabalhou, antes de ser contratado pelo Ministério dos Esportes, na elaboração da Portaria nº 23, que regulamentou a autorização de novas casas de bingo no País. A mesma denúncia dá conta de que, para cada casa liberada, havia a cobrança de US\$150 mil de propina, que iriam para o caixa de campanha do Ministro Rafael Greca.

É isso que queremos apurar com a CPI que estamos protocolando, pedindo à Mesa que a oficialize, já que contamos com 33 assinaturas, quando o Regimento exige 27.

Essa era a comunicação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes.

V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos para a sua comunicação inadiável.

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** (Bloco/PDT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar nesta tarde, embora de uma forma breve, obedecendo ao Regimento, um evento que está acontecendo no Rio Grande do Sul, do qual tivemos a oportunidade de participar. Refiro-me à Feira do Livro que está sendo realizada em Porto Alegre.

Nesse final de semana, mais precisamente no domingo, tive a oportunidade de permanecer algumas horas naquele espaço e presenciar o entusiasmo do povo gaúcho, do povo da capital e até mesmo de visitantes de outros Estados e outros países que lá estão, com a feira que se está realizando no período de 29 de outubro a 15 de novembro.

Naquela oportunidade, pude constatar, com grande alegria, o crescimento da nossa Feira do Livro, que faz da Praça da Alfândega, onde se realiza, um grande centro de arte. Naquele espaço público, ao ar livre, de fácil e democrático acesso à população, ocorrem lançamentos de livros, encenações teatrais, recitais de poesias, palestras, entrevistas, entre outras atividades artísticas.

Particularmente no domingo, deparei-me com uma grande presença de crianças, que movimentaram os estandes de literatura infantil e deram um colorido especial, muito importante e significativo, ao nosso evento que se está realizando em Porto Alegre.

Esse fato, diante da realidade atual da banalização da informação e da violência nos meios de comunicação, é um alento, pois a leitura ainda é e sempre será um instrumento de formação de caráter, de cidadania e desenvolvimento humano. Portanto, se a feira desse apenas essa contribuição à sociedade gaúcha, já estaria com seus objetivos plenamente atingidos. Porém, faz muito mais.

Estive no estande do Senado na feira – e isso é um fato importante que também quero destacar aqui, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores –, participando de uma sessão de autógrafos do livro, publicado pelo Senado, contendo as biografias dos Senadores gaúchos desde o Império até nossos dias. Também já estive na feira o

Senador Fogaça, no último dia 04; e, no próximo final de semana, dia 12, lá estará o Senador Pedro Simon.

A presença do Senado na Feira do Livro de Porto Alegre se dá pelo segundo ano, tendo recebido, no ano passado, o prêmio “Destaque em Criatividade” pelo trabalho de divulgação de suas publicações. Quero ressaltar que a participação do Senado na feira se deve, em grande parte, ao incentivo inicial dado pelo Senador, poeta e escritor, Ronaldo Cunha Lima, então 1º Secretário da Casa. Este ano, demos continuidade ao trabalho, com a presença qualificada do Senado na Feira do Livro, graças ao esforço e à sensibilidade do Senador Carlos Patrocínio, nosso 1º Secretário em exercício.

É importante mencionar o trabalho que estão realizando os funcionários do Senado em Porto Alegre, que não medem esforços. Embora seja um trabalho extenso, pois não têm sábado, domingo, nem dias de feriado, eles estão lá. E o apoio e a procura da comunidade ao estande do Senado têm sido gratificantes.

Quero também ressaltar que o Senado, sob a coordenação da Diretora da Biblioteca, nossa funcionária Simone Bastos Vieira, e com a participação dos abnegados funcionários – como já coloquei –, levou para a Feira diversos lançamentos e os mais de cem títulos do Catálogo de Publicações, que inclui clássicos como *Minha Formação*, do político e escritor pernambucano Joaquim Nabuco. Ao seu lado, estão obras de interesse jurídico e político, como a Constituição Federal atualizada e vários outros textos legais, todos vendidos a preço de custo e com muita procura.

O estande do Senado recebeu a visita do Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e do Prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, que foram prestigiar a iniciativa desta Casa.

Sr. Presidente, gostaria de especificar alguns dados do evento. Essa é a 45ª Feira do Livro, reunindo, nos seus 4,7 mil m<sup>2</sup>, livreiros e patrocinadores, que montaram 183 estandes, e, ainda, 109 autores gaúchos, 57 escritores nacionais e 26 estrangeiros.

O evento, cujo Presidente é o Sr. Paulo Flávio Ledur, Presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, tem como tema “Ler é Descobrir”, de acordo com o tema dos 500 Anos do Descobrimento, homenageando inclusive Portugal.

Outro fato importante é a crescente desregionalização da feira, com a presença cada vez maior dos escritores e personalidades intelectuais de outros Estados e países. Neste ano, Sr. Presidente, a feira conta com 26 autores estrangeiros, oriundos de diversos países da América Latina, África negra, Estados Unidos, Inglaterra e Espanha, entre outros.

Uma das mais tradicionais no País e com a característica marcante de ser realizada em praça públi-

ca, a Feira do Livro de Porto Alegre já recebeu, apenas nesses dez primeiros dias de evento, mais de 700 mil pessoas, e deve vender cerca de 500 mil exemplares, conforme estimativa da Câmara Rio-Granden— se do Livro. Primeira Feira do Livro da América Latina, quando foi criada, em 1955, a Feira do Livro de Porto Alegre tinha somente 15 barracas. Vejam, V. Ex<sup>as</sup>, como ela cresceu!

Gostaria também de registrar a homenagem ao escritor Décio Freitas, patrono da feira. A escolha é extremamente justa, pois premia um escritor que tem se dedicado a resgatar a verdadeira história da formação política e cultural do Estado e do Brasil.

Por tudo isso, parabênizo os organizadores do evento.

A presença do Senado não apenas na Feira do Livro do Rio Grande do Sul, mas também na de outros Estados, é fundamental para dar visibilidade e valorizar o trabalho do Senado de edição e de publicação qualificada de obras que são levadas a esses eventos.

Convido todos os Parlamentares a visitarem a nossa feira. Parece-me que o Senador Amir Lando também estará lá neste final de semana.

Esse é o registro que queríamos fazer, porque as notícias boas também precisam ser exaltadas no plenário desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) — Sobre a mesa projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 620, DE 1999**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as prestadoras de serviço de televisão por assinatura que utilizem quaisquer modalidades de distribuição de sinais obrigadas a transmitir, nas suas respectivas áreas de prestação de serviço, a programação da TV Senado e da TV Câmara.

Parágrafo único. A transmissão a que se refere o caput deste artigo deverá ser gratuita, integral e simultânea, sem inserções de qualquer natureza, estando as prestadoras isentas de responsabilidade sobre o conteúdo da programação, ou de fornecimento de infra-estrutura para a produção de programas.

Art. 2º Para fins do cumprimento do disposto no artigo anterior, a TV Senado e a TV Câmara deverão

viabilizar, às suas expensas, a entrega dos sinais em níveis técnico adequado para sua transmissão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Uma das grandes conquistas recentes com vistas à democratização dos espaços televisivos foi, por certo, a introdução do conceito dos chamados "canais de acesso público" na legislação que normatiza a TV a Cabo no País.

Com base nesse princípio estabelecido pela Lei n. 8.977, de 6 de janeiro de 1995, foi possível ao Legislativo Federal aperfeiçoar seu sistema de comunicação, criando a TV Senado e a TV Câmara, veículos fundamentais de aproximação do Parlamento com a sociedade.

A transmissão dos trabalhos das duas Casas, especialmente a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões, vem proporcionando um contrato diário e direto dos representantes eleitos com a população. Sem a inevitável edição imposta pelas grandes redes de televisão comerciais, o Legislativo apresenta-se por inteiro, transparente, com seus defeitos e virtudes, ao povo brasileiro.

Entretanto, os trabalhos do Legislativo só podem ser acessados pelos assinantes de serviço de televisão via cabo, já que a legislação que regula os demais serviços de distribuição de sons e imagens é omissa neste particular. O presente projeto pretende, assim, determinar que todas as prestadoras de serviço de televisão por assinatura, independentemente da modalidade utilizada para a distribuição dos sinais, devam reservar canais para a transmissão da TV Câmara e da TV Senado.

Na certeza da importância, para a democracia, de que se disponibilize ao maior contingente possível de telespectadores as atividades do Parlamento, oferecemos à Casa a presente proposição, esperando contar com o apoio dos nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999. —  
Senador **Roberto Requão**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995

**Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências.**

(À Comissão de Educação — decisão terminativa.)

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os recursos consignados no orçamento da União, destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental, serão repassados, em parcelas mensais, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 1º O montante dos recursos repassados a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município será diretamente proporcional ao número de matrículas nos sistemas de ensino por eles mantidos.

§ 2º Os recursos destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos mantidos pela União serão diretamente por ela administrados.

Art. 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos de representantes da administração pública local, responsável pela área da educação; dos professores; dos pais de alunos; e de trabalhadores rurais.

Art. 3º Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar, entre outras, a fiscalização e o controle da aplicação dos recursos destinados à merenda escolar, e a elaboração de seu regimento interno.

Art. 4º A elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, sobre a responsabilidade dos Estados e Municípios através de nutricionista capacitado, será desenvolvida em acordo com o Conselho de Alimentação Escolar, e respeitará os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos in natura.

Art. 5º Na aquisição de insumos, serão priorizados os produtos de cada região, visando a redução dos custos.

Art. 6º A União e os Estados prestarão assistência técnica aos Municípios, em especial na área da pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na execução de programas relativos à aplicação de recursos de que trata esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO** – Rubens Ricupero – Antonio José Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Hugo Napoleão.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra única e exclusivamente para registrar, em nome da Liderança do PFL, o regozijo e a alegria pelo retorno a esta Casa do eminente Senador Ronaldo Cunha Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A Mesa naturalmente se associa ao regozijo de V. Exª, que é de toda a Casa.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

OF. Nº 143/GSPH/99

Brasília, 10 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, valho-me do presente para informar-lhe que o texto do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 1999, de minha autoria, protocolado na Secretaria Geral da Mesa no dia de ontem, continha erro em parte da justificação.

Em vista do exposto, solicito que seja autorizada a republicação do citado projeto, conforme original anexo.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Paulo Hartung** – PPS-ES.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 617, DE 1999

Altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, atualizando o conceito de terrenos de marinha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º São terrenos de marinha, em uma extensão de 13 (treze) metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1999:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas e zona onde se faça sentir a influência das marés." (NR)

Art. 2º As áreas públicas que, por força do artigo anterior, deixam de constituir terrenos de marinha, ou terrenos acrescidos de marinha, passam a ter a sua propriedade assim distribuída:

I -- continuam sob a titularidade da União, aquelas em que edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração federal ou estejam destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pela União;

II -- pertencem aos Estados onde situadas, aquelas em que edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades de respectiva administração estadual ou estejam destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pelos Estados;

III -- permanecem sob a titularidade dos respectivos donatários, aquelas doadas mediante prévia autorização em lei federal;

IV -- passam à propriedade dos municípios onde situadas, aquelas não enquadráveis nas hipóteses descritas nos incisos anteriores e as parcelas atualmente cedidas, locadas, arrendadas ou aforadas a particulares pela União.

Parágrafo único. A venda dos imóveis recebidos pelos municípios na forma do inciso IV deste artigo fica condicionada à utilização dos recursos correspondentes na capitalização de fundos de previdência para seus respectivos servidores.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Como é de conhecimento geral, nos termos da Constituição Federal, são bens da União, dentre outros, os chamados terrenos de marinha e seus acrescidos (art. 20, VII).

Por sua vez, dispondo sobre a definição desses bens, assim estabelece o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946:

"Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés."

Art. 3º São terrenos acrecidos de marinha o que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha."

Como se vê, nos terrenos de marinha são hoje definidos, fundamentalmente, com base num presu-

mível preamar-médio de 1831, a partir do qual são medidos, horizontalmente, 33 (trinta e três) metros lineares, em direção à terra.

Já os terrenos acrescidos de marinha são aqueles que, a partir do referenciado preamar-médio de 1831, se formarem, natural ou artificialmente em direção oposta, ou seja, para o lado do mar ou dos rios e lagoas.

Ora, até mesmo em razão de sua origem remota, esse mencionado ponto de "preamar-médio de 1831", além de ser de difícil determinação, tem gerado situações no mínimo inusitadas em muitos recantos do Brasil, sobretudo no que se refere à insegurança jurídica de que se ressentem muitos adquirentes de imóveis residenciais em cidades litorâneas.

A situação torna-se particularmente curiosa quando se tem presente os terrenos acrescidos de marinha, surgidos, muito freqüentemente, em decorrência do aterramento, autorizados ou mesmo patrocinados por governos, de áreas litorâneas. Com o crescimento urbano, existem hoje, em muitas cidades e capitais como Vitória, Florianópolis, São Luís, Belém, por exemplo casos, centenas de metros da praia. Só que, por força desse histórico "preamar-médio de 1831", tais edificações situam-se em terrenos acrescidos de marinha, o que faz com que os adquirentes desses imóveis, quase sempre pessoas que não conhecem os meandros do nosso direito, tenham que pagar, perpetuamente, foros anuais à União e jamais venham a dispor de uma escritura definitiva.

De outra parte, isso tem também o inegável efeito de transformar a União, possivelmente, na maior proprietária de áreas urbanas em muitos Estados brasileiros, o que se nos afigura, nos dias atuais, um monumental contra-senso, pois é notório que, há já vários anos, vem sendo promovida substancial reforma patrimonial no âmbito do Estado, objetivando exatamente deixar ao poder público apenas o cumprimento de suas funções básicas e essenciais.

Essa, em linhas gerais, é a realidade que pretendemos alterar com o presente projeto.

Como medidas iniciais, estamos propondo que seja reduzida de 33 (trinta e três) para 13 (treze) metros a área que deve constituir os chamados terrenos de marinha, a ser delimitada, porém, a partir do preamar-médio do ano de 1999. Isso, a nosso ver, particularmente em razão do encurtamento da área desse tipo de bem da União, contribuirá não apenas para reduzir a atual margem de insegurança jurídica de que se ressentem muitos milhares de famílias, como sobretudo permitirá uma precisa definição do ponto a partir do qual devem ter início os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Por oportuno, cabe-nos enfatizar que esse conjunto de medidas não trará qualquer indefinição jurídica sobre a situação das áreas que deixarem de constituir terrenos de marinha e seus acrescidos, pois para preveni-la estabelecemos as várias regras objeto do art. 2º do projeto, que não somente resguardam o direito de propriedade da União e dos Estados sobre as áreas onde têm edificações ou operam concessionários e permissionários de serviços públicos que integram a sua órbita de atuação, como ainda claramente definem a propriedade dos municípios sobre as demais áreas excedentes, passando a estes, inclusive, as parcelas de terreno atualmente cedidas, locadas, arrendadas ou aforadas pela União a particulares.

Ressalte-se, por fim, que tampouco ocorrerá qualquer tipo de dilapidação do patrimônio, pois, como acima assinalado, continuará a ser estatal a propriedade das áreas que não mais constituirão terrenos ou acrescidos de marinha, além do que, para os municípios, hoje em visíveis dificuldades financeiras, esses imóveis poderão constituir valiosa fonte de reforço de caixa, observada sempre a limitação imposta no parágrafo único do art. 2º do projeto, que condiciona a sua alienação à utilização dos recursos auferidos na capitalização de fundos de previdência para seus servidores, seguramente um dos relevantes problemas do Estado brasileiro na atualidade.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999. —  
**Paulo Hartung.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE  
SETEMBRO DE 1946

**Dispõe sobre os bens imóveis da  
União e dá outras providências**

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra da posição da linha da preamar-média de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés:

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, a influência das marés é caracterizada pela oscilação, periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos do ní-

vel das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 20. São bens da União:

VII — os terrenos de marinha e seus acrescidos:

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) — A Presidência defere o pedido formulado pelo Sr. Senador Paulo Hartung.

O ofício lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Item 1:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 1, DE 1995-A  
(Substitutivo da Câmara)**

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, do Substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995-A (nº 472-B/97, naquela Casa), tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias), tendo

Parecer sob nº 878, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a proposta.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (Sem Partido — RJ) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) — Com a palavra o Senador Artur da Távola, para discutir.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (Sem Partido – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez seja até ocioso discutir matéria ligada às medidas provisórias, mas, desde a Constituição de 1988, é praticamente um tema que divide a vida nacional.

Confesso que, após todos esses anos e apesar de todo o esforço de regulamentação que a proposta apresenta – aliás, parece-me altamente preciso e qualificado, porque retoma a questão, colocando-a nos seus devidos termos –, tenho observado algo que vai além da medida provisória e que envolve a própria ação do Parlamento nessa matéria. Posso sintetizá-lo da seguinte forma: pelo modo que as medidas provisórias vêm sendo emitidas e pelo qual se vem legislando no Brasil desde 1988, há uma ditadura do Poder Executivo. Não me refiro a este ou àquele governo, mas ao fato em si.

Se analisarmos em profundidade o presidencialismo brasileiro, vamos verificar que ele é nada mais nada menos que uma ditadura legal, referendada pelas urnas; uma ditadura de um ditador provisório – por cinco anos –, tais os poderes que se concentram não apenas na União, mas, sobretudo, nas mãos do Governo Federal, que é o representante da União.

O primeiro ponto pelo qual o presidencialismo brasileiro se apresenta como ditadura legal consiste no fato de que não há qualquer relação entre programa do Governo e articulação com o Parlamento. O programa de qualquer Governo é atribuição específica e exclusiva do Poder Executivo, que o faz à revelia do Parlamento, a tal ponto que não é consultado nem sobre matérias que serão enviadas a ele sob a forma de mensagens. Qualquer Governo um pouco mais prudente, após reunir-se com seus técnicos, deveria ter o cuidado de ouvir as lideranças parlamentares, já que é no Parlamento que os projetos irão tramitar. Mas o Poder Executivo não toma essa medida nem quando precisa de votos no Parlamento. E ao que se assiste, pelo fato de que a correlação de forças que elege o Parlamento não é a mesma que elege o Presidente da República, é uma constante e flagrante atitude de conflito entre Poder Executivo e Parlamento. E como é resolvido esse conflito? Pela emasculação do Parlamento, pela cooptação de quadros do Parlamento. E é por esse intermédio que caminham os ínvios atalhos da fisiologia, da desmoralização do Parlamento.

É, portanto, uma prática que violenta os partidos, destruindo-os por dentro, porque a cooptação muitas vezes se dá, para votos individuais, dentro do Parlamento, no seio dos partidos. Isso não estimula a

harmonia dos Poderes e que concentra nas mãos do Poder Executivo praticamente todo o comando do processo. Após essa atividade, que já não é simples e fácil, às vezes, após anos de tramitação de uma matéria no Congresso Nacional, a matéria vai para o Presidente da República, e dentro do sistema que temos, aparece uma figura muito pouco considerada nas discussões políticas e nas discussões do debate político: o veto. O veto, como está concebido no presidencialismo brasileiro, é, de todas, a maior prova da ditadura legal do Poder Executivo. É praticamente impossível derrubar um veto, pelo quorum exigido, até porque as sessões do Congresso para tal não são suficientemente exaustivas da matéria para que um veto seja, a rigor, considerado em profundidade pelos Parlamentares. Convenhamos, como são votados os vetos? Por dificuldade das reuniões do Congresso, os vetos são votados em bloco. Cada assessoria parlamentar dá a seus parlamentares a posição em relação ao veto, e pouquíssima discussão, pouquíssimo conhecimento da matéria votada existe. E uma vez que o Parlamento, após muitas vezes, em caso de leis mais complexas, após anos de deliberação constrói, articula uma aliança em torno de uma lei, basta o Poder Executivo vetá-la, no todo ou parte, para que esse trabalho simplesmente desapareça e de que seja praticamente impossível revogar um veto no sistema que temos.

Temos, portanto, um sistema tripartite que funciona teoricamente. Os Poderes, no caso do Executivo e do Legislativo, não funcionam de modo harmônico. O Poder Legislativo nada mais é do que um apêndice do Poder Executivo. E essa é uma das tragédias nacionais, muito pouco compreendidas por esta Nação, que, ainda recentemente, num plebiscito, derrubava a possibilidade de construção efetiva de uma ordem política maior e madura, que seria ou é a ordem política do parlamentarismo. No entanto, graças a um parlamentarismo que se sonhou para o Brasil e que não passou na Constituinte por questões circunstanciais, as mesmas de natureza fisiológica, que no sistema atual levam os partidos à fragmentação interna e o Poder Executivo a um controle do Legislativo, estamos aí com uma prática de medidas provisórias que, analisadas à luz de qualquer frieza, objetividade, nos mostrará um verdadeiro fracasso da atividade parlamentar, não por culpa dos parlamentares, mas por culpa da própria natureza da medida provisória. A rigor, que comissão de medida provisória funciona no Parlamento para estudá-la? Qual delas se reúne? E por que tal não acontece? Porque não adianta. Tal não acontece porque não adianta, a medida provisória já

está em vigor, não há condições praticamente de ela ser estudada e ser revogada e, em muitos casos, se ela viesse a ser revogada, já os seus efeitos, obtidos na sociedade, tornariam absolutamente inviável essa revogação. Portanto, a medida provisória acentua, além do veto, esse caráter arbitrário, inerentemente arbitrário, do Poder Executivo na sistemática brasileira. Não me refiro especificamente a nenhum governo em particular, mas a todos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nos deparamos com outra realidade. Há matérias, sobretudo matérias na área econômica, que, no processo de globalização contemporâneo, com o mercado financeiro organizado em termos mundiais, com eventualidades econômicas muitas vezes ligadas a bolsas de valores, exigem medidas rápidas. E aqui eu inverte a ótica, para levar, se possível, o Congresso a uma reflexão. Por outro lado, é verdade que o Congresso Nacional também não está aparelhado para o julgamento de matérias que, por sua natureza, necessitam de rapidez.

Ficamos, portanto, diante dessa disjuntiva, que, além do esforço dessa lei que regula – e o faz bem, mas não toca no essencial –, merecia por parte do Parlamento uma reflexão mais ampla. Nem ceder, como se cede, ao Poder Executivo para que ele seja como é, uma ditadura legal, nem ter um Parlamento tão lento, que não seja capaz de votar com rapidez matérias que são essenciais para o dia-a-dia da população.

Era o que tinha a dizer a respeito, ao discutir essa matéria.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância com a minha ultrapassagem do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa matéria merece realmente uma reflexão e uma ponderação séria por parte do Senado Federal. Não quero responder ao Senador Artur da Távola, até porque, em primeiro lugar, concordo com tudo o que S. Ex<sup>a</sup> disse, mas, como Relator, devo até procurar repercutir um pouco as palavras de S. Ex<sup>a</sup>. Algumas verdades importantes acentuadas pelo Senador Artur da Távola merecem ser aqui revistas, revisitadas, Sr. Presidente.

Primeiro, o fato de que as comissões mistas, que são comissões mistas de caráter provisório e, portanto, só existem em função da medida provisória, não se reúnem, o que é fato notório, repetido e conhecido. Há cerca de 70 medidas provisórias em andamento, ou seja, em processo de reedição, e não há caso de comissão mista que esteja se reunindo. Entre as proposições que estamos fazendo, mas isso não dependeria de texto constitucional, está a idéia de se criar posteriormente, para efeito de exame das medidas provisórias, uma comissão mista permanente, com o mesmo caráter institucional que tem, por exemplo, a Comissão de Orçamento, formada por Deputados e Senadores, mas com um caráter temporário que corresponda ao período de uma sessão legislativa, de modo que isso lhe daria quase que a aparência ou quase que o revestimento formal de uma comissão permanente. Portanto essa questão da comissão mista referida pelo Senador Artur da Távola é fundamental e é dentro disso que está elaborado o substitutivo à proposta de emenda constitucional que apresentamos.

Em segundo lugar, a questão das sessões conjuntas do Congresso Nacional. Ao se referir ao problema do veto, muito cabivelmente, o Senador Artur da Távola levantou o fato de que é muito raro, senão quase impossível, realizar-se uma sessão conjunta do Congresso Nacional com o **quorum** efetivo exigido para a validade de uma decisão. Dou como exemplo a recente Medida Provisória nº 1.918, que tratou das dívidas agrícolas, e hoje, publicada no **Diário Oficial**, se transforma em lei. Fizemos um esforço hercúleo para em menos de 20 dias produzir um resultado. Ouvimos os agricultores, as entidades, os sindicatos, fizemos reuniões com os Srs. Ministros Pratini de Moraes e Pedro Malan, reuniões sucessivas, intensas, longas, penosas, demoradas, e conseguimos o milagre quase inesperado de, em menos de 30 dias, produzir um relatório e ter um parecer com o projeto de conversão.

No dia da votação, convocado o Congresso Nacional pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães, convocada a sessão conjunta, o que ocorre? Para votar matéria tão crucial, tão importante, tão decisiva como a questão das dívidas agrícolas, que nos custou horas e horas de trabalho intenso e de penosa negociação, não havia **quorum** na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, na sessão conjunta do Congresso Nacional. Pois bem. Foi reeditada a Medida Provisória nº 1.918, das dívidas agrícolas. Tivemos que marcar nova votação para a semana seguinte, aí então com mais tempo, já com poder

convocatório em ação, quem sabe com a possibilidade de haver **quorum** na sessão conjunta, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, já que estes são contabilizados separadamente.

Na terça-feira seguinte, lá estava o Presidente Antonio Carlos Magalhães dando início à sessão e, no entanto, não havia **quorum** na Câmara e no Senado. Só um acordo feito com o Líder da Oposição possibilitou a aprovação da MP nº 1.918, das dívidas agrícolas. Não fora o acordo e a lei de conversão, que hoje foi publicada no **Diário Oficial**, não existiria.

Refiro-me a esse exemplo apenas para argumentar e para declarar a quase que falência, a quase que inviabilidade de se continuar apostando nas sessões conjuntas do Congresso Nacional para o exame, apreciação e votação de medidas provisórias.

Esse é um outro ponto da fala do Senador Artur da Távola que eu queria visitar e repisar. De fato, enquanto o veto depender de sessões conjuntas do Congresso Nacional, não serão devida e criteriosamente examinados e votados.

Em relação às medidas provisórias, estamos dando um passo à frente, tentando colocar num patamar e numa esfera de viabilidade, adotando a votação das medidas provisórias em Casas e sessões separadas. Votada a matéria na Câmara, vindo para o Senado, tranca-se a pauta no Senado e dá-se a ela o regime de urgência, sem prejudicar o andamento das matérias da Câmara e vice-versa. Quando a iniciação da matéria se der no Senado, ocorre o mesmo, e o mesmo se repete em relação à Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, como Relator da matéria – e aproveitando a intervenção do Senador Artur da Távola –, senti-me no dever de manifestar-me sobre esses dois pontos nesta tarde, para dizer o quanto é essencial que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores aprovem esta emenda constitucional, para que ela possa representar esse avanço institucional que pretendemos nas relações entre os Poderes da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para discutir.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde o Presidente Collor, mais de quatro mil medidas provisórias foram editadas pelo Poder Executivo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é o campeão, com mais de 3.200 medidas provisórias editadas durante o período do seu Governo. O Poder Executivo, portanto, legislou bem mais do que o Poder Legislativo.

Seria forte demais afirmar que a medida provisória é uma excrescência ou, usando velhos chavões conhecidos, o entulho jurídico remanescente do período autoritário inspirado na instituição dos decretos-leis?

Confesso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não entender como exagero esse tipo de afirmação. É evidente que esse esforço agora, por meio de uma nova regulamentação, vai reduzir o impacto autoritário da medida provisória no processo legislativo. Sem dúvida, verificar que uma única medida provisória tenha sido reeditada mais de 70 vezes é um exagero sem precedentes. Estamos vivendo esse exagero. Portanto, é preciso avançar.

Considero importante a iniciativa do Senador José Fogaça de estabelecer uma apreciação distinta, nas duas Casas, das medidas provisórias, eliminando a sessão conjunta do Congresso Nacional. Se no plenário do Senado é possível que um orador se pronuncie a respeito de assuntos importantes sem a necessária atenção de seus Pares, ao menos é possível fazer o pronunciamento. No Congresso Nacional, quando há sessão conjunta, é impraticável qualquer tipo de pronunciamento. O que se estabelece é a anarquia, da forma mais vexatória e desgastante possível e imaginável. Quem tem a oportunidade de assistir, pela TV Senado ou pela TV Câmara, a uma sessão conjunta do Congresso Nacional fica impressionado com a falta de respeito e consideração, com a falta de eficiência no debate de assuntos importantes, com a forma irresponsável de se deliberar sobre questões essenciais para o País.

Imagino a indignação coletiva daqueles que podem presenciar esse tipo de espetáculo legislativo no Congresso Nacional. Não há como compreender como pode proceder o Congresso dessa forma, que tem tanta responsabilidade diante da Nação. Por isso, considero a iniciativa do Senador Fogaça oportuna, prudente e que pode sinalizar uma mudança importante na apreciação das medidas provisórias aqui no Congresso Nacional. Sem dúvida não é ideal, é um avanço, mas não é o que se deseja. Desejamos o fim das medidas provisórias.

Queremos é um processo legislativo eficiente, ágil, capaz de oferecer respostas imediatas às aspirações da sociedade e também condições de governabilidade. O que não podemos é, com a nossa lentidão, atravancar as ações de governo que necessitam de eficiência e rapidez. É claro que não temos a autoridade necessária para combater a edição de medidas provisórias, enquanto não encontrarmos uma sistemática legislativa que nos possibilite oferecer resposta com agilidade às exigências, não do Executivo, mas sobretudo da sociedade.

Não podemos algemar o Poder Executivo, deixar de lhe oferecer os mecanismos indispensáveis ao exercício da atividade administrativa, ao desenvolvimento das políticas públicas de interesse nacional. Por isso, não podemos postular já o fim da edição de medidas provisórias.

Mas, Sr. Presidente, tenho uma sugestão. Com a Constituição, o Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, tem tido o maior interesse em modernizar as atividades do Legislativo, em tornar este Poder mais forte e respeitado pela opinião pública brasileira, quem sabe não seria a oportunidade de o próprio Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, constituir uma Comissão Mista, de Senadores e Deputados, para uma análise em profundidade do Regimento das duas Casas, para estabelecermos um novo modelo a fim de que o processo legislativo se torne mais rápido, eficiente, competente e eficaz, para que possamos postular, realmente, o fim dessa excrescência que é a utilização de forma autoritária do expediente da medida provisória, que, sem dúvida, não é o ideal para um país que deseja se consolidar como uma nação verdadeiramente democrática.

Portanto, Sr. Presidente, é a manifestação que faço, na tarde de hoje, aproveitando a oportunidade da discussão desta proposta. Enfatizo, mais uma vez, a sugestão de se constituir uma Comissão Mista que possa idealizar um novo modelo para o Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na oportunidade em que, mais uma vez, esta Casa delibera sobre um assunto tão importante e significativo para o equilíbrio dos Poderes, as medidas provisórias

as, ao invés de serem extirpadas do texto constitucional, mediante uma emenda constitucional que altera vários artigos da nossa Carta Magna, continuarão a subsistir no nosso mundo jurídico. Pelo menos os arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66 e 84 continuarão a existir, modificados que foram pelo substitutivo de autoria do Senador José Fogaça, que estudou em profundidade a matéria. E verificamos que este assunto das medidas provisórias só veio a ser focalizado e estudado por iniciativa do Senado Federal.

Lembro-me bem que foi constituída uma Comissão, cujo Relator foi o Senador Josaphat Marinho, do Estado da Bahia, que teve a incumbência de dar seu primeiro parecer de como deveriam permanecer na Constituição as medidas provisórias. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se pronunciou sobre o assunto, aprovou algumas emendas ao texto apresentado pelo Senador Josaphat Marinho e a matéria foi à Câmara dos Deputados. Quando voltou ao Senado, depois de sofrer alterações, o Senador José Fogaça, designado para relatar a matéria, resolveu apresentar um substitutivo alterando principalmente a forma de andamento das medidas provisórias, andamento antes proposto no âmbito do Congresso Nacional para medidas provisórias que agora serão apreciadas individualmente por cada Casa; pela Câmara e pelo Senado Federal.

Entrando no mérito, Sr. Presidente, achamos que dentre as competências que podem ser utilizadas pelo Governo Federal, competências legislativas, está aquela de poder baixar medida provisória, estabelecendo índices para a cobrança de impostos como, por exemplo, o Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza. Todos sabemos, uma medida provisória que venha a ser editada sobre este assunto, atingirá milhares e milhares de brasileiros, pessoas físicas e jurídicas que poderão ser, de um momento para outro, penalizadas por força de uma medida provisória que resolva aumentar as alíquotas do Imposto de Renda.

Em tempos passados, a própria Inglaterra fortaleceu-se no seu legislativo, fez a sua própria revolução quando a monarquia estava abusando dos seus poderes e cobrando, indiscriminadamente, impostos que deveriam ser pagos pela sociedade.

Sr. Presidente, além das restrições que temos sobre a medida provisória e a sua aplicação em um contexto de um regime presidencial, agrava-se a sua aplicação quando se permite que ela seja baixada para aumentar o Imposto de Renda. Agora mesmo, temos uma alíquota elevadíssima do Imposto de Renda, de 27,5%, que é paga pelas pessoas físicas – tra-

balhadores e funcionários públicos – que são penalizadas, todos os meses, sem qualquer possibilidade de uma redução. Se o Governo, de um dia para o outro, resolver aumentar essa alíquota, ficará muito difícil, através da apreciação dessa medida provisória, que profira essa majoração, ver-se a derrubada dessa proposta do Executivo.

Por isso, Sr. Presidente, apesar de ter pelo Senador José Fogaça o maior respeito, pois – tenho certeza – é um dos Parlamentares mais competentes do Congresso Nacional, S. Ex<sup>a</sup> procurou de fato melhorar a redação. Devemos levar em conta que antes não havia nenhuma regulamentação sobre a edição de medidas provisórias. Assim, já foi um avanço. Desta forma, aí está o ponto positivo do relatório do Senador José Fogaça. Contudo, volto a insistir que a medida provisória, como o próprio nome está dizendo, quem sabe, poderia prevalecer ainda por uns dois anos, após o que voltaríamos a um sistema anterior em que só o Legislativo poderia dispor sobre as matérias focalizadas nessa emenda constitucional, inclusive o aumento do imposto que pode ser feito com a caneta do Presidente da República.

Por isso, Sr. Presidente, na votação desta matéria, lamentavelmente, não poderei acompanhar o nobre Senador José Fogaça. Irei abster-me da sua votação. Entretanto, quando o Legislativo – tenho certeza que ocorrerá um dia – tomar a iniciativa de revogar a medida provisória, porque se trata de matéria típica do regime constitucional parlamentarista, então o Senador José Fogaça contará integralmente com o meu voto, com o meu apoio na revogação tácita e expressa desta matéria, que não se coaduna com o nosso regime presidencialista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão, terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 13, DE 1999 – COMPLEMENTAR  
(Votação nominal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Luiz Este-

vão, que altera a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal, tendo

Parecer sob nº 760, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.

Não foram oferecidas emendas à proposição, durante o prazo regimental de 5 dias.

Passa-se à discussão em conjunto do projeto e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 288, inciso III, letra “a”, do Regimento Interno, a matéria depende para a sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar a Emenda nº 1-CAE (Substitutiva), que tem preferência regimental.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto favorável, “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O PSDB vota “sim”.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI) – Sr. Presidente, O PFL vota “sim”.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB – PA) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O PFL e o PMDB votam “sim”.

**A SRA. MARINA SILVA** (BLOCO/PT – AC) – A Bancada do Bloco encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Bloco vota “sim”.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PPB – PA) – Sr. Presidente, o PPB acompanha o voto do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O PPB acompanha o voto do Bloco.

(*Procede-se à votação nominal.*)

## VOTAÇÃO NOMINAL

## EMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO), AO PLS Nº 13, DE 1999 - COMPLEMENTAR

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 82, DE 27 DE MARÇO DE 1995, ACRESCENTANDO PARÁGRAFO AO ART. 1º, III, PARA DISPOR SOBRE O CÔMPUTO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DO DISTRITO FEDERAL

Nº Sessão: 1

Nº vot.: 1

Data Início: 10/11/99

Hora Início: 16:51:47

Sessão Data: 10/11/99

Hora: 14:30

Data Fim: 10/11/99

Hora Fim: 16:59:34

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PSDB	SP	PEDRO RIVA	SIM
PMDB	RN	AGNELO ALVES	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PIB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM	PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
BLOCO	PE	CARLOS WILSON	SIM	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PFL	BA	DJALMA BESSA	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPICY	SIM				
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUIRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PFL	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
PMDB	DF	LUIZ ESTEVÃO	SIM				
PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	SIM				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
BLOCO	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	ABST.				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.:

2º Sec.:

3º Sec.:

4º Sec.:

Operador HEITOR LEDUR

Votos SIM: 61

Votos NÃO: 3

Total: 65

Votos ABST: 1

Emissão em: 10/11/99 - 16:59:36

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO 3 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 65 votos.

Aprovado o substitutivo (Emenda nº 1-CAE).

Fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido para o turno suplementar.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### EMENDA Nº 1-CAE

(Substitutivo)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 1999-COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, que "Disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 1º .....

I – .....

II – .....

III – .....

§ 1º .....

§ 2º Para fins do disposto neste artigo não serão considerados receitas e despesas do Distrito Federal os recursos decorrentes do cumprimento do art. 21, XIV, da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Emenda Constitucional nº 19, de 5 de junho de 1998".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** (PMDB – DF) – Sr. Presidente, tendo em vista ser o projeto de minha autoria, gostaria de solicitar a V. Exª a palavra para fazer uma breve declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A declaração de voto é por escrito, mas, em apreço a V. Exª, concedo-lhe a palavra.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** (PMDB – DF. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Peço a palavra apenas para registrar a importância desse projeto para o Distrito Federal, já que, quando votamos a Lei Complementar nº 96 neste Senado, eu havia registrado que, da maneira como estava redigida, ela redundaria na obrigação do Distrito Federal de demitir quase 40% de seus servidores públicos.

Com a aprovação deste projeto hoje, dá-se o formato correto à questão das folhas de pagamento, evitando-se, assim, a demissão de servidores e a queda ou a inexistência de grande parte dos serviços públicos no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 3.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 1999 – COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, que regulamenta o inciso I, do § 1º, do art. 43 da Constituição Federal. (Redução de desigualdades regionais), tendo

Parecer sob nº 761, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CAE, que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 693, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos art. 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1999, de minha autoria, a fim de ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos da juridicidade e constitucionalidade.

#### Justificação

O Projeto de Lei de minha autoria nº 156, de 1999, busca a regulamentação do inciso I, § 1º, do art. 43 da Constituição Federal, o qual por sua vez esta-

belece normas de natureza programática que visam a redução das desigualdades regionais em nosso País.

Ao ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o mesmo recebeu as Emendas nºs. 1 a 4 \_ CAE, que modificam substancialmente o projeto original, haja vista, entre outras alterações, a desvinculação dos programas de desenvolvimento regionais previstos na proposta com as diretrizes e objetivos a serem contemplados no respectivo Plurianual.

Entretanto, conforme estabelece a própria Constituição Federal, qualquer ação de iniciativa do Poder Executivo, relativa à matéria orçamentária, e aí se inclui aquelas que visem a criação de programas regionais de desenvolvimento, deverá se compatibilizar com o plano plurianual vigente.

Noutro passo, o art. 165, § 1º, da Carta Magna, também preceitua que as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada deverão ser consignados no plano plurianual.

Desta forma, vislumbrando que a modificação do texto original do Projeto poderá ensejar uma inconstitucionalidade ou um conflito com as normas constitucionais invocadas, sugiro que a discussão da matéria ora em apreço seja adiada para que a Comissão de Constituição e Justiça, com o prazo necessário para uma análise mais acurada, possa se manifestar sobre a questão, dirimindo as dúvidas aqui suscitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1999, será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

**SUBSTITUTIVO DO SENADO  
AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 11, DE 1999 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1999-Complementar (nº 149/97-Complementar, na Casa de origem),

que define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 875, de 1999, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido, Relator: Senador Carlos Patrocínio.  
Em discussão. (Pausa.)

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria, até o encerramento da discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem a apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem a necessidade da votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria definitivamente adotada:

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1999 – Complementar (nº 149, de 1997 – Complementar, na Casa de origem).**

**ANEXO AO PARECER Nº 875, DE 1999**

**Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, a Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, para acrescentar serviço sujeito ao imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 4º Na prestação do serviço a que se refere o item 101 da Lista Anexa, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do município, ou da metade da extensão de ponte que una dois municípios.

§ 5º A base de cálculo apurado nos termos do § 4º:

I – é reduzida, nos municípios onde não haja posto de cobrança de pedágio, para sessenta por cento de seu valor;

II. – é acrescida, nos municípios onde haja posto de cobrança de pedágio do complemento necessário à sua integralidade em relação à rodovia explorada.

§ 6º Para efeito do disposto no § 4º e no § 5º, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia."

Art. 2º O art. 12 do Decreto-Lei nº. 406, de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

"c) no caso do serviço a que se refere o item 101 da Lista Anexa, o município em cujo território haja parcela da estrada explorada."

Art. 3º A Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 1968, com a relação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, passa a vigorar acrescida do seguinte item:

"101 – exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramento para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais."

Art. 4º A alíquota máxima de incidência do imposto de que trata esta lei é fixada em cinco por cento.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1998** (nº 449/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 360, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francellino Pereira, com abstenção a Senadora Heloisa Helena.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções da Senadora Heloisa Helena e do Senador Lauro Campos.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

# **PARECER Nº 936, DE 1999**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1998 (nº 449, de 1997, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1998 (nº 449, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Geraldo Melo** – **Nabor Júnior** – **Carlos Patrocínio**.

## **ANEXO AO PARECER Nº 936, DE 1999**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Visão de Uberlândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 633, de 25 de agosto de 1994, que renova por dez anos, a partir de 19 de dezembro de 1987, a permissão outorgada a "Rádio Visão de Uberlândia Ltda.", para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1998** (nº 540/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 321, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções das Senadoras Heloisa Helena e Marina Silva e dos Senadores Lauro Campos, José Eduardo Dutra e Geraldo Cândido.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

## **PARECER Nº 937, DE 1999**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1998 (nº 540, de 1997, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1998 (nº 540, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Geraldo Melo** – **Nabor Júnior** – **Carlos Patrocínio**.

## **ANEXO AO PARECER Nº 937, DE 1999**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999**

**Aprova o ato que renova a concessão da "Rádio Clube de Mococa Ltda.," para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de outubro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da "Rádio Clube de Mococa Ltda.," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 7:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1998** (nº 543/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 362, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.

Em discussão o projeto, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções das Senadoras Heloisa Helena e Marina Silva e dos Senadores Lauro Campos, José Eduardo Dutra e Geraldo Cândido.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 938, DE 1999**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1998** (nº 543, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1998 (nº 543, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de novembro de 1999. – **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Geraldo Melo** – **Nabor Júnior** – **Carlos Patrocínio**.

**ANEXO AO PARECER Nº 938, DE 1999**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999**

**Aprova o ato que renova a concessão da "Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da "Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** ( Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 8:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1998** (nº 566/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deférida à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 323, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções das Senadoras Heloisa Helena e Marina Silva e dos Senadores Lauro Campos, José Eduardo Dutra e Geraldo Cândido.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 939, DE 1999**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1998 (nº 566, de 1997, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1998 (nº 566, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Radiodifusão Assisense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima** – **Geraldo Melo** – **Nabor Júnior** – **Carlos Patrocínio**.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 939, DE 1999**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999**

Aprova o ato que renova a outorga deferida a "Radiodifusão Assisense Ltda.," para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de janeiro de 1997, que renova a outorga deferida a "Radiodifusão Assisense Ltda.," para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 1995, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999** (nº 31/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, quórum e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembleia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim, tendo

Parecer favorável, sob nº 795, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada as matérias da Ordem do Dia. (Pausa.).

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

**PARECER Nº 940, DE 1999**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (nº 31, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (nº 31, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, **quorum** e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator – **Nabor Junior** – **Cassido Maldaner** – **Eduardo Suplicy**.

**ANEXO AO PARECER Nº 940, DE 1999**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999**

**Aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, quorum e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, **quorum** e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido e aprovado o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 694, DE 1999**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (nº 31/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, **quorum** e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1999. – **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

## PARECERES Nºs 941 E 942, DE 1999

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 ( nº 1.527, de 1999, na origem ), de iniciativa do Presidente da Republica, que “dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências”

PARECER Nº 941, DE 1999, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATOR: Senador GERALDO ALTHOFF

### 1. RELATÓRIO

Chega ao exame desta Casa, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (nº 1.527, de 1999, na origem), de autoria do Poder Executivo, que “*Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências*”.

A proposição promove diversas modificações nas Leis de Custeio e de Benefício da Regime Geral de Previdência Social – RGPS, adequando-as ao novo desenho nascido com a Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, além de ajustá-las às alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nºs 18 e 19, de 1998.

Essencialmente, são as seguintes as alterações feitas pela proposta no RGPS:

1. homogeneização das categorias de segurados – redução das atuais sete categorias para apenas quatro;
2. ampliação do período de referência para o cálculo do benefício – os maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado, observando-se uma regra de transição, considerando-se no cálculo, inicialmente, os salários-de-contribuição posteriores a junho de 1994;
3. introdução de um fator previdenciário na fórmula de cálculo do salário-de-benefício. Pretende-se estreitar a vinculação entre benefício e contribuição prévia ao considerar expectativa de sobrevida e tempo de contribuição do segurado no momento da aposentadoria, com um período de transição de 60 meses para a sua implantação paulatina;
4. eliminação gradativa da escala de salário-base como referência para a contribuição do contribuinte individual, passando este a contribuir sobre a remuneração efetivamente percebida, igualmente ao segurado empregado;
5. equalização das contribuições da empresa, uniformizando-se a alíquota de contribuição em vinte por cento, quer quando contrate um empregado, quer quando contrate um contribuinte individual, tornando a Previdência Social neutra sob o ponto de vista da formalização da mão-de-obra;
6. diferenciação nas multas de mora entre o contribuinte que declarar as suas contribuições na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP e aquele que se furtar de tal obrigação;
7. limitação dos juros de mora a zero vírgula cinco por cento ao mês para indenização do tempo de serviço passado;

8. exigência de que o contribuinte individual somente tenha o tempo de serviço computado mediante a correspondente contribuição, independentemente do período a que se refira;

9. vinculação do pagamento do salário-família à apresentação de comprovante de frequência do filho à escola;

10. extensão do salário-maternidade a todas as seguradas e instituição de um período mínimo de dez meses de carência para este benefício para as seguradas individuais, especiais e facultativas, de modo a coibir as fraudes;

O Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social assim justifica a proposição, na Exposição de Motivos que a acompanha:

*"O Projeto de Lei proposto procura aprimorar o sistema previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada em relação às mudanças no mercado de trabalho e à evolução demográfica criando, concomitantemente, maiores atrativos para a incorporação de trabalhadores autônomos e outros não assalariados à Previdência Social e estreitando a relação entre contribuições e benefícios.*

.....

*Acreditamos que o atual modelo de Previdência Social, baseado na repartição e na solidariedade intra e intergeracional, estará dando céleres passos na sua adequação às novas realidades do mercado de trabalho e da evolução demográfica da sociedade brasileira por meio das medidas (...) [ora propostas]. No conjunto, pensamos que elas consolidam e desenvolvem o Regime Geral de Previdência Social, fortalecendo-o para melhor poder cumprir, também no futuro, sua precípua função de proteger a população segurada nas diversas contingências de perda da capacidade de ganho do seu próprio sustento."*

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta.

É o relatório.

## 2. VOTO DO RELATOR

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária da União, conforme os arts. 24, XII, e 201, da Constituição.

A proposição, igualmente, não contém qualquer vício nos aspectos de sua juridicidade e regimentalidade e vem vazada na melhor técnica legislativa.

Ressalve-se aqui, tão-somente, a necessidade de adaptação do texto da proposição à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”*, mediante acréscimo da sigla “NR”, significando “nova redação”, ao final de cada artigo alterado nas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991, bem como de promover correção material na alteração feita no art. 21 da citada Lei nº 8.212, de 1991, para não restar dúvida que a modificação tem lugar apenas no *caput* do dispositivo, restando intocado o seu parágrafo único.

No tocante ao mérito, também nos manifestamos pela aprovação do projeto em análise, que representa um passo fundamental no sentido da garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social, dando cumprimento ao que estabelece o *caput* do art. 201 da Carta Magna, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

A importância desse fato não pode ser exagerada. A questão da previdência social é hoje, sem dúvida, um dos mais graves problemas das contas públicas. Trata-se de despesa que deverá se aproximar de sessenta bilhões de reais, ainda no presente ano, para uma receita que não deverá ultrapassar a casa dos cinquenta bilhões de reais. Temos aí, então, uma necessidade de financiamento por parte do Tesouro Nacional de quase dez bilhões de reais e, o que é mais grave, com tendência de crescimento, que será estancado com a aprovação do presente projeto.

Vale, ainda ressaltar o papel das duas principais alterações introduzidas pela proposição na sistemática de cálculo do benefício

previdenciário na direção da justiça social. São elas o aumento do número de salários-de-contribuição para cálculo do salário-de-benefício e a introdução do fator previdenciário

A primeira torna a aposentadoria do segurado do RGPS mais próxima da respectiva contribuição, dando mais consistência atuarial ao regime e evitando o aumento artificial do salário-de-contribuição nas vésperas da aposentadoria, que conduzia, na prática, à concessão de um subsídio a alguns segurados.

Já o fator previdenciário leva a que aqueles que contribuem por mais tempo e com mais idade terão aposentadoria maior. Trata-se, efetivamente, do ponto de vista atuarial, de mecanismo que retira uma forma de subsídio presente no sistema vigente, que beneficia aqueles em condições de se aposentarem mais cedo, em detrimento daqueles que, por algum motivo, se viam obrigados a permanecer no sistema.

Somente isso seria suficiente para justificar a aprovação desta proposta. Ela, no entanto, avança em outros pontos, ensejando as correções necessários no RGPS à nova realidade do mercado de trabalho. Isso permite a integração à proteção do seguro social de uma enorme massa de pessoas que hoje estão excluídas dele. Ou seja, ao viabilizar a inclusão de amplos setores da população brasileira na previdência social, a iniciativa traduz-se em importante instrumento de construção da cidadania.

Além disso, o projeto promove uma série de importantes ajustes nos ordenamentos básicos de nossa previdência social que, com certeza, representam melhorias tanto para a gestão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como para o segurado.

É prevista redução no número de categorias de segurados. Atualmente são sete: empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso, empresário, trabalhador autônomo, equiparado a autônomo e segurado especial. Nos termos da proposição passam a ser apenas quatro: empregados, empregados domésticos, contribuintes individuais e segurados especiais. Dessa forma pretende-se dar tratamento mais homogêneo aos segurados, permitindo uma maior isonomia previdenciária entre as diversas categorias.

Amplia-se, assim, o afastamento do Direito Previdenciário das diferenciações que caracterizavam o Direito do Trabalho. A classificação

segundo a natureza da relação trabalhista deixou de fazer sentido. As distorções do mercado de trabalho acabaram criando subsídios implícitos. Ocorre que os segurados acabam buscando os enquadramentos mais vantajosos, ou seja, aqueles que permitem um maior retorno na relação entre os valores das contribuições e os benefícios a serem recebidos. A redução no número de categorias, combinada com a equalização das contribuições das empresas, estimulará o enquadramento real do segurado e a formalização dos contratos de trabalho. Ainda mais, representará uma simplificação dos procedimentos administrativos e uma redução no custo operacional do INSS.

É prevista a extinção da escala de salário-base. A existência de uma escala dessa natureza está diretamente vinculada à sistemática atual de cálculo de benefício, que considera os últimos trinta e seis meses como referência. Com a mudança no cálculo, prevista no projeto, essa escala se tornaria supérflua. Eventuais subdeclarações de rendimentos sujeitos à contribuição passam a influir diretamente no valor do benefício futuro do empregado, em prejuízo dele próprio. Além disso, a existência da escala geraria injustiça, já que ela impede que os segurados contribuam sobre o efetivo valor dos rendimentos.

Propõe-se a eliminação gradativa da escala até que, em cinco anos, ela esteja completamente extinta. Assim, não serão prejudicadas expectativas e programações individuais dos atuais segurados. Ainda mais, a ampliação gradativa do período de tempo de contribuição, referência para a determinação do valor do benefício, e a extinção da escala de salário-base se completam no futuro. Como consequência, teremos menos possibilidades de manipulação, com menos incentivos à subdeclaração de valores no momento da contribuição.

Pretende-se, também, equalizar alíquotas de contribuição. A existência de alíquotas diferenciadas de contribuição, quando essa é de responsabilidade das empresas, acaba obstaculizando a formalização das relações de emprego. A contratação de empregados atualmente é mais onerosa do que a manutenção de relações informais de trabalho ou de relações com terceiros não-empregados. A iniciativa iguala o percentual de contribuição devido na existência de relação de emprego àquele devido na contratação do trabalho de contribuintes individuais. É introduzida também uma modalidade de compensação que permite uma redução na contribuição paga pelo segurado, de nove por cento. Dessa forma, o contribuinte individual tenderá a colaborar para evitar fraudes no sistema, tornando-se uma espécie de fiscal das contribuições da empresa. Em

suma, na sistemática proposta, a carga contributiva da empresa torna-se independente da modalidade de relação de trabalho estabelecida entre as partes.

A proposição também altera o tratamento dispensado aos devedores, estabelecendo distinção entre o contribuinte meramente inadimplente e o sonegador contumaz. Os percentuais de multas previstos no art. 35 da Lei nº 8.212, de 1991, são majoradas em cem por cento. As multas devidas por aqueles que declararem os valores dos débitos através da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP serão reduzidas em cinquenta por cento, em relação àquelas devidas por aqueles que não declararem os mesmos débitos. Assim, não são prejudicados os inadimplentes, que declaram a existência do débito, mas são penalizados os sonegadores, isto é, aqueles que, dispondo ou não de recursos, furtam-se de cumprir a obrigação principal e não reconhecem a existência do débito.

É alterada a sistemática de cálculo da indenização de tempo anterior, relativo ao exercício de atividade remunerada que não determinava a filiação obrigatória à Previdência Social ou decorrente da não inscrição do segurado em época própria. Essa medida objetiva atrair os contribuintes individuais e ampliar a taxa de cobertura da Previdência Social. Esse valor da indenização atualmente é calculado com aplicação de taxa de juros de um por cento ao mês. Mediante alteração no § 4º do art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, esses juros são limitados a meio por cento ao mês, com capitalização anual.

A proposta também prevê que a comprovação do exercício de atividade remunerada, pelos contribuintes individuais, dependerá, a qualquer tempo, do recolhimento das correspondentes contribuições. Atualmente a constituição de créditos, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, está limitada ao prazo de trinta anos, no caso dos segurados empresários, autônomos e equiparados. Mediante alteração no § 1º do art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, esse limite temporal deixa de existir. Trata-se de modificação tendente a compatibilizar o texto da lei com alterações na ordem constitucional decorrentes da aprovação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

O pagamento do salário-família passa a depender da comprovação de que o filho do beneficiado frequenta a escola. Nos termos da Exposição de Motivos que acompanha a iniciativa, com isso pretende-se “*aproveitar espaços de complementariedade e sinergia entre a política previdenciária e outras políticas de desenvolvimento social, notadamente na área educacional*”.

Finalmente, são introduzidas modificações na disciplina do salário-maternidade. Atualmente esse benefício somente é devido às seguradas empregadas, inclusive a doméstica, trabalhadora avulsa e especial. Essa situação é discriminatória para com as demais contribuintes. Atentando para esse fato, o projeto estende o salário-maternidade a todas as seguradas. A medida também objetiva atrair 2,5 milhões de trabalhadoras autônomas, ainda não-contribuintes e na faixa de idade fértil, para a formalização da sua situação previdenciária. Com o objetivo de se evitarem fraudes, institui-se um período de carência de dez meses para o benefício, no caso das seguradas individuais, especiais e facultativas.

Todas essas medidas representam um conjunto harmônico no sentido da adequação da legislação previdenciária, tanto à nova realidade constitucional, quanto às mudanças que têm lugar na sociedade e no mercado de trabalho.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, conforme aprovado na Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

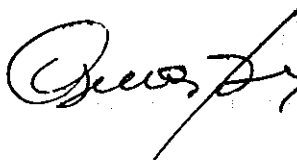
### EMENDA Nº 1 – CAS ( DE REDAÇÃO )

Dê-se à alteração feita no art. 21 da Lei 8.212, de 1991, pelo art. 1º do PLC nº 46, de 1999, a seguinte redação:

“Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

..... (NR)”

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1999

, Presidente

① *[assinatura]*  
 ② *[assinatura]*  
 ③ *[assinatura]*  
 ④ *[assinatura]*  
 ⑤ *[assinatura]*  
 ⑥ *[assinatura]*  
 ⑦ *[assinatura]*  
 ⑧ *[assinatura]*  
 ⑨ *[assinatura]*  
 ⑩ *[assinatura]*  
 ⑪ *[assinatura]*  
 ⑫ *[assinatura]*  
 ⑬ *[assinatura]*  
 ⑭ *[assinatura]*  
 ⑮ *[assinatura]*  
 ⑯ *[assinatura]*  
 ⑰ *[assinatura]*  
 ⑱ *[assinatura]*  
 ⑲ *[assinatura]*  
 ⑳ *[assinatura]*  
 ㉑ *[assinatura]*  
 ㉒ *[assinatura]*  
 ㉓ *[assinatura]*  
 ㉔ *[assinatura]*  
 ㉕ *[assinatura]*  
 ㉖ *[assinatura]*  
 ㉗ *[assinatura]*  
 ㉘ *[assinatura]*  
 ㉙ *[assinatura]*  
 ㉚ *[assinatura]*  
 ㉛ *[assinatura]*  
 ㉜ *[assinatura]*  
 ㉝ *[assinatura]*  
 ㉞ *[assinatura]*  
 ㉟ *[assinatura]*  
 ㊱ *[assinatura]*  
 ㊲ *[assinatura]*  
 ㊳ *[assinatura]*  
 ㊴ *[assinatura]*  
 ㊵ *[assinatura]*  
 ㊶ *[assinatura]*  
 ㊷ *[assinatura]*  
 ㊸ *[assinatura]*  
 ㊹ *[assinatura]*  
 ㊺ *[assinatura]*  
 ㊻ *[assinatura]*  
 ㊼ *[assinatura]*  
 ㊽ *[assinatura]*  
 ㊾ *[assinatura]*  
 ㊿ *[assinatura]*

, Relator

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46/99

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999,  
 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS):

01 - OSMAR DIAS - PRESIDENTE  
 02 - GERALDO ALTHOFF - RELATORA  
 03 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA  
 04 - CARLOS BEZERRA  
 05 - LUIZ PONTES  
 06 - LÚCIO ALCÂNTARA  
 07 - LUZIA TOLEDO  
 08 - EMILIA FERNANDES ( CONTRÁRIO )  
 09 - MOREIRA MENDES

10 - MOZARILDO CAVALCANTI  
 11 - TIÃO VIANA ( CONTRÁRIO )  
 12 - MARIA DO CARMO ALVES  
 13 - ANTERO PAES DE BARROS  
 14 - DJALMA BESSA  
 15 - HELOISA HELENA ( CONTRÁRIO )  
 16 - SÉRGIO MACHADO  
 17 - EDUARDO SIQUERIA CAMPOS  
 18 - GERALDO CÂNDIDO ( CONTRÁRIO )

ADENDO AO PARECER Nº , DE 1999 A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, SOBRE AS EMENDAS APRESENTADAS NOS TERMOS DO ART. 122, II, "b", DO REGIMENTO INTERNO

RELATOR: Senador **GERALDO ALTHOFF**

## 1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (nº 1.527, de 1999, na origem), de autoria do Poder Executivo, que *"Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências"*, recebeu duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do ilustre Senador **RENAN CALHEIROS**, pretende alterar o art. 150, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Com a mudança, o autor quer restabelecer a aposentadoria excepcional do anistiado. Segundo ele, esse benefício foi extinto, implicitamente, pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e, explicitamente, na Ordem de Serviço nº 623, de 19 de maio de 1999, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A Emenda nº 2, de autoria do eminente Senador **JONAS PINHEIRO**, pretende suprimir o inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado no art. 1º do projeto em análise. O autor afirma que a supressão do inciso é necessária para evitar que haja dualidade na incidência de taxaço, pois além da incidência prevista de *"quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho"*, as cooperativas, dada a sua equiparação com as empresas (art. 14 da Lei nº 8.213, de 1991), também teriam de recolher contribuição de 15%.

É o relatório.

## 2. VOTO DO RELATOR

No que diz respeito à Emenda nº 1, opinamos pela sua rejeição. Seu nobre autor afirma que os dispositivos legais citados afrontam o texto do art.

150, da Lei nº 8.213, de 1991, além de contrariar dispositivos constitucionais e a jurisprudência de tribunais superiores. Em nosso entendimento, a matéria não guarda relação direta com a temática e com os objetivos gerais do Projeto de Lei. De qualquer forma, na hipótese de haver conflito entre a lei e normas de hierarquia inferior, a solução para o problema não deve ser buscada na alteração da lei, mas mediante os remédios judiciais pertinentes ou decreto legislativo, dentro da competência exclusiva do Congresso Nacional para "*sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*", ex vi do inciso V do art. 49 da Constituição Federal.

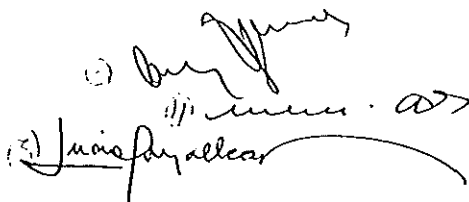
Quanto à Emenda nº 2, também manifestamo-nos pela sua rejeição. De fato, não haverá duplicidade de contribuição. O equiparação prevista no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.213, de 1991, para os fins previstos naquele diploma legal não é novidade, já constando de sua atual redação. Somente haveria duplicidade na hipótese de ser mantida a contribuição prevista no inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996. Essa lei, no entanto, que, materialmente, é lei ordinária, está sendo revogada no texto do projeto, suprimindo-se, assim, a contribuição a cargo das cooperativas. Contribuição de mesmo percentual passa a ser de responsabilidade das empresas tomadoras de serviços. Dessa forma, aumentam as garantias de que haverá efetivamente recolhimento das contribuições e é desestimulada a criação de "cooperativas de trabalho", sem solidez e sem patrimônio, nas quais proliferam as relações de trabalho informais ou precárias.

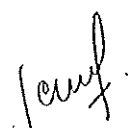
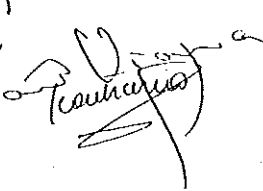
Assim sendo, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas ao do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999.

Sala da Comissão, em 10 de Novembro de 1999.

 , Presidente

 , Relator

 Juarez Galvão

# **EMENDAS OFERECIDAS AO PLC Nº 46/99**

**ASSINARAM O PARÉCER, EM REUNIÃO NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999,  
OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS):**

- 01 - OSMAR DIAS - PRESIDENTE
- 02 - GERALDO ALTHOFF - RELATORA
- 03 - CARLOS BEZERRA
- 04 - MARIA DO CARMO ALVES
- 05 - LÚCIO ALCÂNTARA
- 06 - GERALDO CÂNDIDO ( CONTRÁRIO )
- 07 - LUIZ PONTES
- 08 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA ( CONTRÁRIO )
- 09 - LUZIA TOLEDO
- 10 - DJALMA BESSA
- 11 - EMILIA FERNANDES ( CONTRÁRIO )
- 12 - MOREIRA MENDES
- 13 - SÉRGIO MACHADO
- 14 - JUVÊNCIO DA FONSECA
- 15 - EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
- 16 - TIÃO VIANA ( CONTRÁRIO )
- 17 - ANTERO PAES DE BARROS
- 18 - HELOISA HELENA ( CONTRÁRIO )
- 19 - MOZARILDO CAVALCANTI

## VOTO EM SEPARADO DA SENADORA HELOÍSA HELENA PERANTE A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 46, de 1999, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis n.ºs 8212 e 8213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Executivo, em sua justificativa, argumenta que a apresentação da proposta tem por objetivo dar continuidade ao processo de regulamentação da Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, buscando aprimorar o sistema previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada.

O projeto ora proposto pelo executivo modifica a legislação vigente, através das Leis 8212 e 8213, ambas de 24 de julho de 1991. Dentre as modificações propostas destacamos:

1. Redução do número de categorias de segurados, de 07, que englobam: empregados, empregados domésticos, empresário, trabalhador autônomo, equiparado a autônomo e segurado especial; para 04 categorias, que são: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual e segurado especial. As categorias de empresários, trabalhadores autônomos, equiparado a autônomo são englobados numa categoria nova denominada "Contribuinte Individual".
2. Modificação na concessão do benefício de salário-maternidade através de:
  - a) Ampliação da cobertura do benefício salário-maternidade que passa a englobar todas as seguradas da previdência social, ao contrário do que ocorre hoje, onde são cobertas por esse benefício as empregadas seguradas, empregadas domésticas, trabalhadoras avulsas e seguradas especiais.
  - b) A instituição de uma carência para o pagamento do benefício, aplicável às seguradas contribuintes individuais e às seguradas especiais, a partir da justificativa de que "a carência é um instituto que necessariamente deve estar presente em qualquer sistema previdenciário a ser estipulada para qualquer benefício".
  - c) Mudança na fonte pagadora do benefício; a proposta propõe a transferência da responsabilidade do pagamento do salário-maternidade, que hoje é feito pela empresa, com a efetiva compensação no recolhimento das contribuições sobre a folha de salários, passando a ser feitos pelo INSS.
3. Condicionamento do pagamento do salário-família à comprovação de frequência do filho à escola. Na atual legislação o pagamento deste benefício está condicionado à apresentação da certidão de nascimento e a certidão de vacinação. Dentre os novos requisitos passa a ser obrigatória a apresentação de uma comprovação de frequência escolar.
4. Tratamento diferenciado entre o contribuinte sonegador e o meramente inadimplente. Segundo o projeto, "o inadimplente é aquele que, não dispondo de recursos para quitar a sua contribuição, declara o valor devido na GFIP, fazendo-se conhecido. O sonegador é o que, dispondo ou não de recursos para saldar os seus débitos, não os declara, furtando-se não somente de cumprir a obrigação principal, como também de ser conhecido". Desta forma, o projeto propõe majorar em

100% os percentuais previstos na Lei 8212, de 1991, estabelecendo ao mesmo tempo, uma redução de 50% para os inadimplentes, todavia sem levar em consideração a data do fato gerador.

5. Redefinição dos critérios de cálculo do benefício, considerada pelo governo como uma das mais importantes mudanças apresentadas. A proposta modifica o período para cálculo, que passa a ser de julho de 1994 até o momento da aposentadoria. Segundo, a mensagem encaminhada pelo governo, o aumento do "período de contribuição computado para apuração do salário-de-benefício nada mais é do que um ajuste da legislação brasileira à tendência internacionalmente vigente de extensão do número de anos sobre os quais se baseia a determinação do valor do benefício".

Além da mudança proposta no período de cálculo, introduz-se, através do presente projeto, outros fatores no cálculo do benefício. É apresentada pelo governo uma nova fórmula para o cálculo. Entre os componentes a serem levados em conta na nova fórmula destaco o "fator previdenciário", que leva em consideração: a expectativa de sobrevida na data da aposentadoria, o tempo de contribuição até a data da aposentadoria, a idade no momento da aposentadoria e a alíquota de contribuição (definida como 0,31).

Abaixo apresento a fórmula de cálculo proposto pelo governo:

### CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO

#### Salário de Benefício:

$$\frac{x}{y} \times f$$

Onde:

$x$  = Soma dos salários de contribuição corrigidos

$y$  = n.º não inferior ao n.º de meses decorridos entre julho/94 e a data do requerimento

$f$  = fator previdenciário

onde:

$f$  = fator previdenciário

*Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria*

*Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria*

*a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31*

É o relatório

## II - VOTO

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Sociais apreciar a proposição no que se refere ao seu mérito.

A Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, alterou significativamente os principais alicerces da Previdência Social. Cortou-se benefícios, ampliou-se a participação do trabalhador no seu custeio e, principalmente, acabou-se com a segurança do segurado na certeza do seu benefício, que ficou condicionado ao equilíbrio financeiro do sistema. E introduziu, na esfera tributária, a possibilidade de imposição de contribuições sociais para o financiamento da seguridade social na forma da nova redação do art. 195, incisos I e II, a serem cobradas do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento; e c) o lucro; e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

O tema foi debatido no Congresso Nacional de março de 1995 até a data da promulgação da emenda, 15 de dezembro de 1998. Desde então, o Poder Executivo vem tentando através de normas regulamentares, subverter o texto promulgado, com vistas a introduzir novos requisitos para o gozo de benefícios previdenciários.

O Projeto de Lei em tela é a segunda tentativa de condicionar o benefício previdenciário, em especial a aposentadoria por tempo de contribuição à idade do segurado. A primeira ocorreu por meio do Decreto n.º 3.048/99, ousou incluir a idade como requisito.

Saiu derrotado. Com este Projeto de Lei, volta à carga visando subtrair de forma aviltante o valor do benefício concedido, o que na prática suprime o direito daquele que já tendo contribuído por 30 ou 35 anos, cumpriu todas as exigências constitucionais para fazer jus à aposentadoria. Além disso, torna virtualmente inviável o exercício, pela mulher, do direito à aposentadoria contando tempo de contribuição inferior ao exigido do homem. Pela nova redação, a mulher após cumprir a exigência constitucional de 30 anos de contribuição somente obterá a integralidade de seu benefício aos 62 anos de idade. Sobre a tentativa de estabelecer, mais uma vez, o critério da idade mínima, cito justificção da emenda n.º 24, do Deputado Medeiros (PFL):

*"A proposta de adoção de limite de idade nas regras permanentes de concessão de aposentadorias da Previdência Social foi derrotada na votação da EC n.º 20, de 1998. A redação ora proposta pelo PL n.º 1.527, de 1999, ao art. 29 da lei n.º 8.213, de 1991, passa a considerar tal critério, em patente afronta à Constituição.*

*Os critérios de cálculo das aposentadorias devem contemplar o tempo de contribuição ou a idade, mas nunca de forma conjugada.*

*A fórmula apresentada, além de reduzir significativamente os valores dos benefícios, dada sua complexidade, dificulta e até impede o seu entendimento por parte dos trabalhadores."*

A principal alegação do Governo para justificar as novas alterações é a do déficit da Previdência Social. A estimativa que justificaria as mudanças no sistema de concessão de benefícios, assim como no cálculo de contribuições e classificação de contribuintes, seria o elevado número de trabalhadores no setor informal - o que é verdadeiro, tendo em vista que apenas 27 milhões de brasileiros contribuem para a previdência social pública, e que mais de 19 milhões de potenciais contribuintes estão à margem do sistema, estimando-se uma evasão ou sonegação fiscal da ordem de mais de R\$ 50 bilhões anuais - e a previsão de um "deficit" nas contas previdenciárias de R\$ 10 bilhões para o ano de 1999, elevando-se, nos anos subsequentes.

No âmbito da Seguridade Social, os dados, no entanto, apontam o contrário. Até 1991, a contribuição direta de trabalhadores e empresas sobre a folha de salários sempre foi superior à despesa com benefícios previdenciários. A partir de então, como nunca se vira igual, o modelo econômico implantado no país promoveu desemprego e precarização das relações trabalhistas; a política de abertura ao capital e ao mercado externos afetaram de maneira bastante negativa o mercado interno, a capacidade produtiva e os salários; os juros altos e a recessão se transformaram em elementos permanentes de política econômica. Mas, nem mesmo assim, o pagamento dos benefícios previdenciários pôde ser responsabilizado pelo desajuste das contas públicas. Em todos esses anos, sempre houve uma correspondência entre a soma de todas as despesas típicas da seguridade social - com previdência, saúde e assistência social - e a arrecadação das contribuições sociais.

E, com relação a este ponto é preciso ser sempre lembrado, que em março de 1995, no início do seu primeiro mandato, o Presidente da República editou duas Medidas Provisórias que demonstrariam o seu grau de comprometimento para com a seguridade.

A MP n.º 935, suprimiu o parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.212. Este parágrafo assegurava:

*"A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual."*

A supressão deste parágrafo é uma mudança fundamental: até então a União era avalista dos benefícios de prestação continuada, como as aposentadorias e pensões. A partir de então o que se viu foram desvios abusivos nos recursos da seguridade uma redução gradativa do dever do Estado em assegurar todos os serviços vinculados, da saúde à assistência social.

Com a MP n.º 964, o Tesouro Nacional ficou desresponsabilizado de contribuir para o pagamento dos Encargos Previdenciários da União, que se transformou num grande ônus no orçamento da seguridade sem que qualquer contrapartida financeira fosse oferecida. Aliás, desde então, a parcela de contribuições sociais desviadas através do Fundo Social de Emergência e, posteriormente, do Fundo de Estabilização Fiscal foi sempre bastante superior ao aporte de recursos do orçamento fiscal para a seguridade social.

Ao desvincular os recursos que possuem destinação específica, o Governo constrói uma montanha de dinheiro que não é utilizada para as diversas ações sociais de Governo. Tanto assim, que o próprio Demonstrativo de Execução Financeira apresenta os seguintes valores para o FEF em 1999 (acumulados até abril):

Tabela 1 - Destinação dos Recursos do FEF

Total de receitas destinadas ao FEF	R\$ 14.358.569.000,00
Total de despesas cobertas com o FEF	R\$ 6.431.234.000,00
Total de recursos do FEF estocados no Tesouro Nacional como parte do superávit primário	R\$ 7.927.335.000,00

Nota: As receitas destinadas ao FEF referem-se a parcelas relativas a impostos e contribuições sociais e econômicas. As despesas cobertas pelo FEF referem-se à integralidade de programas em todas as esferas de governo

Já neste ano, ao contrário de direcionar recursos do Tesouro Nacional para a seguridade social, como medida para diminuir a explosiva dívida social em nosso país, a política oficial foi exatamente oposta. A produção do superávit primário exigido através de acordos internacionais foi obtida com um aumento substancial da receita das contribuições sociais, que deixaram de ser utilizadas nas despesas da seguridade, pois foram desvinculadas a partir do Fundo de Estabilização Fiscal. Esses recursos ficaram à disposição do mercado financeiro, amparando o custeio dos pesadíssimos encargos da dívida financeira.

O argumento do déficit, mesmo que fosse verdadeiro, não justifica o desrespeito ao texto constitucional e, muito menos, a promoção da maior política de redução de benefícios já vista em nossa história. Mesmo porque a Previdência Social brasileira é mantida por uma pluralidade de fontes impedindo que possa ser analisada sobre um único prisma: contribuição sobre a folha de salários de um lado e despesas de outro. A Constituição Federal possui um capítulo da Seguridade Social que tem como essência a solidariedade. Estabelece que as fontes de financiamento são plurais com a contribuição de cada trabalhador, do empregador e contribuições sociais incidentes sobre o lucro e faturamento das empresas, além da CPMF. Essa pluralidade é de conhecimento de todos os membros do Parlamento, em especial os dessa Comissão. Não podemos falar em Previdência, mas sim em Seguridade ao tratarmos de arrecadação e despesa. O governo tem colocado como centro de suas argumentações a iminente implosão do caixa da Previdência. Apresenta à sociedade dados que distorcem a realidade e se mostram inadequados à tentativa de provar o chamado déficit.

O quadro, a seguir, apresenta dados relativos à realização de receitas nas principais contribuições sociais em 1998 que, juntamente com os recursos próprios diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades da seguridade, constituem a base do financiamento do orçamento da seguridade, com especial destaque para a parcela desvinculada pelo Fundo de Estabilização Fiscal.

**Tabela 2 - OGU 1998 - ARRECADAÇÃO EFETIVADA NAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E A PARCELA SUBTRAÍDA PELO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL - FEF**

Em R\$ mil

FONTE	TOTAL ARRECADADO	PARCELA DESVIADA PELO FEF	DIFERENÇA
Contrib. dos empregadores e dos trabalhadores para a seguridade social (INSS)	46.253.186	9.223.221	37.029.965
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	17.748.332	3.546.411	14.201.921
CPMF - Contribuição provisória sobre movimentação financeira	8.133.441	1.622.646	6.510.795
Contribuições para os programas PIS/PASEP	7.073.743	1.891.785	5.181.958
CSLL - Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	6.524.934	1.356.556	5.168.378

Em R\$ mil

FONTE	TOTAL ARRECADADO	PARCELA DESVIADA PELO FEF	DIFERENÇA
Contribuição para o plano de seguridade social do servidor	2.489.648	496.475	1.993.173
Contrib. sobre concursos de prognósticos	544.854	138.020	406.834
Contrib. Para custeio de pensões militares	138.050	27.610	110.440
Recursos próprios e diretamente arrecadados pelo MPAS e MS	906.368		906.368
<b>Total</b>	<b>89.812.556</b>	<b>18.302.724</b>	<b>71.509.832</b>

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

Podemos concluir que essa pluralidade de fontes permite, em caso de destinação integral das receitas, a manutenção do sistema atuarial do sistema previdenciário. Onde se localiza então o problema da Previdência Social brasileira? A resposta salta aos olhos. Os constantes desvios, via Fundo de Estabilização Fiscal, não permitem que a receita das contribuições sociais sejam integralmente aplicadas. A sonegação brutal torna-se mais um fator de redução dessas receitas. E, por último, a situação econômica atual que gera a total falência do setor produtivo, empurrando os trabalhadores para a informalidade e consequentemente para uma situação não-contributiva.

Além disso, não é verdadeira a afirmação de que o trabalhador que contribui após 30 ou 35 anos de contribuição com idades inferiores a 60 anos de idade está gozando de benefício sem sustentação financeira e atuarial. Para demonstrar essa "verdade", o Poder Executivo oferece como exemplo a situação de uma trabalhadora que, aos 52 anos de idade, conta com 33 anos de contribuição. Com uma expectativa de vida de 23 anos, ou 276 meses, esta cidadã estaria gozando de um benefício por 13 anos a mais do que os 10 anos que suas contribuições acumuladas, na proporção de 31% da renda mensal, poderiam sustentar.

O exemplo é falacioso: ignora a possibilidade de capitalização do montante de contribuições acumuladas até o início do gozo do benefício. Na verdade, constantes o salário de contribuição e em regime de inflação nula (conforme o exemplo do Poder Executivo), a uma taxa de capitalização mensal de 0,5% ao mês, teremos após 33 anos um montante correspondente a 380 vezes o salário de contribuição. A uma taxa de 0,3% ao mês, o montante corresponderia a 296 vezes o salário de benefício – em ambos os casos, mais do que os 276 meses da expectativa de sobrevida do segurado. Mas a viabilidade do gozo do benefício é ainda mais visível quando se nota que, ao aposentar-se, o indivíduo não "saca" todo o montante de uma só vez, mas faz retiradas mensais. Como o montante continua a capitalizar, à taxa de 0,5% ao mês teremos um acúmulo de recursos capaz de assegurar *infinitas retiradas*; a uma taxa de 0,3%, seria possível garantir *66 anos de benefício*. E mesmo a uma taxa de apenas 0,1% o montante capitalizado ao longo do tempo seria capaz de assegurar o pagamento de *46 anos de benefício*, ou seja, o dobro de sua expectativa de sobrevida.

A previdência, assim, é capaz de dar lucro – não fosse isso, não estaria esse filão sendo disputado pelas seguradoras privadas, e nem estaria experimentando um crescimento que se estima em 800% nos próximos dez anos.

O projeto do governo não visa enfrentar essas questões, nem tampouco fortalecer a previdência pública. Pretende, tão somente, reduzir benefícios sob o argumento do déficit do sistema. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que defende este argumento, aponta na direção oposta na previsão do Orçamento para o ano de 2.000. Segundo projeções do Governo Federal para o Orçamento do ano 2000, espera-se arrecadar R\$ 134 bilhões em contribuições sociais. Os gastos com saúde, INSS, pagamentos de servidores, enfim, toda a despesa da Seguridade consumirá R\$ 120 bilhões. Ou seja, o Governo prova que haverá superávit de R\$ 14 bilhões.

Ademais, impõem-se razões que não permitem o acatamento da proposta, fundados em questões de natureza financeira e atuarial, que se enquadram na competência desta Comissão.

Coerente com esse entendimento é que apresentamos perante esta Comissão Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 46/99, acatando a quase totalidade das premissas e conclusões externadas no Parecer da Deputada Jandira Feghali, oferecidas em seu Parecer à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, e passamos a expor os argumentos que nos levaram a concluir pela necessidade de muitas alterações ao Projeto.

## 1. AGRUPAMENTO DAS CATEGORIAS

O Projeto visa alterar o Art. 12 da Lei 8.212 e o Art. 11 da Lei 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. Pela proposta, as atuais sete categorias (empregado, empregado doméstico, empresário, trabalhador autônomo, equiparado a trabalhador autônomo, e segurado especial) seriam reduzidas a cinco (empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial).

Da exposição de motivos, que acompanha o projeto de lei, podemos citar o motivo que levou a esse novo reagrupamento:

*"Com sua estrutura de alíquotas de contribuição diferenciadas, a Previdência Social obstaculiza a formalização da relação de emprego, do que resulta prejuízo para praticamente todos os envolvidos, especialmente para o trabalhador. Um nítido incentivo à não formalização da relação de emprego provém do fato de que, na atual estrutura contributiva, a contratação de empregados implica para a empresa uma contribuição previdenciária substancialmente superior (vinte por cento sobre a remuneração) àquela exigida quando não há a formalização (quinze por cento sobre a remuneração) ..."*

O governo prevê ainda a possibilidade do segurado reduzir a sua alíquota de contribuição se comprovar a contribuição da empresa que o contrata. A vantagem, segundo o projeto, é que nesta situação o contribuinte *"torna-se fiscal das contribuições da empresa, devido à necessidade de comprová-las para obter a redução em sua própria contribuição"*. Mas, a verdade é bem outra. O segurado não possui as prerrogativas de fiscal, nem o poder de polícia para cobrar da empresa, que sonega contribuições negando-lhe o direito real aos benefícios. O que de concreto existe no projeto, é que o segurado será penalizado diante da sonegação da

empresa; é ele quem terá aumentado o valor da sua contribuição. A previsão de que se a contribuição for "declarada" pelo contratante poderá fazer jus à redução não resolve o problema, pois permanece fora de sua alçada a satisfação do requisito, impondo-lhe o ônus da prova.

Outro aspecto relevante diz respeito a alteração, pretendida pelo governo, do inciso I do art. 34 da Lei n.º 8.213. Este inciso assegura que serão computados:

*"I - para o segurado empregado e trabalhador avulso, os salários-de-contribuição referente aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;"*

A redação proposta pelo projeto subtrai o trabalhador avulso desta garantia. Somente esta subtração, que o diferencia quanto aos direitos do trabalhador com vínculo empregatício permanente, é suficiente para caracterizar a inconstitucionalidade frente ao inciso XXXIV supra citado.

A fim de evitar perda de direitos por parte do trabalhador avulso e a mudança na forma de contribuição, é que propomos o seguinte reagrupamento:

I - empregado;

II - empregado doméstico;

III - contribuinte não-empregado (incluindo trabalhadores autônomos, equiparados a autônomos e empresários);

IV - trabalhador avulso; e

V - segurado especial.

O substitutivo acata a idéia de aglutinação dos segurados. No entanto, propõe a figura de **contribuinte não-empregado**, em substituição a de contribuinte individual, uma vez que hoje, nos termos da Emenda Constitucional n.º 20, as empresas pagam sobre "a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício". Desta forma, qualquer trabalhador contratado, mesmo sem vínculo empregatício não contribui individualmente.

## 2. LICENÇA MATERNIDADE

Neste aspecto, são três as alterações propostas, duas das quais são suprimidas no Substitutivo. Mantivemos a ampliação da cobertura deste benefício para que o tratamento a todas as seguradas da Previdência Social seja indistinto. Não é correto, no entanto, que isso acarrete prejuízo para um certo grupo de mulheres, o que fatalmente ocorreria em caso da instituição de carência para a concessão do benefício às seguradas especiais, o segundo aspecto da proposta governamental.

O terceiro aspecto, refere-se a alteração da fonte pagadora do benefício que hoje se dá pela empresa, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, sobre a folha de salários. A proposta do governo prevê que o pagamento deste benefício se dê pelo INSS. Pretende, desta maneira, retirar o amparo legal que hoje é garantido às seguradas que recebem este benefício, no caso do não pagamento pela

empresa. No entanto, trata-se de direito amparado pelo art 7.º, XVIII da CF, que assegura à trabalhadora licença à gestante, sem prejuízo do salário. E não se pode deixar a trabalhadora na dependência da concessão - ou não - do benefício, até porque o seu gozo deve coincidir, obrigatoriamente, com uma situação de afastamento simultânea ao parto ou anterior a ele em no máximo 28 dias.

O Poder Executivo relega, uma vez mais, a segundo plano o papel social da previdência ao argumentar que essa alteração coibiria futuras fraudes. Não se sabe de que tipo, ou sequer apresenta dados oficiais a respeito do montante já sujeito a fraudes neste campo. Mesmo assim insiste em prejudicar o percentual de seguradas que recebem o benefício por que fazem verdadeiramente jus a ele.

Em se tratando da economia que as alterações proporcionariam, não cremos que sejam suficientemente substanciais a ponto de justificar a proposta constante do projeto. Todo o dispêndio projetado para concessão do benefício de salário-maternidade para o ano 2.000 é de R\$ 86 milhões. Este valor representa 0,12% do total de benefícios. A introdução de carência para este benefício, ainda que limitada às seguradas contribuintes individuais e seguradas especiais tem, portanto, diminuto efeito sobre as contas.

### 3. MULTAS

No tocante à elevação das multas para os sonegadores da previdência social, acatamos totalmente o tratamento diferenciado que se dá na proposta do Executivo ao contribuinte sonegador e o meramente inadimplente. Mantivemos a majoração em 100% das multas previstas na Lei 8.212 para os sonegadores e também o desconto de 50% concedido aos inadimplentes.

### 4. SALÁRIO FAMÍLIA

A concessão do benefício do salário-família hoje se dá de acordo com o art. 67 da Lei 8.213:

*"Art. 67. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória do filho."*

O Projeto de Lei pretende acrescentar às exigências acima citadas, a apresentação de comprovação de frequência escolar para fins de concessão do benefício.

O valor do benefício hoje é de R\$ 9,05 por filho, o que no meu entender não significa incentivo algum para que os pais mantenham a criança na escola. Não bastasse isso, a proposta restringe o acesso ao benefício em caso de falta de vagas ou até mesmo de estabelecimentos de ensino na região.

Por esses motivos mantive a redação original do mencionado artigo, apenas incluindo um parágrafo que garante aos pais que apresentarem, além do atualmente exigido, também a comprovação de frequência escolar, um aumento de 100% (cem por cento) no valor do benefício, que passaria a ser de R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos).

Para tanto, indicamos como fonte de custeio para a Seguridade Social a incidência da Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognósticos e Prêmios Prescritos, previsto pela Lei n.º 9.288/96, que passa a incidir sobre a diferença entre o faturamento das empresas que exploram Jogos de Bingo, nos termos da Lei n.º 8.672 de 06 de julho de 1993, e a parcela destinada às entidades desportivas associadas.

Desta forma, acreditamos estar acatando a lógica do governo que pretende incentivar a permanência das crianças nas escolas sem, no entanto, prejudicar os casos em que isso se mostra impossível.

## 5. CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO

Este item, em especial, caracteriza a preocupação do governo quanto à questão de redução imediata das despesas com pagamento de aposentadorias. Para tanto pretende não só ampliar o período básico de cálculo para a concessão do benefício mas também instituir um outro critério para tal concessão: a volta da idade mínima.

Analisemos separadamente cada uma dessas alterações presentes no projeto:

### (a) – Ampliação do período básico de cálculo

Hoje o cálculo do benefício é calculado nos termos do art. 29 da Lei 8.213:

*"Art. 29. O salário-de-benefício consiste na média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou data da entrada do requerimento, até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses."*

A proposta amplia este período. A nova regulamentação é apresentada no art. 4º do Projeto. São diferenciadas duas situações: aos segurados que à data de publicação da lei já cumpriram as exigências para a concessão dos benefícios e os demais. Para os primeiros, o salário-de-benefício será a média aritmética simples dos melhores salários-de-contribuição verificados a partir de julho de 1994 e a data do requerimento, correspondentes a oitenta por cento do período decorrido. Para os demais, o projeto estabelece uma divisão entre a soma dos salários-de-contribuição corrigidos verificados entre julho de 1994 e o número de meses transcorridos entre essa data e o requerimento.

No atual quadro de desemprego, onde os índices chegam a 18%, esse mecanismo reduziria drasticamente valores de benefícios. Repito que nada justifica tal redução. O conjunto dos trabalhadores que conseguem escapar do desemprego já é prejudicado pela perda nominal dos salários e pela manutenção de políticas cada vez mais excludentes para as camadas mais pobres da sociedade. Por conta de um ajuste fiscal, há cortes de recursos em áreas prioritárias como saúde, educação, geração de empregos, segurança e agricultura, entre outras. Não podemos permitir que mais cortes atinjam o pagamento de benefícios previdenciários, justamente daqueles que já alcançaram esse direito e trabalharam uma vida toda por ele.

### (b) O fator previdenciário

O perfil atual dos segurados da previdência social brasileira, e dos seus beneficiários, coloca sérios entraves à adoção do Fator Previdenciário, nos moldes propostos pelo Poder Executivo no Projeto de Lei.

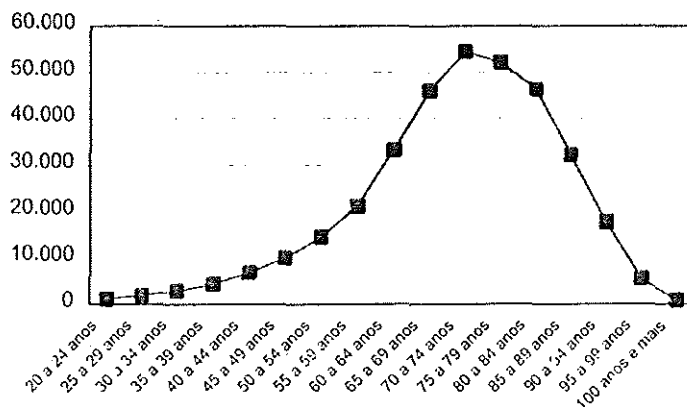
Em que pese os valores de benefício se situarem em patamares médios bastante reduzidos (R\$ 283,76 para aposentadorias urbanas por idade e R\$ 587,13 para aposentadorias urbanas por tempo de serviço), a adoção do Fator Previdenciário acarretaria redução ainda

maior desses valores. Mesmo para os benefícios cuja média consegue atingir valores superiores, como é o caso das aposentadorias urbanas por tempo de serviço/contribuição, poderia haver uma redução significativa de tais valores, promovendo um nivelamento por baixo que contraria os princípios e objetivos da seguridade social. Ao contrário de permitir elevação no valor médio dos benefício, o efeito seria o oposto, traduzindo num percentual ainda maior o elevado número de segurados cujos benefícios não conseguem ultrapassar o valor mínimo (R\$ 136,00), atualmente na faixa de 64% do total dos créditos emitidos mensalmente pelo INSS.

O perfil etário e sócio-econômico dos segurados do INSS tampouco recomenda a adoção dos critérios associados ao fator "tempo de contribuição" no cálculo do Fator Previdenciário. A adoção de um critério como a expectativa de sobrevida, reduzindo o valor do benefício, não encontra respaldo na situação real dos segurados do INSS, cuja expectativa média de vida é seguramente inferior àquela considerada pelas tábuas de mortalidade do IBGE.

Com efeito, os dados disponíveis, apurados a partir do Anuário Estatístico da Previdência Social 1998, indicam que a duração média dos benefícios pagos aos segurados, cessados por motivo de morte, se situa na faixa dos 70 anos. Isso significa que, em média, os aposentados pelo INSS deixam de perceber seus benefícios nessa idade, limitando os efeitos da aplicação do Fator Previdenciário em faixas etárias acima dessa idade. Observe-se que o efeito poderia ser ainda maior, se considerado o universo de segurados do INSS, que inclui também aqueles que falecem sem sequer haverem requerido benefício de aposentadoria: a idade média em que os segurados do INSS, ativos ou inativos, instituem pensão para seus dependentes situa-se em torno de 60 anos de idade.

**Gráfico 1 - Distribuição de benefícios cessados, por idade do segurado - 1998**



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 1998

A conclusão daí advinda torna-se eloquente quando constatamos que as aposentadorias urbanas em manutenção apresentam um perfil etário na Data do Início do Benefício - DIB que maximizaria os efeitos do Fator Previdenciário proposto. O que se verifica é que a idade média na data da concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição é, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, de 55,32 anos, ou seja, uma vez aposentado, o segurado teria, em média, uma expectativa de sobrevida, para o grupo social a que pertence - aposentados do RGPS uma expectativa de vida de mais ou menos quinze anos, cinco a menos do que a que consta das tábuas consideradas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

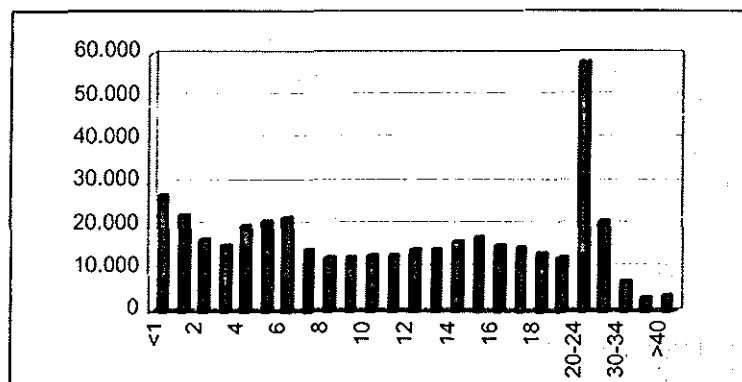
Já o aposentado por idade tem uma idade média da DIB de cerca de 64 anos, ou seja, a sua expectativa de sobrevida real para o grupo social considerado, de cerca de 6 anos - e não os 14,52 que constam das tabuas de expectativa de vida do IBGE.

**Tabela 3 - Aposentadorias urbanas por idade e por tempo de serviço em manutenção, segundo grupos de idade na DIB - 1998**

Idade	Base	TS	IDADE	TOTAL
<29	1998	7		7
30-34	1998	813		813
35-39	1998	39.831		39.831
40-44	1998	350.488		350.488
45-49	1998	887.248		887.248
50-54	1998	971.885		971.885
55-59	1998	589.738		589.738
60-64	1998	238.160	868.852	1.107.012
65-69	1998	30.357	584.054	614.411
70-74	1998	4.471	18.433	22.904
75-79	1998	957	2.495	3.452
80-84	1998	193	647	840
85-89	1998	40	235	275
>90	1998	37	46	83
Total	3.114.225	1.474.762	4.588.987	
Média de Idade ponderada	51,14	64,14	55,32	

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 1998

Essa conclusão é corroborada pelo gráfico a seguir, que evidencia a distribuição dos benefícios previdenciários por tempo de duração, que equivale, em média, a doze anos:

**Gráfico 2 - Tempo de Duração dos Benefícios, em número de anos**

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 1998

Caso analisemos apenas os benefícios de aposentadoria urbana por idade e por tempo de serviço em manutenção, o quadro muda ligeiramente: a idade média dos segurados em gozo de benefício fica em torno de 63 anos, com médias de 59,28 anos para aposentados por tempo de serviço e 70,75 anos para aposentados por idade.

**Tabela 4 - Aposentadorias urbanas por idade e por tempo de serviço em manutenção, segundo grupos de idade atual - 1998**

Idade em anos	Posição	TS	IDADE	TOTAL
<29	1998	6		6
30-34	1998	84		84
35-39	1998	10.674		10.674
40-44	1998	138.582		138.582
45-49	1998	386.285		386.285
50-54	1998	546.652		546.652
55-59	1998	591.330		591.330
60-64	1998	542.790	229.798	772.588
65-69	1998	404.486	460.191	864.677
70-74	1998	261.957	418.276	680.233
75-79	1998	138.694	234.238	372.932
80-84	1998	63.499	100.655	164.154
85-89	1998	23.776	28.311	52.087
>90	1998	7.502	7.814	15.316
Total		3.116.317	1.479.283	4.595.600
Média de Idade ponderada		59,28949	70,75599	62,98045

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 1998

No âmbito das aposentadorias urbanas por tempo de serviço, constata-se, ainda, que uma expressiva maioria (91%) dos segurados exercem o direito, com a idade média que se constata na tabela supra citada, ou seja, antes dos sessenta anos, mas com tempo de serviço médio de 31 anos, sendo que 68% dos segurados já aposentados requereram seu benefício com 32 anos de serviço.

**Tabela 5 - Aposentadorias urbanas por tempo de serviço em matutenação, segundo anos de serviço do segurado - 1998**

Tempo de Serviço	Aposentadorias
<15.....	4.058
16 anos.....	851
17 anos.....	457
18 anos.....	305
19 anos.....	270
20 anos.....	1.011
21 anos.....	403
22 anos.....	303
23 anos.....	282
24 anos.....	450
25 anos.....	321.183
26 anos.....	123.178
27 anos.....	82.694
28 anos.....	60.557
29 anos.....	45.392
30 anos.....	749.492
31 anos.....	332.652
32 anos.....	254.191
33 anos.....	204.805
34 anos.....	169.593
35 anos.....	245.206
36 anos.....	102.109
37 anos.....	60.483
38 anos.....	38.147
39 anos.....	24.820
40 anos e mais...	49.135
TOTAL	2.872.027
Tempo de serviço médio ponderado	30,97366

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 1998

Caso consideremos a distribuição por sexo, os resultados apontam para tempos médios de serviço de 31,59 anos para homem e 28,22 anos para a mulher, o que decorre do expressivo número de segurados que, não podendo aguardar ou estando impossibilitados de cumprir o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria integral, exerceram o direito à aposentadoria proporcional.

A partir das mudanças impostas pela EC nº 20/98, teríamos uma natural elevação, portanto, na idade média também das aposentadorias por tempo de contribuição/serviço, posto que, para exercer o direito, em decorrência dos óbices impostos à aposentadoria especial e proporcional por tempo de contribuição, será necessário contar, efetivamente, com 35 anos de contribuição, no caso do homem, e 30 anos de contribuição, no caso da mulher, o que acarretaria uma elevação do tempo médio de contribuição para, pelo menos, 33 anos.

Ainda assim, a imposição do Fator Previdenciário acarretaria graves perdas, vez que impediria que os segurados com idade inferior a 60 anos de idade e 33 anos de contribuição comprovados pudessem gozar de sua aposentadoria, salvo se aceitassem a redução do valor do benefício. Na situação do segurado médio, cuja aposentadoria por tempo de serviço se desse aos 55 anos, com trinta anos de contribuição comprovados, o salário-de-benefício apurado com base na média apurada no período básico de cálculo sofreria uma redução de 28%.

Se, por hipótese, considerarmos a situação mais frequente - a de um segurado com 52 anos de idade, e 30 anos de contribuição - a perda no valor do benefício seria de 36%, apenas com a aplicação do Fator Previdenciário. Ao adiar 5 anos a sua aposentadoria, aposentando-se aos 57 anos, com 35 de contribuição, esse segurado teria, ainda assim, uma perda de 7% no valor do seu benefício.

O efeito do Fator Previdenciário é, evidentemente, uniforme, e desconsidera peculiaridades de benefícios específicos concedidos no âmbito do RGPS. Assim, segurados beneficiários de aposentadoria no magistério - que requer tempo de contribuição menor - acumulariam perdas maiores: uma professora que, aos 50 anos de idade, houvesse completado os 25 anos de contribuição exigidos, teria o seu benefício reduzido em 50% do valor atual. Ainda que essa mesma professora adiasse sua aposentadoria por mais 5 anos, até completar 55 anos de idade, com 30 anos completos de magistério, seu benefício seria reduzido em 21%. No caso do professor, que adquiriria o direito aos 30 anos de contribuição em efetivo exercício do magistério, a perda seria a mesma, mas caso continue contribuindo até os 60 anos, com 35 de contribuição, teria mesmo assim a perda de 10% no valor do benefício.

Os efeitos perversos do Fator Previdenciário seriam mais graves, porém, no universo dos aposentados por velhice. Se considerarmos a carência legal para o gozo do benefício, teríamos as seguintes situações:

### Efeitos do Fator Previdenciário para Aposentadorias por Idade

Idade na DIB	Carência em Anos	% Redução no Benefício
60	9	74%
61	10	70%
62	11	65%
63	12	60%
64	13	54%
65	14	47%
Idade na DIB	Carência em Anos	% Redução no Benefício
60	15	54%
61	16	51%
62	17	45%
63	18	38%
64	19	31%
65	20	24%

Assim, apenas após completar pelo menos 25 anos de contribuição, ou dez a mais do que a carência exigida, o aposentado por velhice aos 65 anos teria a sua perda neutralizada. Mesmo que tivesse os 25 anos de contribuição, mas 60 anos de idade, a sua perda seria elevada, partindo de um percentual de 25% do valor do benefício.

Já as possibilidades de ganho seriam remotas, pois seria necessário que esse segurado adiasse a sua aposentadoria até os 71 anos, para que o valor presente dos benefícios acumulados - desconsiderada a potencial capitalização dos benefícios que teria recebido desde os 60 anos - para igualar o montante a que faria jus se confirmada a sua expectativa de vida aos 60 anos, de 17,29 anos. Ou seja: ainda que recebesse um benefício maior do que o previsto na regra atual a partir dos 71 anos (com um acréscimo de 71%), o montante que acumularia, nos 10 anos de sua expectativa de vida, seria apenas igual àquele que teria recebido se aposentado desde os 60 anos.

Não existe, portanto, vantagem aparente ou evidente na adoção do Fator Previdenciário, senão para a redução dos gastos com benefícios, à medida que - adiando a data do início do benefício - haveria certamente muitos que, conforme as estatísticas apontadas, faleceriam sem gozar de qualquer benefício antes de recuperar as perdas decorrentes do Fator Previdenciário.

Embora se trate de questão que, tratada corretamente, poderia estar amparada na necessidade de assegurar-se equilíbrio financeiro e atuarial ao RGPS, a proposição disso não trata, pois como demonstramos o segurado que efetivamente contribui paga o suficiente para o benefício que irá gozar. Essa opinião, inclusive, é compartilhada pelo economista Francisco de Oliveira, coordenador do grupo de Seguridade Social do Ipea e, segundo o jornalista Celso Pinto, insuspeito ao fazer as críticas ao projeto. Do artigo "Perdas com o novo INSS", do referido jornalista, publicado no jornal "Folha de São Paulo" no dia 19 de setembro último extrai-se a seguinte opinião:

*"O problema é que a fórmula do "fator previdenciário", embora embute elementos atuariais, não é atuarial e sim arbitrária. "Com ovos e óleo é possível fazer uma maionese ou uma mistura intragável", compara. "O governo não fez uma maionese."*

Para finalizar, conclamamos os membros desta Comissão a uma reflexão sobre as palavras do jornalista Jânio de Freitas, publicadas no jornal "Folha de São Paulo", de 19 de setembro de 1999.

*"E as crianças da pobreza que estão apresentando índices sempre maiores de doenças e de degenerescência? E as crianças de amanhã? E as famílias que passam da pobreza à miséria, e como consolo o governo Fernando Henrique lhes dá, em vez da antiga cesta básica, um quilo de feijão? E o empobrecimento da classe média? E os dependentes dos desempregados, o que esperar da vida?"*

*Bem, para o presidente e seus tecnocratas isso são apenas estatísticas. Naquelas interrogações não vêem sangue, direitos, fome, sonho, dor – e, felizmente, ira."*

O papel social da Previdência não deve ser esquecido e muito menos que ela se traduz num conceito de solidariedade. As modificações propostas pelo projeto vão além do que aparenta o seu aspecto legislativo. O governo busca, na essência, a implantação de um novo conceito: o do seguro. Com uma pequena economia e uma enorme redução de benefícios o que se pretende com esse projeto é impedir a Previdência Social de corresponder às necessidades e anseios dos segurados. Parte deles trocaria de mãos, passando para o grande mercado das seguradoras privadas.

Infelizmente, o regime de urgência constitucional, a que esse projeto foi submetido, não nos deixa tempo suficiente para a discussão que um tema que afeta a vida de todos os brasileiros mereceria. Esperamos que esta Comissão compreenda a gravidade que as alterações propostas pelo projeto podem acarretar, firmando o mesmo entendimento que, ao final, expressamos nesse voto.

Pelo até aqui exposto, votamos pela REJEIÇÃO do projeto na sua forma original, e pela sua aprovação na forma do Substitutivo que integra o presente VOTO EM SEPARADO.

É o voto.

Sala da Comissão, em        de        de 1999

Senadora HELOÍSA HELENA (PT/AL)

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 46 DE 1999

*Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte não-empregado, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis n.ºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.*

### O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. ....

I - .....

g) o ocupante de cargo de Ministro de Estado, Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, e o servidor público ocupante de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas;

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

V - como contribuinte não-empregado:

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo –, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertencem, salvo se filiados obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos;

d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

e) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

f) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

g) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.

....." (NR)

"Art. 13. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.

§ 1º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.

§ 2º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades." (NR)

"Art. 15. ....

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte **não-empregado** em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras." (NR)

### "CAPÍTULO III

#### DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO

##### Seção I

##### Da Contribuição do Segurado Empregado e Empregado Doméstico

"Art. 20. ....

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também ao segurado empregado e ao trabalhador avulso que preste serviços a microempresas, bem como ao segurado não-empregado que preste serviços a empresa, nos termos do § 4º do art. 30. (NR)

##### Seção II

##### Da Contribuição dos Segurados Contribuinte não-empregado e Facultativo

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte **não-empregado** e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição." (NR)

"Art. 22. ....

III - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes **não-empregados** que lhe prestem serviços;

IV - quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhes são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

§ 1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no art. 23, é devida a contribuição adicional de dois vírgula cinco por cento sobre a base de cálculo definida nos incisos I e III deste artigo." (NR)

"Art. 28. ....

I - ....

III - para o contribuinte **não-empregado**: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o § 5º;

IV - para o segurado facultativo: o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere o § 5º." (NR)

"Art. 30. ....

I - ....

a) .....

b) recolher o produto arrecadado na forma da alínea anterior, a contribuição a que se refere o inciso IV do art. 22, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados e contribuintes **não-empregados** a seu serviço, até o dia dois do mês seguinte ao da competência;

II - os segurados contribuinte **não-empregado** e facultativo estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência;

§ 2º Se não houver expediente bancário nas datas indicadas, o recolhimento deverá ser efetuado no dia útil imediatamente posterior.

§ 4º Na hipótese de o contribuinte **não-empregado** prestar serviço a uma ou mais empresas, poderá deduzir, por ocasião do recolhimento de sua contribuição mensal:

I - para rendimentos de até R\$ 376,70, sessenta por cento da contribuição da empresa incidente sobre a remuneração que esta lhe tenha pago ou creditado, efetivamente recolhida;

II - para rendimentos de R\$ 376,61 até R\$ 407,88, cinquenta e cinco por cento da contribuição da empresa incidente sobre a remuneração que esta lhe tenha pago ou creditado, efetivamente recolhida;

III - para rendimentos de R\$ 407,89 até R\$ 1.255,32, quarenta e cinco por cento da contribuição da empresa incidente sobre a remuneração que esta lhe tenha pago

ou creditado, efetivamente recolhida, até o limite do respectivo salário-de-contribuição." (NR)

"Art. 35. ....

I - .....

a) oito por cento, dentro do mês de vencimento da obrigação;

b) quatorze por cento, no mês seguinte;

c) vinte por cento, a partir do segundo mês seguinte ao do vencimento da obrigação;

II - .....

a) vinte e quatro por cento, em até quinze dias do recebimento da notificação;

b) trinta por cento, após o décimo quinto dia do recebimento da notificação;

c) quarenta por cento, após apresentação de recurso desde que antecedido de defesa, sendo ambos tempestivos, até quinze dias da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS;

d) cinquenta por cento, após o décimo quinto dia da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, enquanto não inscrito em Dívida Ativa;

III - .....

a) sessenta por cento, quando não tenha sido objeto de parcelamento;

b) setenta por cento, se houve parcelamento;

c) oitenta por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito não foi objeto de parcelamento;

d) cem por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito foi objeto de parcelamento.

§ 4º Na hipótese de as contribuições terem sido declaradas no documento a que se refere o inciso IV do art. 32, ou quando se tratar de empregador doméstico ou de empresa ou segurado dispensados de apresentar o citado documento, a multa de mora a que se refere o caput e seus incisos será reduzida em cinquenta por cento." (NR)

"Art. 45. ....

§ 1º No caso de segurado **não-empregado**, o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos, para fins de comprovação do exercício de atividade, para obtenção de benefícios, extingue-se em 30 (trinta) anos.

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

§ 6º O disposto no § 4º não se aplica aos casos de contribuições em atraso a partir da competência abril de 1995, obedecendo-se, a partir de então, às disposições aplicadas às empresas em geral." (NR)

"Art. 85-A. Os tratados, as convenções e outros acordos internacionais de que Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes, e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial." (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. ....

I - .....

g) o ocupante de cargo de Ministro de Estado, Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, e o servidor público ocupante de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas;

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

V - como contribuinte não-empregado:

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo –, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertencem, salvo se filiados obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos;

d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

e) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

f) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

g) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

....." (NR)

"Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.

§ 1º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.

§ 2º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades." (NR)

"Art. 14. ....

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte **não-empregado** em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras."(NR)

"Art. 18. ....

§ 1º Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os segurados incluídos no inciso I, na alínea f do inciso V, inciso VI e no inciso VII do art. 11. ....  
....." (NR)

"Art. 27. ....

I - .....  
II - realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados empregado doméstico, contribuinte **não-empregado**, facultativo e especial."(NR)

"Art. 29. O valor do benefício será calculado pelo resultado da média aritmética simples dos 120 (cento e vinte) maiores salários-de-contribuição corrigidos, apurados em pelo menos 180 (cento e oitenta) meses ou, na impossibilidade, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição corrigidos, apurados em período básico de tempo correspondente a 60% (sessenta por cento) do tempo mínimo de carência exigível na data em que o segurado implementou as condições necessárias à obtenção do benefício; assegurado em qualquer hipótese tratamento proporcional as aposentadorias que exigem menor tempo de contribuição.

§ 1º. Nos casos de aposentadoria por invalidez ou auxílio doença, contando o segurado com menos do que o número de salário-de-contribuição equivalente aos 60% do tempo mínimo de que trata o *caput*, o salário-de-benefício corresponderá à média aritmética simples apurada dos salários-de-contribuição corrigidos.

§ 2º. O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo de que trata o art. 14 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

§ 3º. ....

§ 4º. Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas dos benefícios em geral.

"Art. 43. ....

§ 1º. ....

I - ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou

a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias;

II - ao segurado empregado doméstico, contribuinte **não-empregado, trabalhador avulso**, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

§ 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário." (NR)

"Art. 48. ....

§ 1º Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta anos e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea "a" do inciso I, nas alíneas "f" e "h" do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11.

....." (NR)

"Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

.....  
§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

....." (NR)

" Art. 66. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 16 (dezesesseis) anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

....." (NR)

"Art. 67. ....

**Parágrafo único.** Para as famílias que apresentarem, além do exigido no caput deste artigo, a comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado, o valor do salário-família será de R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos ) por filho ou equiparado." (NR)

"Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data da ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade."

"Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual à sua remuneração integral.

Art. 73. O salário maternidade para as demais seguradas consistirá:

I - em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;

II - em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;

III - em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas". (NR)

Parágrafo Único. Em qualquer hipótese o valor do benefício do salário maternidade não será inferior ao mínimo estabelecido pelo art. 33

"Art. 142. Para o segurado **filiado** à Previdência Social Urbana até 24 de julho de 1991, bem como para o trabalhador e o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de **contribuição** e especial obedecerá à seguinte tabela, levando-se em conta o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício:

....." (NR)

"Art. 150. Os segurados da Previdência Social, anistiados pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, ou pela Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, ou ainda pelo art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, terão direito à aposentadoria em regime excepcional, observadas as seguintes normas, entre outras, dispostas no Regulamento:

I – Compete à autoridade designada no Regulamento, a que se refere o “caput”, reconhecer a condição de anistiado, proferindo sua decisão no prazo de cento e vinte dias, a contar do pedido do interessado;

II – Caberá ao interessado apresentar ao órgão responsável pelo regime geral da previdência social a declaração de reconhecimento da sua condição de anistiado, para efeito do cálculo e da percepção da aposentadoria excepcional de anistiado a que faz jus;

III – A aposentadoria excepcional independe da implementação dos pressupostos da legislação da previdência social, tais como tempo de serviço mínimo e carência, e o seu valor não decorre de salário-de-benefício;

IV – O tempo de serviço da aposentadoria excepcional será completado de conformidade com o disposto no art. 55 da presente lei, além dos períodos ali fixados, deverá ser também considerado o tempo de afastamento das atividades remuneradas que exerciam os que tenham sido punidos, demitidos ou compelidos a esse afastamento, em decorrência de atos de exceção, de expedientes oficiais sigilosos ou por outros diplomas legais, até 5 de outubro de 1988;

V – Os anistiados de que trata o “caput” terão garantidas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego ou posto a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras a que pertenciam;

VI – A aposentadoria excepcional será reajustada sempre que ocorrer a alteração para maior no salário que o segurado estaria recebendo se permanecesse em atividade, observado o art. 37, inciso XI da Constituição Federal;

VII – Constituem encargos da União as despesas correspondentes ao pagamento da aposentadoria excepcional e da pensão por morte do segurado anistiado;

VIII – Na revisão dos benefícios devidos aos anistiados deve ser observado o disposto nos incisos IV do art. 194 e XXXVI do art. 5º, ambos da Constituição Federal, e no art. 3º e seu § 3º da Emenda Constitucional nº 20.

§ 1º A prova do reconhecimento da condição de anistiado será feita mediante a apresentação da declaração expedida pela autoridade competente, publicada no órgão oficial de divulgação dos seus atos.

§ 2º O segurado anistiado já aposentado por invalidez, por tempo de serviço ou por idade, bem como seus dependentes em gozo de pensão por morte, podem requerer a revisão do seu benefício para transformação em aposentadoria excepcional por morte de anistiado, se mais vantajosa”.

Art. 3º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições do segurado de que trata a alínea "h" do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada por esta Lei, descontadas até o dia anterior à data de publicação desta Lei.

Art. 4º Considera-se salário-de-contribuição, para os segurados contribuinte **não-empregado** e facultativo filiados ao Regime Geral de Previdência Social até o dia anterior à data de publicação desta Lei, o salário-base, determinado conforme o art. 29 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação vigente naquela data.

§ 1º O número mínimo de meses de permanência em cada classe da escala de salários-base de que trata o art. 29 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação anterior à data de publicação desta Lei, será reduzido, gradativamente, em doze meses a cada ano, até a extinção da referida escala.

§ 2º Havendo a extinção de uma determinada classe em face do disposto no parágrafo anterior, a classe subsequente será considerada como classe inicial, cujo salário-base variará entre o valor correspondente ao da classe extinta e o da nova classe inicial.

§ 3º Após a extinção da escala de salários-base de que trata o § 1º, entender-se-á por salário-de-contribuição, para os segurados contribuinte **não-empregado** e facultativo, o disposto nos incisos III e IV do art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada por esta Lei.

Art 5.º O acréscimo de despesa decorrente da alteração do benefício de salário-família, estabelecido no parágrafo único do art. 67 da Lei 8.213/91, será coberto com a cobrança da Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognósticos e Prêmios Prescritos, previsto pela Lei n.º 9.288/96, que passa a incidir sobre a diferença entre o faturamento das empresas que exploram Jogos de Bingo, nos termos da Lei n.º 8.672 de 06 de julho de 1993, e a parcela destinada às entidades desportivas associadas.

§ 1.º O Poder Executivo estabelecerá o percentual da alíquota incidente sobre o faturamento previsto no caput deste artigo, que não poderá ser superior a 5% (cinco por cento), e determinará todos os procedimentos necessários para efetivação dos devidos recolhimentos tributários.

§ 2.º O pagamento do acréscimo previsto no parágrafo único do art. 67 da Lei 8.213/91, será devido a todos os beneficiários que cumprirem as exigências previstas no referido artigo, no mês subsequente à primeira arrecadação da cobrança a que se refere o caput deste artigo.

Art. 6.º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Lei, tenha cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto à majoração de contribuição e ao disposto no § 4º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada por esta Lei, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia daquela publicação, ficando mantida, até essa data, a obrigatoriedade dos recolhimentos praticados na forma da legislação anterior.

Parágrafo Único – As alterações promovidas no art. 35 da Lei nº 8.212 produzirão efeito sobre os fatos geradores ocorridos após a promulgação desta Lei.

Art. 8º Revogam-se a Lei Complementar no 84, de 18 de janeiro de 1996, os incisos III e IV do art. 12 e o art. 29 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, os incisos III e IV do art. 11, e o parágrafo único do art. 113 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de 1999.

Senadora HELOÍSA HELENA (PT/AL)

#### ANEXO

#### QUADRO COMPARATIVO ENTRE O ARTIGO 150 DO SUBSTITUTIVO E O DECRETO 611/92

Artigo 150 do substitutivo	Decreto nº 611/92
I - Compete à autoridade designada no Regulamento, a que se refere o "caput", reconhecer a condição de anistiado, proferindo sua decisão no prazo de cento e vinte dias, a contar do pedido do interessado;	Art. 131 - Compete ao Ministro de Estado do Trabalho e da Administração conhecer e declarar a anistia aos empregados do setor privado, aos ex-dirigentes e ex-representantes sindicais de que trata o artigo 125.
II - Caberá ao interessado apresentar ao órgão responsável pelo regime geral da previdência social a declaração de reconhecimento da sua condição de anistiado, para efeito do cálculo e da percepção da aposentadoria excepcional de anistiado a que faz jus;	Art. 130 - Caberá a cada interessado alcançado pelas disposições desta seção apresentar junto ao INSS prova da anistia expedida pela autoridade competente.  Parágrafo único - A prova da condição de anistiado será feita mediante a apresentação da publicação no "Diário Oficial" da União, estado ou município, da declaração de anistia.
III - A aposentadoria excepcional independe da implementação dos pressupostos da legislação da previdência social, tais como tempo de serviço mínimo e carência, e o seu valor não decorre de salário-de-benefício;	Art. 127 - A aposentadoria excepcional independe da implementação dos pressupostos da legislação da Previdência Social, tais como tempo de serviço mínimo e carência, e o seu valor não decorre de salário-de-benefício.
IV - O tempo de serviço da aposentadoria excepcional será completado de conformidade com o disposto no art. 55 da presente lei e, além dos períodos ali fixados, deverá ser também considerado o tempo de afastamento das atividades remuneradas que exerciam os que tenham sido punidos, demitidos ou compelidos a esse afastamento, em decorrência de atos de exceção, de expedientes oficiais sigilosos ou por outros diplomas legais, até 5 de outubro de 1988;	Art. 128 - O tempo de serviço será computado de conformidade com o disposto no artigo 58 e, além dos períodos ali fixados, considerar-se-á o de afastamento da inatividade em decorrência de destituição do emprego por atos de exceção, institucionais ou complementares ou por outros diplomas legais até 5 de outubro de 1988.  Parágrafo único - O período de afastamento será computado para todos os efeitos inclusive adicionais por tempo de serviço (anuênio, biênio, triênio, quinquênio).

Artigo 150 do substitutivo	Decreto nº 611/92
V - Os anistiados de que trata o "caput" terão garantidas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego ou posto a que teriam direito se estivessem no serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras a que pertenciam;	Art. 126 - Os segurados de que trata esta seção terão garantidas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego ou posto a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras a que pertenciam.
VI - As aposentadoria excepcional será reajustada sempre que ocorrer a alteração para maior no salário que o segurado estaria recebendo se permanecesse em atividade, observado o art. 37, inciso XI da Constituição Federal;	Art. 136 - A aposentadoria excepcional será reajustada sempre que ocorrer a alteração para maior no salário que o segurado estaria recebendo se permanecesse em atividade, observados os percentuais de cálculo previstos para cada caso.  § 1º - Nos casos do § 2º do artigo 133, quando inexistir empresa ou sindicato para informar os valores que deveriam ser pagos, os reajustamentos far-se-ão pelos mesmos índices e bases dos demais benefícios de prestação continuada da Previdência Social.  § 2º - A pensão por morte do segurado anistiado será reajustada, observando-se a aposentadoria base calculada na forma dos artigos 133 e 134.
VII - Constituem encargos da União as despesas correspondentes ao pagamento da aposentadoria excepcional e da pensão por morte do segurado anistiado.	Art. 137 - Constituem encargos da União as despesas correspondentes ao pagamento da aposentadoria excepcional e da pensão por morte do segurado anistiado.

## PARECER Nº 942, DE 1999

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em atendimento à determinação da Presidência, ouvidas as Lideranças.

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

### 1. RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (nº 1.527, de 1999, na origem), de autoria do Poder Executivo, que "*Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências*".

Despachado inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vem ao exame desta Comissão técnica, em razão de requerimento apresentado pelo ilustre Senador **JOSÉ EDUARDO DUTRA**, na sessão do dia 26 de outubro último. Sua Excelência justificou o seu pedido em razão de, em seu entendimento, haver vícios de inconstitucionalidade na proposição.

A proposição promove diversas modificações nas Leis de Custeio e de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, adequando-as ao novo desenho nascido com a Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, além de ajustá-las às alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nºs 18 e 19, de 1998.

A proposição recebeu três emendas, sendo duas, na forma do disposto no art. 122, II, “b”, do Regimento Interno, de autoria dos Senadores **RENAN CALHEIROS** e **JONAS PINHEIRO** que, respectivamente, pretendem alterar o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, visando a restabelecer a aposentadoria excepcional do anistiado; e suprimir o inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado no art. 1º do projeto em análise, com o objetivo de impedir dualidade na incidência de contribuição previdenciária sobre as cooperativas; e uma, nesta Comissão, de autoria do Senador **LUIZ ESTEVÃO**, no mesmo sentido daquela última emenda.

É o relatório.

## 2. VOTO DO RELATOR

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária da União, conforme os arts. 24, XII, e 201, da Constituição.

A proposição, igualmente, não contém qualquer vício nos aspectos de sua juridicidade e regimentalidade e vem vazada na melhor técnica legislativa.

O projeto tem como cerne dois pontos: o primeiro é o aumento do número de salários-de-contribuição para cálculo do salário-de-benefício e o segundo é a introdução do chamado fator previdenciário, ambos constantes da alteração feita pela proposição no art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Segundo a justificação do projeto, ambas as alterações buscam alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, adequando o valor das contribuições ao dos benefícios.

A primeira alteração substitui o cálculo do salário-de-benefício dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS da média dos últimos 36 salários-de-contribuição para a média dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado, contado a partir de 1º de julho de 1994, data de adoção do real como unidade monetária nacional.

Assim, por exemplo, se aprovada a proposição no corrente mês de outubro, o segurado que se aposentar no mês de novembro de 1999 terá a sua aposentadoria calculada pela média aritmética dos seus 41 maiores salários-de-contribuição após 1º de julho de 1994, uma vez que são 52 contados desde então. Esses números serão aumentados paulatinamente até atingir toda a vida profissional do trabalhador, para aqueles que ingressaram no RGPS após a adoção do real.

Trata-se de mudança que torna a aposentadoria do segurado do RGPS mais próxima da respectiva contribuição, dando mais consistência atuarial ao regime e evitando o aumento artificial do salário-de-contribuição nas vésperas da aposentadoria, que conduzia, na prática, à introdução de um subsídio a alguns segurados.

Essa alteração é possível em razão da retirada, pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, da previsão contida no *caput* do art. 202 da Constituição, em sua redação original, de que a aposentadoria no RGPS seria calculada pela média dos 36 últimos salários-de-contribuição. Ou seja, a EC nº 20, de 1998, desconstitucionalizou a matéria, podendo a lei ordinária dispor sobre ela. Não vislumbramos, aqui, qualquer vício.

A segunda alteração é a instituição do fator previdenciário, que deve ser multiplicado pela média dos salários-de-contribuição, para a obtenção do salário-de-benefício. Trata-se de uma fórmula complexa, constante do anexo da proposição, que, essencialmente, introduz, como variáveis para o cálculo da aposentadoria, a idade e a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria e o tempo de contribuição.

Ocorre, então, que o valor do salário-de-benefício do segurado será superior à média dos seus salários-de-contribuição se o respectivo fator previdenciário for maior do que 1 (um) e inferior, se ele for menor do que 1 (um).

O que se pode observar da fórmula é que o fator previdenciário será tanto menor quanto mais jovem for o segurado no momento da aposentadoria e maior quanto mais idoso ele for. Assim, por exemplo, uma

mulher que tenha começado a trabalhar aos 14 anos de idade e pretenda se aposentar após 30 anos de contribuição, aos 44 anos de idade, terá um fator previdenciário de 0,564120708, ou seja, receberá pouco mais 56% da média de seus salários-de-contribuição. Se essa mesma mulher, entretanto, decidir se aposentar apenas quando atingir 60 anos de idade, com 46 anos de contribuição, seu fator previdenciário atingirá 1,607286394, ou seja, receberá um aumento de mais de 60% sobre a mesma média.

Ressalte-se que o valor da aposentadoria, de qualquer forma, não poderá ser inferior ao salário-mínimo nem superior ao teto de benefícios do RGPS, hoje em R\$ 1.255,32.

Desse modo, efetivamente, o fator previdenciário assim como pode elevar a aposentadoria dos segurados que postergam a sua passagem para a inatividade, pode reduzir o valor do benefício daqueles que se aposentam mais cedo, mesmo que tenham cumprido 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher.

Não é difícil defender a justiça do princípio. Aqueles que contribuem por mais tempo e com mais idade terão aposentadoria maior. Trata-se, efetivamente, do ponto de vista atuarial, de mecanismo que retira uma forma de subsídio presente no sistema anterior, que beneficiava aqueles em condições de se aposentarem mais cedo, em detrimento daqueles que, por algum motivo, se viam obrigados a permanecer no sistema.

Em nosso entendimento o fator previdenciário não fere o Texto Magno, mas, ao contrário mesmo, o cumpre.

Prevê o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que é assegurada aposentadoria àqueles que obedecem à condição de contar com 35 anos de contribuição, se homem, e 30, se mulher.

Não estabelece, entretanto, o referido dispositivo o critério de cálculo da aposentadoria do segurado do RGPS. Ele, tão-somente, determina o direito desse segurado ao benefício quando ele cumpre os 35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, respectivamente e, de forma explícita, comanda que essa aposentadoria será concedida "*nos termos da lei*". Adite-se que esse é o mesmo comando dirigido à aposentadoria por idade, que nunca se duvidou não fosse integral.

Ou seja, pode a regulamentação do dispositivo estabelecer critérios razoáveis para o cálculo do benefício da aposentadoria, desde que não

vede, de forma absoluta, a sua concessão àqueles que atenderam às condições citadas de tempo de contribuição. A razoabilidade desses critérios, de sua parte, é dada pelo comando doutrinário constante do *caput* do art. 201 da Lei Maior, que prevê que o RGPS observará "*critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial*".

Assim, a presente proposição não descumpre a Constituição, uma vez que garante o direito à aposentadoria aos segurados do RGPS que atendem às condições fixadas no seu § 7º do art. 201, inclusive no que se refere à atualização dos salários-de-contribuição utilizados para o cálculo do benefício. De outra parte, ele dá cumprimento ao *caput* do mesmo artigo, ao garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RGPS.

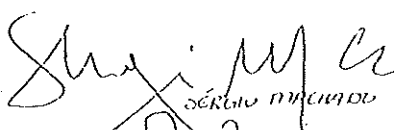
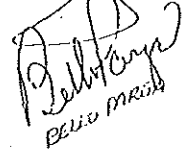
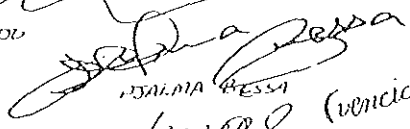
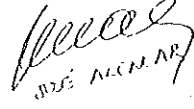
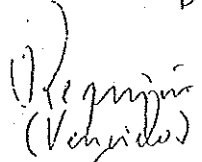
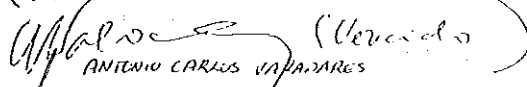
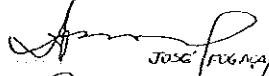
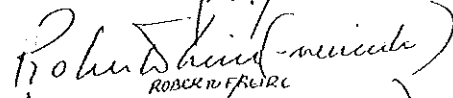
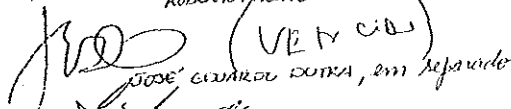
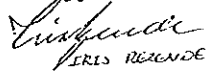
Do ponto de vista do mérito, também nos manifestamos pela aprovação da proposição, uma vez que ela representa, sem dúvida, importante aperfeiçoamento em nossa legislação previdenciária.

Com relação às emendas, manifestamo-nos pela sua rejeição. A emenda nº 1 trata de matéria sem relação direta com a presente proposição, enquanto as de nºs 2 e 1-CCJ não parecem necessárias, uma vez que a duplicidade nelas referida somente ocorreria se permanecesse em vigor a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996. Essa lei, no entanto, que, materialmente, é lei ordinária, está sendo revogada no texto do projeto.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, conforme aprovado na Câmara dos Deputados, rejeitadas as emendas a ela apresentadas.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 1999.

*Imunidade*  
LUIZ PONTES  
ROMERO JOTA  
Presidente  
Relator  
ROMÉU TUMA  
LUIZA TOLEDO

  
 SÉRGIO MACHADO  
  
 PAULO MIRAL  
 RST/28/1/99  
  
 DJALMA BRESSA  
  
 JOSÉ ALCHAM (vencido)  
  
 ROBERTO REQUIN (vencido)  
  
 ANTÔNIO CARLOS VASCONCELOS (vencido)  
  
 JOSÉ FUGAÇA  
  
 ROBERTO FLEURY (vencido)  
  
 JOSÉ EDUARDO DUTRA, em separado  
  
 AIRES REZENDE

**VOTO EM SEPARADO DO SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA,  
PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA.**

Em decorrência da aprovação de requerimento de nossa autoria, conforme já assinalado pelo relator da matéria, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania passa a discutir aspectos de constitucionalidade da proposição sob exame.

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, tem por escopo garantir o funcionamento do Regime Geral de Previdência Social (INSS) em bases superavitárias, embora seja público e notório não residir ali -- como aliás o mesmo Governo Federal alega -- as motivações para o quadro deficitário da previdência pública em nosso País.

Deixaremos, porém, o debate dessa questão para o foro da Comissão de Assuntos Sociais e para o Plenário do Senado Federal, tendo em vista o

objetivo específico da manifestação da CCJ. Limitar-nos-emos, assim, a discutir os aspectos de constitucionalidade da proposição, não sem antes deixar de registrar as palavras do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre as razões desse projeto. Diz o MPAS:

*"O sistema previdenciário e as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho estão intimamente relacionadas. O grau de informalização da economia e o número de trabalhadores por conta própria estão crescendo, fenômeno este que afeta diretamente a Previdência Social, pois as principais fontes de custeio do sistema são as contribuições de empregados e empregadores que incidem sobre a folha de salários. Ademais, a universalidade da cobertura do sistema, princípio básico da política previdenciária, é fortemente prejudicada" (Informe da Previdência Social, Brasília, volume 11, nº 08, Agosto, 1999, p. 01).*

Deixa entrever, assim, o próprio Poder Executivo a ineficácia do modelo econômico entre nós praticado, nessa vaga liberal, modelo esse excludente, redutor dos postos formais de trabalho, precarizador das relações laborais subsistentes e comprometedor dos incipientes elementos de seguridade social que o Estado proclama assegurar aos brasileiros. A própria Previdência o confessa, ao relatar que apenas 13,3% dos trabalhadores autônomos do Brasil estão cobertos pelo INSS:

*"Ressalte-se que este grupo abarca o contingente de trabalhadores que passaram, ao longo da última década, por um processo de flexibilização das relações de trabalho, a partir da reestruturação produtiva das empresas. Trata-se de um fenômeno estrutural de mudanças no mercado de trabalho, que tem exigido o redesenho das políticas sociais em todo o mundo" (idem, ibidem, p. 02).*

Afastamo-nos, destarte, cada vez mais, dos objetivos constitucionais fundamentais insertos no art. 3º e dos princípios norteadores da ordem econômica (art. 170) e social (art. 193).

Assaltara-nos, inicialmente, a dúvida quanto à constitucionalidade (ou juridicidade) da revogação da Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996, pelo art. 9º deste projeto de lei ordinária. Para o relator, não há nisso irregularidade técnica porque a supracitada lei seria tão-

somente lei *formalmente* complementar, e não lei *materialmente* complementar.

Com a devida vênia, labora em erro o relator, neste particular. A Lei Complementar nº 84/96 é *materialmente* complementar. Sua edição, nessas condições, isto é, com exigência de observância de quorum qualificado, resultou da declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, do inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, pelo qual, por lei ordinária, fora instituída a cobrança das contribuições de autônomos, avulsos e administradores, ora reformatada, através de empresas. Ao julgar os Recursos Extraordinários nº166.772-9/RS e nº177.296-4/RS, o STF reconheceu a necessidade de *lei complementar* para dispor sobre essa nova forma de recolhimento de contribuições. Foi por causa dos reiterados pronunciamentos da Suprema Corte é que se editou a retromencionada lei complementar, proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional.

Mas a inconstitucionalidade fundamental -- e que contamina todo o projeto de lei --, pois diz respeito ao cálculo do benefício de aposentadoria e pensão por tempo de contribuição (pedra angular da proposição) reside na expressão "idade", constante do § 7º que se pretende acrescentar ao art. 29 da Lei nº 8.213/91. Esse parágrafo menciona os elementos indispensáveis à montagem da equação referente ao fator previdenciário. Exige, para tanto, a inclusão da "idade" no cálculo. Ora, a redação dada ao § 7º do art. 201 da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, não dispõe sobre a idade do contribuinte, para o fim de obtenção da aposentadoria no regime geral de previdência social. O que a Constituição Federal exige apenas é um determinado número de contribuições (art. 201, § 7º, inciso I, CF). Desta maneira, se a lei infraconstitucional impõe, para efeito de concessão do benefício, uma exigência não prevista no Texto Constitucional -- a menção à idade do futuro beneficiário -- trata-se de uma solicitação descabida, além do que determina a Constituição.

Assim, o projeto está maculado por inconstitucionalidade insanável e por esses motivos não merece prosperar.

Sala das Reuniões, 09 de novembro de 1999.

  
Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT/SE)

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil  
**Constituição**

1988

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II – orçamento;
- III – juntas comerciais;
- IV – custas dos serviços forenses;
- V – produção e consumo;
- VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX – educação, cultura, ensino e desporto;
- X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI – procedimentos em matéria processual;
- XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII – assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV – proteção à infância e à juventude;
- XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

*\*Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*

*I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;*

*II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;*

*III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;*

*IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;*

*V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.*

*§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.*

*§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.*

*§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.*

*§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.*

*§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.*

*§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.*

*§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:*

*I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;*

*II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.*

*§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.*

*§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.*

*§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.*

*§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.*

*\*Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo,*

*baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.*

*§ 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurara ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.*

*§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.*

*§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.*

*§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.*

*§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.*

*§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.*

#### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18, DE 1998

*Dispõe sobre o regime constitucional dos militares.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

#### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998

*Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam esta emenda ao texto constitucional:

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 1998**

*Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**LEI N. 8.213 – DE 24 DE JULHO DE 1991**

**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social,  
e dá outras providências**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 150. Os segurados da Previdência Social, anistiados pela Lei n. 6.683<sup>(6)</sup>, de 28 de agosto de 1979, ou pela Emenda Constitucional n. 26<sup>(7)</sup>, de 27 de novembro de 1985, ou ainda pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal terão direito à aposentadoria em regime excepcional, observado o disposto no Regulamento.

Parágrafo único. O segurado anistiado já aposentado por invalidez, por tempo de serviço ou por idade, bem como seus dependentes em gozo de pensão por morte, podem requerer a revisão do seu benefício para transformação em aposentadoria excepcional ou pensão por morte de anistiado, se mais vantajosa.

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Foram encaminhados à publicação pareceres das Comissão de Assuntos Sociais, e de Constituição, Justiça e Cidadania, que acabam de ser lidos, referentes ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (nº 1.527/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências*.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição e constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 17 do corrente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que a sessão do dia 16 do corrente será deliberativa, mas a Ordem do Dia será dedicada aos trabalhos de Comissão, tendo em vista que a Comissão de Erradicação da Pobreza terá reunião para votar seu relatório final. Conseqüentemente, utilizará o horário todo da sessão, que se iniciará às 14 horas.

No dia 17, quarta-feira, em primeiro lugar, será votado o Projeto da Previdência. A Ordem do Dia de terça-feira passa também para a quarta-feira, e a reunião de comparecimento do Ministro Rafael Greca será no dia 18, quinta-feira, às 10 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB, por 20 minutos.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para registrar o ofício dirigido pelo Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro Nacional.

Sr. Presidente, a Comissão de Inquérito prorrogou seus trabalhos em face do noticiário da revista **IstoÉ Dinheiro**. A revista publicou uma primeira reportagem intitulada “Cem Milhões nas Bahamas”, na qual denuncia que o banqueiro Ezequiel Nasser teria desviado do Banco Excel Econômico para as Bahamas, por fraudes, cerca de US\$100 milhões. Posteriormente, em outra edição, a revista publicou: “As Novas Falcaturas do Excel”.

Diante dessas denúncias gravíssimas, Sr. Presidente, a CPI resolveu prorrogar seus trabalhos, o que seria natural. Requeremos ao Banco Central remeter à Comissão o relatório a respeito do assunto, já que a revista **IstoÉ Dinheiro** publicava parte dele, di-

zendo que, com base nessa auditoria, o Ministério Público em Salvador teria ingressado em juízo.

Qual a surpresa, Sr. Presidente! Depois de tanto tempo, de reiteradas intervenções junto ao Presidente Bello Parga, recebemos, em primeiro lugar, um ofício, datado de 27 de outubro, em que o Diretor de Fiscalização do Banco Central diz:

A propósito, tendo em vista a natureza e o volume da documentação requisitada, demandando pesquisas e buscas nos arquivos, muitos deles localizados em outras praças fora de Brasília, não obstante o empenho dedicado ao assunto, comunicamos que dificilmente teremos condições de atender o pedido no prazo usual de cinco dias.

No entanto, salientamos que tão logo a documentação esteja disponível, mesmo que parcialmente, faremos o encaminhamento na forma solicitada.

Luiz Carlos Alvarez

Diretor do Banco Central

Isso foi no dia 27 de outubro. No dia 5 de novembro, o Diretor reporta-se ao ofício da Comissão e encerra com esta pérola:

A propósito, tendo em vista que as informações requeridas contêm dados protegidos pelo sigilo bancário, solicito a V. Ex<sup>a</sup> o obséquio de informar se a aprovação do requerimento se deu por maioria absoluta dos membros dessa Comissão, conforme preceitua o § 4º do art. 38 da Lei 4.595/64, para que este Banco Central possa proceder ao encaminhamento dos referidos documentos.

Temos agora, Sr. Presidente, um fiscalizador que não atua sobre os bancos, mas sobre o Senado. Quer saber, como condição para a remessa de documentos, se a decisão da CPI deu-se por maioria. Por essa razão, a CPI encontra dificuldades.

Quando a CPI dos Precatórios precisava apurar Governadores de Estado, Prefeitos, em vinte e quatro horas o Banco Central entregava os documentos ao falecido Senador Vilson Kleinübing e ao hoje Governador Esperidião Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex<sup>a</sup> poderia informar quem assina esse ofício?

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB – PA) – O Diretor Luiz Carlos Alvarez, o novo fiscalizador do Senado. S. Ex<sup>a</sup> deseja verificar se o Senado está cumprindo a lei. Caso contrário, não nos pode entregar os documentos.

A imprensa divulga que ficamos fazendo "pizza" na CPI, que não queremos terminá-la, que quero matá-la e que, mesmo sendo autor do requerimento que a criou, exerço um cargo de suplente. No entanto, arrancar informações do Banco Central é algo difícil. Agora, há um Diretor do Banco Central que, para remeter documento, primeiro indaga se o pedido de informação foi aprovado ou não pela Comissão. Isto é um abuso! Estou trazendo isto ao conhecimento do Senado por ser um absurdo.

Sou o Sub-relator designado para o Proer. Sabem o que vou fazer? Vou fechar o relatório – e o Banco Central que não se queixe – com base na **Isto É Dinheiro**. Se esta revista tem acesso à auditoria do Banco Central, cuja Diretoria cria dificuldades para mandar um relatório que não depende de pesquisa, o que vou fazer? Não vejo outra solução. O meu relatório sobre o Proer será feito com base no que a **Isto É Dinheiro** escreveu porque, se esta revista tem a possibilidade de transcrever trechos da auditoria que são sigilosos para o Senado da República, não tenho outra saída.

Lamentavelmente, se para a CPI do Sistema Financeiro não tem sido fácil a apuração, Sr. Presidente, também não tem havido colaboração por parte do Banco Central do Brasil. Por isso, vim à tribuna para registrar que considero um abuso para com o Senado da República o fato de um Diretor do Banco Central ter indagado se aprovamos ou não, por maioria, um requerimento dirigido ao Banco.

Era o registro que queria fazer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência informa que, tendo em vista o documento lido pelo Senador Jader Barbalho, se dirigirá ainda hoje ao Presidente do Banco Central, dizendo da intolerância do Senado em relação ao referido ofício e exigindo que seja cumprido o que o Senado solicita, sem nenhuma explicação ao Banco Central, que nos deve explicações. Já o Senado não lhe deve explicação nenhuma.

Conseqüentemente, seguirá um ofício nesses termos ainda hoje ao Presidente do Banco Central.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, na Comissão Mista do Congresso Nacional criada para apresentarmos medidas de erradicação da pobreza, houve a apresentação do

relatório preliminar produzido pelo ilustre Relator, Deputado Roberto Brant.

É claro que, nessa apresentação, não houve tempo hábil para que os Deputados e Senadores, inclusive esta que lhes fala, analisassem o relatório. No entanto, considero fundamental o trabalho que até o presente vem sendo realizado pela Comissão no que se refere às informações que obtivemos das instituições de pesquisa, como o IPEA, de algumas universidades e de pessoas que tiveram experiências à frente de administrações públicas, como o ex-Governador Cristovam Buarque e a Prefeitura de Campinas, e experiências junto à sociedade civil, como Dom Mauro Morelli.

Todo esse processo precisa ser entendido e incorporado no relatório que está sendo agora debatido, bem como o conjunto de propostas apresentadas para as ações de erradicação da pobreza.

Segundo os técnicos do IPEA, os dois elementos mais importantes de inclusão social estão exatamente nas ações voltadas para a reforma agrária e a educação. Infelizmente, na leitura preliminar que fiz do relatório, identifiquei, por parte do Sr. Relator, uma preocupação no que se refere à educação. Não vou, porém, entrar no mérito das propostas por não ter tido tempo de analisá-las em profundidade. Posso estar enganada, mas não observei o mesmo empenho no tocante à reforma agrária. Quero, mais cautelosamente, verificar esse assunto que considero tão importante quanto a educação.

A proposta de emenda constitucional visa a criação de um Fundo de Combate à Pobreza, com incidência em ações voltadas para a educação, abrangendo crianças e adolescentes de zero a 14 anos e incidindo sobre os mais pobres, aqueles que estão na linha de indigência, e com ações outras que seriam gerenciadas e encaminhadas por um Conselho Nacional, um fórum nacional mais ou menos paritário. O Relator propõe nove membros, quatro dos quais seriam da sociedade civil e os demais, do Estado. A responsabilidade sobre os recursos ficaria a cargo do Governo Federal e essas políticas seriam tratadas dentro desse fórum.

Como acabei de dizer, Sr. Presidente, como não houve tempo hábil, não farei nenhum tipo de crítica ao relatório. Somente no dia 16, apresentaremos emendas, propostas. Na sua proposta de emenda constitucional, o Relator não está criando, segundo sua tese, novos tributos, mas tentando, com os recursos já existentes, fazer uma alocação específica para ações de combate à pobreza. Essa emenda terá que ser aprovada no Senado, depois, na Câmara dos Depu-

tados; em seguida, retornará ao Senado e depois, regulamentada. Assim, na minha avaliação, já teremos perdido a oportunidade de uma ação para o ano 2000.

A partir de um entendimento da Comissão de Assuntos Econômicos, por meio de seu Presidente, Senador Ney Suassuna, abriu-se uma possibilidade, no Orçamento, de recursos da ordem de R\$1,5 bilhão, para que, ampliados, possamos trabalhar ações de combate à pobreza ainda no ano 2000, se Deus quiser, ao que batizei de orçamento social.

Há um empenho na aquisição desses recursos. Para tanto, foi criada uma comissão que tratará com o Relator do Orçamento, composta pelo Relator, pelo Deputado Roberto Brant, pela Deputada Rita Camata, pelo nosso Presidente Maguito Vilela, pelos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, por mim e por outros Srs. Deputados. Há também a compreensão, por parte de um grupo de Senadores, inclusive de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães, da importância da aprovação desses recursos no Orçamento para o ano 2000.

Portanto, peço a compreensão de todos os Srs. Parlamentares que têm força no Congresso Nacional para que esta Comissão não seja apenas uma peça composta de propostas interessantes, muito importantes no combate à pobreza, mas que, na prática, não contariam com os recursos necessários à sua viabilização. Além das propostas e dos recursos, o instrumento de implementação dessas políticas têm, necessariamente, que ser um instrumento democrático. E por que democrático? Porque a questão da pobreza não pode ser tratada burocraticamente pelo Executivo nem apenas de forma política pelo Legislativo. A ação tem que ser conjunta, da sociedade civil, do Poder Executivo e do Congresso Nacional.

Acredito que a contribuição dada até o presente momento poderá ser coroada se tivermos a capacidade política e o empenho para viabilizar os recursos, focalizar as nossas ações no que é essencial, no que se refere a políticas emergenciais, políticas de médio e longo prazos, que sejam ações estruturais voltadas para o combate à pobreza, que indiquem o caminho do crescimento econômico.

Sr. Presidente, ainda estou apostando na idéia de que a questão da pobreza não mais será tratada como antes, pois a sociedade, o Congresso Nacional e os meios de comunicação estão envolvidos e continuam pautando essa grave questão.

Também advogo a tese de que a Comissão de Combate à Pobreza, Sr. Líder Hugo Napoleão, deve ter, junto ao Presidente da República, o mesmo espa-

ço concedido à Comissão de Combate ao Narcotráfico, que está levando ao Presidente, para discussão, propostas de ações de combate à violência em nosso País.

Acredito que a violência não mais sutil da miséria, do desemprego e do aviltamento das condições humanas poderá ter o mesmo tratamento, porque, afinal de contas, a violência do narcotráfico, a violência dos menores da Febem, a violência que existe hoje nas periferias das grandes cidades, tudo isso é fruto da violência maior, da falta de uma vida digna por parte das pessoas que hoje têm a sua condição humana aviltada.

Sempre digo que fomos eleitos para representar as pessoas, não para substituí-las, segundo a idéia de um legislador coletivo, que proponha, mas que também receba da sociedade, que apresente ao Executivo, mas que também tenha a condição de dialogar, que defenda a ida do Presidente da Comissão e do ilustre Relator — e me disponho também a ir — ao Presidente da República para apresentarmos as propostas da Comissão.

Essa discussão é fundamental e terá um alcance, com certeza, além destas paredes. Com a viabilização dos recursos e a articulação da sociedade, poderemos dar uma resposta. Do contrário, poderemos frustrar a grande expectativa gerada por essa discussão, confirmada pelo número de **faxes** e de **e-mails** que chegam aos nossos gabinetes, principalmente ao meu — tenho recebido muitas contribuições.

Dentro de princípios éticos e morais duradouros, é possível estabelecer alianças pontuais e passageiras sem abrir mão dos nossos princípios, pois, afinal, existem questões que estão acima dos nossos interesses políticos e partidários. Nesse sentido, são questões essenciais: o combate à pobreza, uma discussão suprapartidária, e a defesa do que é do interesse de todos, o meio ambiente, e de alguns valores essenciais como a democracia e os direitos humanos. Enfim, valores que pertencem a todas as pessoas, independentemente de ser de esquerda ou de direita. Em alguns momentos, podemos não concordar uns com os outros, mas, em outros momentos, poderemos estar em acordo.

Acredito no consenso a partir do bom senso de que a pobreza neste País não pode mais ser tratada com medidas pulverizadas, com ações pontuais que não são encontradas no terreno de uma grande política social em que esteja contemplada, em última instância, o crescimento econômico, a geração de emprego, a possibilidade de que as pessoas possam vir a ter renda.

Sr. Presidente, embora discorde preliminarmente do relatório apresentado, quero reconhecer que houve esforço do Relator. Nós da Oposição temos criticado algumas propostas, mas, no espaço democrático da Comissão, poderemos apresentar outras que, espero, possam ser contempladas, porque, dessa forma, ao final, teremos um relatório que não será do Relator Roberto Brant nem dos membros da Comissão de Combate à Pobreza, mas do Congresso Nacional.

A CNBB pediu uma cópia do relatório, e nós enviamos cópia fornecida pelo ilustre Relator. Neste momento, estamos abertos ao grande debate que precisa ser iniciado. O trabalho não será encerrado, mas se iniciará no dia 16, porque o mais importante é a viabilização dessas políticas de atendimento àqueles que esperam uma resposta do Brasil para uma das piores crises que estamos enfrentando: a falta de condições humanas de vida de 78 milhões de pobres, 43 milhões de indigentes, que, segundo os dados do Banco Mundial, estão vivendo com apenas US\$1 por dia, de 15 milhões de jovens analfabetos, e de milhares e milhares de aposentados rurais que estão vendo as suas aposentadorias serem cortadas.

Sr. Presidente, nesta tarde, eu, os Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy e o Presidente da Comissão, Maguito Vilela, nos encontraremos com o ilustre Relator do Orçamento para o ano 2000 para expor que a Comissão deseja ampliar os recursos do Orçamento já para o ano 2000 para ações efetivas de combate à pobreza.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) –** Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) –** Senadora Marina Silva, gostaria de externar apoio à proposta de V. Ex<sup>a</sup> junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao seu Relator. Estamos apoiando a idéia do Orçamento Social, verba que se destinará a erradicar a pobreza neste País, para que essa ação seja realizada à altura das necessidades. No que diz respeito às proposições do Deputado Roberto Brant hoje apresentadas, estamos começando a analisá-las, e já gostaria de assinalar que essa proposta precisa ser modificada, especialmente por ser um passo insuficiente para a finalidade para a qual foi criada essa Comissão. No que diz respeito a proposições para melhorar a distribuição da renda e da riqueza, não vimos medidas suficientes. Não há ênfase à realização da reforma agrária, nem à transferência de ativos, tampouco a propostas para que o

processo de ataque à pobreza e o de redistribuição da riqueza e da renda sejam efetivamente concretizados, por exemplo, por meio da arrecadação de tributos sobre as grandes fortunas, ou pelo estabelecimento de alíquotas maiores do Imposto de Renda para aquelas pessoas que se inserem em faixas de renda mais altas. Se houvesse, na proposição, o imposto sobre as grandes fortunas e alíquotas maiores de cobrança de Imposto de Renda daqueles que ganham mais, veríamos que há um senso de justiça na criação do fundo, que, conforme a proposta do Deputado Roberto Brant, será constituído para a erradicação da pobreza. Considero também que a proposição referente a um bônus de solidariedade para as famílias indigentes com crianças, da forma como está, ainda é insuficiente.

Aqui, cada vez que se propõe algo que guarda semelhança com outras proposições, procura-se dar-lhe novo nome. Do Programa de Garantia da Renda Mínima surgiu o Programa Bolsa-Escola. Do Programa de Garantia da Renda Mínima associado à educação e/ou à Bolsa-Escola, agora, surge, entre outros nomes, o Bônus de Solidariedade. Em que consiste a proposta do Bônus de Solidariedade? Seria o pagamento às famílias com crianças até 14 anos de, em média, de R\$75 por mês. As famílias que recebessem tal bônus deveriam mostrar, em contrapartida, que as suas crianças têm peso suficiente, estão frequentando a escola e obtendo bom aproveitamento. Esses recursos serão pagos, segundo a proposta do Deputado Roberto Brant, à mãe, porque S. Ex.<sup>a</sup> está considerando que ela é mais responsável do que o pai. Gostaria de assinalar que, como homem, não faço esse tipo de discriminação. Considero pai e mãe igualmente responsáveis, por isso ambos podem e devem ter o direito, desde que vivendo em condições de pobreza, de receber, como um direito à cidadania, uma renda que garanta o seu direito de participar da riqueza da Nação. Essas são algumas das observações que gostaria de fazer, adiantando algumas reflexões que faremos na reunião da próxima terça-feira. Muito obrigado.

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) –** Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que tem sido muito atuante na Comissão de combate à pobreza. Além de enriquecer os debates, V. Ex.<sup>a</sup> tem apresentado à Casa propostas muito interessantes, se não as mais interessantes, sobre esse tema, ao lado de outras como a apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, a qual deu origem a esse debate no Congresso Nacional, e a do próprio Presidente Fernando

Henrique Cardoso, que objetiva a taxaçaõ das grandes fortunas.

É grande o elenco de propostas apresentadas à Comissão que busca a erradicação da pobreza. No final dos trabalhos, o Relator apresentará projetos importantes de medidas de combate à pobreza, e V. Ex.<sup>a</sup> figura ao lado dos autores de projetos que têm suscitado grande debate.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE)** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC)** – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE)** – Senadora Marina Silva, ao registrar a importância dos trabalhos dessa Comissão Mista instituída pelo Congresso Nacional, gostaria de lembrar a iniciativa louvável do Presidente dessa Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que colocou na pauta dos assuntos a serem discutidos pela Casa, a situação de pobreza no Brasil. V. Ex.<sup>a</sup> teve a grande sensibilidade de, em acatando a idéia da discussão desse tema tão importante para a solução dos problemas de milhões de brasileiros que se encontram na marginalidade, apresentar uma proposição, que foi aprovada, no sentido de criar de uma Comissão Mista – de Deputados e Senadores – para o estudo aprofundado da erradicação da pobreza em nosso País. Tenho certeza absoluta de que bons resultados teremos ao final dos trabalhos dessa Comissão, que é presidida pelo competente Senador Maguito Vilela e que tem como Vice-Presidente V. Ex.<sup>a</sup>. Todos sabemos que V. Ex.<sup>a</sup> tem se debruçado nesta Comissão com o brilho que todos nós enaltecemos, no sentido de contribuir para a solução desse problema que vem, realmente, maltratando grande parcela da sociedade brasileira. Sabemos que os 10% mais ricos do Brasil detêm mais de 50% da riqueza nacional. Isso transformou o Brasil no país dos injustiçados, porque ele é rico, mas a população é pobre, em virtude, justamente, da falta de medidas efetivas, de projetos concretos que viabilizem a salvação desse contingente tão pobre que aqui vive. Na próxima terça-feira, estaremos na Comissão para participar dos debates finais, visando à apresentação das melhores idéias, das melhores propostas, inclusive porque os brasileiros, principalmente os mais ricos, precisam conscientizar-se de que é necessário desprendimento e renúncia em favor da solução dos problemas dos mais pobres e das regiões mais pobres. A Região Nordeste é uma das regiões mais sofridas do nosso País, onde realmente houve índices de melhoras, índices matemáticos. Entretanto, no que diz respeito ao fator humano, na área da educa-

ção e da saúde, estamos muito atrás das regiões mais desenvolvidas do Brasil. De sorte que, mais uma vez, quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup> por ter tido a iniciativa de somar-se ao Presidente do Congresso Nacional, porque, nesta hora, não deve haver Partidos, não deve haver ideologias separando Senadores, separando Deputados. Todos nós devemos caminhar juntos, empunhando a mesma bandeira, qual seja a de tornar o Brasil um País mais justo.

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC)** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Senadora Marina Silva, permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC)** – Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Senadora Marina Silva, sou um entusiasta da causa que V. Ex.<sup>a</sup> está esposando. A pobreza existe em todos os países, mas no Brasil, lamentavelmente, existe uma legião gigantesca não só de pobres, mas de miseráveis. Hoje dá vergonha visitar o meu Estado e outros do Nordeste. Na Paraíba, a situação é calamitosa. Na região do Cariri e do Curimataú, as pessoas estão como se estivessem em um campo de concentração aberto. Eles não têm dinheiro para sair; não têm alimentos, porque há três meses as cestas básicas não chegam. O que eles recebem são R\$60,00/mês para sustentar famílias numerosas, valor este que há três meses também não é pago. É preciso, pois, que erradiquemos isso. Senti-me útil e feliz quando, na Comissão de Assuntos Econômicos, pude enviar aquela emenda de R\$1,5 bilhão. Não queríamos enviar aquela quantia; queríamos enviar R\$10 bilhões. Lamentavelmente, o sistema não aceita mais do que dez cancelamentos; assim, só foi possível colocar R\$1,5 bilhão. Contudo, estaremos, na Comissão de Orçamento, advogando para que outros recursos sejam retirados de outras áreas de forma a atingirmos uma cifra maior. Não será com R\$1,5 bilhão ou com R\$10 bilhões que iremos encerrar. O importante é que estamos tomando uma atitude, tão bem capitaneada por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo Presidente do Congresso Nacional; atitude esta que está tomando corpo em nossa sociedade. Por isso, ao parabenizar V. Ex.<sup>a</sup>, aproveito para falar do meu sentimento de utilidade com a finalidade de participar dessa causa. Que Deus nos ilumine e que outras pessoas – não uma, duas ou três, mas milhões de brasileiros – condoam-se da situação dos mais necessitados, de forma a podermos promover uma inversão dessa ordem. Muito obrigado.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que incorporo ao meu pronunciamento. Mais uma vez, reitero que V. Ex<sup>a</sup> cumpriu um papel importante quando nos deu a oportunidade de abriremos a janela orçamentária para a criação do orçamento social.

Também considero importante a química produzida nos trabalhos da Comissão, onde todos os Srs. Deputados e Senadores puderam, democraticamente, em que pese ter havido alguns momentos de divergência, construir uma proposta que pudesse compatibilizar o anseio que, hoje, acredito, é de milhões de brasileiros, qual seja, o de acabarmos com a pior chaga que temos: a falta de condições de vida digna para as pessoas.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, nesta tarde, estou ainda tomada por aquela minha obstinação: sou uma defensora contumaz da liberdade e, em hipótese nenhuma, posso me permitir escravizar, principalmente pelo possível. Quando somos escravos do possível, não sonhamos; não alcançamos um só vôo para o impossível. Muitas vezes, a liberdade de sonhar com o impossível é que nos leva mais perto da Estrela de Davi. E, para mim, a grande Estrela de Davi que hoje se coloca para a sociedade brasileira é podermos possibilitar às pessoas condições básicas de sobrevivência digna, com saúde, com educação, com ocupação, com as crianças tendo, pelo menos, a oportunidade de sonhar para além dos muros da Fembem.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que acate o registro do meu voto “sim” ao Item 2 da pauta, no substitutivo, pois estava ausente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – A manifestação de V. Ex<sup>a</sup> constará da Ata de nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena, por cessão do Senador Paulo Hartung.

**A SRA. HELOISA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da ora-

dora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo o nosso “muro das lamentações” hoje a fim de fazer um elogio e uma ressalva a uma personalidade, um jornalista da **Folha de S. Paulo**. Ainda que, com certeza, não necessite do meu modesto elogio, o jornalista Clóvis Rossi, hoje, em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “A Máfia Oculta”, traz ao debate nacional a presença de uma personalidade política cujo nome vem à tona sempre que se fala nos esquemas monstruosos, gigantescos de corrupção e de narcotráfico, no País: o ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Sei o quanto me custa trazer esse debate a esta Casa, Senador José Eduardo Dutra, Sr. Presidente, porque esse senhor, que é do meu Estado e devia portar na testa o carimbo do art. 171 do Código Penal, circula e saltita alegremente pelos salões da alta sociedade alagoana e também pelas colunas sociais deste País; ele é muito famoso em Alagoas.

Discordo do jornalista Clóvis Rossi quando diz que “a esse senhor, como cadáver político, restará apenas ser Deputado Federal ou Senador por Alagoas”. Não; porque não haverá uma mulher contra ele; haverá uma verdadeira onça atrás de uma ratazana.

Contudo, o mais importante – e daí ser de fundamental importância o debate – é que, do mesmo jeito que as mulheres e homens de bem de Alagoas se preparam para enfrentar esse senhor acaso ele queira ressuscitar politicamente em nosso Estado, as mulheres e os homens de bem de São Paulo também se preparem para não elegê-lo – e é de se lembrar que foi São Paulo que o elegeu Presidente da República – Deputado Federal, Senador ou qualquer outro cargo político que ele pense em ocupar.

Realmente, ele é famoso lá no meu Estado. Todavia, ele é famoso no meu Estado porque a Rede Globo do meu Estado está a seu serviço; ele é famoso no meu Estado porque o maior jornal do Estado está nas suas mãos; ele é famoso porque a maior rádio de Alagoas está nas suas mãos. E tanto a Rede Globo quanto a rádio estão nas mãos dele por omissão e cumplicidade deste Congresso, pois se trata de concessões públicas; por omissão e cumplicidade do Governo Federal, pois se trata de concessões públicas.

Portanto, esse debate que o jornalista Clóvis Rossi traz é extremamente importante, porque, não tenho dúvida, o narcotráfico só existe neste País pela cumplicidade do poder político, do poder econômico, do Judiciário e do aparato de segurança. Qualquer pessoa de bom senso entende que isso seja praticamente impossível, dada a alta tecnologia existente hoje; tecnologia esta que possibilita identificar as

mais diversas coisas através do uso de satélites. Quando a pessoa se apresenta para embarque em qualquer aeroporto, é muito difícil que consiga passar com qualquer objeto – e imaginem passar com cocaína!

Vemos coisas impressionantes, como alguns empresários deste País que possuem vários aviões a jato, os quais, certamente, não são para fazer benevolência nem para o seu simples uso pessoal.

Assim, espero que a CPI do Narcotráfico e todas as pessoas que investigam o tráfico de drogas neste País possam chegar ao elo fundamental dessa corrente perversa que maltrata a juventude brasileira. Tenho um profundo constrangimento ao ver jovens e crianças mergulhados no mundo das drogas, levados à marginalidade. Estão perdendo a infância, a adolescência, a juventude, em função da perversidade das drogas. Tal fato só acontece porque há o braço cúmplice do poder político, do poder econômico, do Poder Judiciário e do aparato de segurança.

Espero que a CPI do Narcotráfico consiga quebrar o sigilo bancário e telefônico de várias personalidades políticas, de cinco ou dez anos atrás, para ver como conseguiram fazer fortuna no Brasil desafiando, inclusive, a lógica do mercado, do capitalismo, certamente à luz do manto protetor, perverso e covarde do narcotráfico.

Parabenizo o jornalista Clóvis Rossi por trazer à discussão a figura do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Espero que as investigações cheguem até sua pessoa para que as mulheres e os homens de bem da minha querida Alagoas possam livrar-se dele. Conheço meu Estado e sei que lá existem pessoas de bem. Embora haja toda uma cumplicidade da mídia do meu Estado – e sei o preço que pago por isso, tanto na minha história como hoje –, cabe às mulheres e homens de bem em Alagoas deixar claro que é o desejo do povo alagoano que tudo o que existir contra este senhor seja definitivamente apurado, para que ele possa sair do cotidiano, da vida política da minha querida Alagoas.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Heloisa Helena?

**A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL)** – Com todo prazer, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por sua coragem, por sua indignação diante de fatos que merecem o seu brado. Bem registra Clóvis Rossi como a elite brasileira contribuiu alucinadamente para a campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello na tentativa, bem-sucedida, de evitar a vitória de Luís Inácio Lula da Silva ou de Leonel Brizola, seus competidores em 1994. Era a primeira elei-

ção direta que estava acontecendo, depois dos anos de ditadura militar, e o povo brasileiro acreditou que Fernando Collor de Mello de fato fosse uma pessoa que poderia combater os marajás, a corrupção e promover justiça neste País. O que se viu, num breve espaço de tempo, é que as suas palavras não eram sinceras e que a prática para alcançar o poder era uma prática para tentar usufruir do poder; uma prática aqui analisada na CPI sobre o caso de Paulo César Farias para examinar as denúncias do irmão do Presidente da República, Pedro Collor de Mello. Lembro-me perfeitamente dos fatos que levaram a população brasileira e, sobretudo, os jovens a saírem às ruas aos milhões na campanha por ética na política, exigindo que o Congresso Nacional desse um basta àquela situação, que a Câmara dos Deputados – como acabou acontecendo – votasse para que o Senado Federal julgasse o Presidente Fernando Collor por seus atos. Foi na sessão de 28 de dezembro de 1992, presidida pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal Sydney Sanches, que o Senado votou pela cassação de Fernando Collor de Mello. O Presidente estava preocupado e, cerca de trinta minutos antes, resolveu enviar ao Senado Federal sua carta de renúncia, na esperança de que pudesse o Senado não julgá-lo. Ele sabia que a pena seria a de cassação de mandato por oito anos. O Senado, examinando o que diz a Constituição e inclusive dialogando com o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches – o Senador Carlos Patrocínio estava aqui presente –, resolvemos proceder ao julgamento. Assim, com enorme margem de votos, o então Presidente Fernando Collor de Mello foi condenado. Se contarmos nos dedos, poucos votaram para que fosse absolvido. Mais de 70 Senadores votaram por sua condenação. E a pena é clara. Está o ex-Presidente Collor com seus direitos políticos cassados por oito anos, ou seja, até 28 de dezembro do ano 2000. É uma pena pequena pelos fatos ocorridos, detectados e comprovados na CPI. Seria de esperar que Fernando Collor de Mello tivesse feito uma autocrítica de profundidade, que pudesse até contribuir para a Nação, reconhecendo os fatos gravíssimos que caracterizaram o seu comportamento. Mas até agora não vi isso. Está ele novamente tentando voltar, e, como se fosse um cidadão presente, conhecedor dos problemas da cidade de São Paulo, age como se fosse residente de São Paulo. O primeiro endereço que ele procurou dar era de um empresário que emprestou seu endereço para que ele ali ficasse registrado como residente, o que já soou estranho; depois, um hotel. Outro dia, em encontro casual no Aeroporto de Congonhas com o

ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, conversamos a respeito. Perguntei-lhe se poderia haver outra interpretação senão a de que os direitos políticos do ex-Presidente Fernando Collor estivessem colpidos, cassados, suspensos até 28 de dezembro, o que obviamente significaria não poder se candidatar, não poder ter o registro de sua candidatura. Disse-me o Ministro Sydney Sanches que essa é a interpretação clara da lei. Portanto, se o ex-Presidente Fernando Collor de Mello desejar voltar à política, deve fazê-lo depois de 28 de dezembro, e espero que com procedimentos completamente diferentes dos que caracterizaram até hoje sua trajetória que culminou com sua renúncia e cassação. O povo de São Paulo, que em 1989 foi levado a acreditar que ele seria uma pessoa séria, foi o mesmo povo que saiu às ruas em maior número em 1992 para exigir ética na vida política. Isso está ainda muito forte na memória do povo paulistano.

**O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Senadora Heloisa Helena, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) –** Pois não, nobre Senador Ernandes Amorim.

**O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) –** Nobre Senadora, a história tem que dar respostas ao período Collor. Não discutimos aqui a cassação do Collor nem os problemas que levaram à sua cassação. Naquela época, se eu estivesse aqui como Senador, mesmo com toda aquela problemática não teria votado pela cassação, tendo em vista que, naquele momento, ele não era mais Presidente da República. A renúncia era tácita: chegou ali, apresentou a renúncia e a leu. Não havia, depois, nenhum documento que retroagisse para que fosse ele cassado. Todavia, não quero me referir a esse problema, até porque Collor está cumprindo a sua pena. Quero referir-me a esta Casa, Senado Federal. Naquela época, criaram-se duas CPIs. Na do Collor, decidiu-se renegá-lo, e até a sua fotografia, que era para estar no corredor do Senado, na galeria dos ex-Presidentes, não existe. O povo brasileiro, queira ou não, o elegeu. Então, a fotografia dele teria que estar lá. Tudo isso é punição. A CPI dos empresários, que esta Casa tinha o dever moral de apurar, está aqui engavetada. Os Senadores que votaram para a cassação do Collor deveriam ser os primeiros a desengavetar essa CPI e brigar para que fossem apurados os fatos, porque não há corrupto sem que haja corruptor. Esta Casa deve esse episódio à História. Estou, a qualquer hora, à disposição para ajudar a esclarecer o restante dos acontecimentos que levaram o próprio Collor a ser cassado por denúncias de corrupção. Cabe na pági-

na da História esse esclarecimento, e é dever desta Casa. Muito obrigado.

**A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) –** Senador Ernandes Amorim, compartilho inteiramente do aparte de V. Ex<sup>a</sup>, e não tenho dúvida de que a própria volta do Collor é bem definida por outros exemplos de corrupção, de destruição do patrimônio público a que assistimos hoje. Não tenho dúvida disso, pois, quando viajo para as várias cidades do Brasil, pessoas humildes, honestas, decentes, quando sabem que sou de Alagoas, imediatamente perguntam pelo ex-Presidente, e dizem: "É verdade, Senadora, mas o atual Presidente também".

Até isso o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz de ruim com este País! Com o exemplo cotidiano que o Governo Federal dá, com certeza, mais cedo ou mais tarde, a sociedade protetora dos animais pedirá para trocar o símbolo de tucano para hiena. Vemos diariamente demonstrações de insensibilidade, de crueldade e perversidade com milhões de brasileiros. Este Governo está destruindo com muita frieza a estrutura deste País, a nossa Pátria. E, com isso, certamente possibilitará a volta de determinadas personalidades políticas, como é o caso do ex-Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. E agradeço a sua benevolência com relação ao tempo

**O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) –** Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o setor de saneamento básico não está entre aqueles que recebem uma maior atenção da mídia e da opinião pública no Brasil. No entanto, os problemas nele existentes são de grandes proporções, tornando urgente uma reformulação profunda, que venha a garantir o montante de investimentos imprescindíveis para que o saneamento básico passe a atender ao conjunto da nossa população.

Quando se fala no estado calamitoso da saúde em nosso País, é comum não se frisar que as precárias condições de saneamento constituem um dos maiores responsáveis pelo mesmo. Há estimativas de que cada real investido em saneamento básico representa uma economia futura de R\$3.00 em gastos com saúde.

Vejamos alguns dados que atestam a insuficiência de nosso sistema de saneamento básico. Nove por cento dos domicílios urbanos não são atendidos pela rede de água, o que corresponde a algo em torno de 15 milhões de pessoas sem acesso ao abastecimento da água canalizada. Quanto ao esgoto, 51%

dos domicílios urbanos não estão ligados à rede de esgoto. Noventa por cento do esgoto coletado, por sua vez, são lançados sem qualquer tratamento nos rios, no mar ou no solo.

Estima-se em 45% o índice de perdas no faturamento das companhias que fornecem água, seja por falhas na medição, seja por desperdício físico. Quanto às consequências sobre a saúde, cerca de 65% das internações hospitalares de menores de 10 anos estão relacionadas às precárias condições de saneamento básico.

O Brasil conta, portanto, com um sistema de saneamento básico ineficiente na utilização adequada dos recursos de que dispomos e ineficaz no cumprimento do objetivo de atender à totalidade da população. Como é fácil supor, esse atendimento, além de insuficiente, não se caracteriza por um perfil igualitário. Se 49% dos domicílios urbanos brasileiros estão conectados à rede de esgoto, esse índice cai para ínfimos 27% nos domicílios cuja renda é até dois salários mínimos.

A disparidade regional não fica aquém da meramente econômica: se encontramos na Região Sudeste 5% das residências urbanas sem conexão à rede de água, na Região Norte, 31% – ou quase um terço – das residências urbanas estão nessa condição. No que se refere à coleta de esgotos, ela está ausente em 91% dos domicílios das cidades do Norte, enquanto no Nordeste esse índice é de 24%.

Faz-se necessário aumentar, em grande proporção, os investimentos na infra-estrutura de saneamento bem como garantir maior eficiência ao sistema, minimizando os desperdícios. A opção pela concessão do serviço à iniciativa privada mostra-se a mais indicada, face aos vícios acumulados na gestão das empresas públicas, sobretudo considerando-se o esgotamento da capacidade do Estado em seus três níveis, de investir adequadamente no setor. De acordo com estudos do Banco Mundial, é necessário o investimento de R\$42 bilhões nos próximos 15 anos para universalizar os serviços de água e esgoto no País. Como ressalta o articulista Cristiano Romero, do **Jornal do Brasil**, "para se ter uma idéia do que isso significa, entre 1970 e 1996 foram investidos apenas R\$15 bilhões". Precisamos realizar, portanto, um grande esforço para viabilizar esses investimentos, esforço que será, certamente, amplamente recompensado, em termos de ganhos sociais.

Há, no entanto, importantes questões a serem deslinhadas de modo a possibilitar a privatização do setor no País – e, ainda, a definir o modelo de privatização que se mostra mais satisfatório para atender

aos interesses públicos. Antes de tudo, temos a intrínseca questão da titularidade dos serviços de saneamento básico: pertence ela aos Estados, aos Municípios ou a ambos? Como a Constituição não é explícita a esse respeito, cabe ao Congresso Nacional resolver o assunto, o que se vem tentando por meio de um projeto de lei que tramita nesta Casa, ao que me parece de autoria do eminente Senador José Serra, hoje Ministro da Saúde, projeto de lei que foi apensado a outros de natureza similar. O Poder Executivo, no entanto, pretende encaminhar um projeto de lei complementar, que deve dar uma direção algo distinta em relação ao estágio atual do projeto em tramitação: a tendência, ao que nos consta, é a de conceder aos Municípios a gestão do setor de saneamento, com participação dos Estados no caso de as companhias envolverem mais de um Município. O mais importante, ao nosso ver, é que a questão seja definida, de fato e de direito, de modo a possibilitar efetivamente o processo de concessão à iniciativa privada.

Outra importante definição refere-se aos modelos pulverizado ou concentrado da privatização. Caso se opte pela concessão do serviço a grandes empresas, que correspondam, por exemplo, às atuais companhias estaduais, teremos uma forte concentração do setor, em todo o País, provavelmente nas mãos de algumas poucas e poderosas empresas multinacionais. Isso facilitaria, possivelmente, a viabilização de vultosos investimentos; mas traz, também, o risco de cartelização e de encarecimento dos serviços. Um modelo menos concentrado parece-nos mais indicado e perfeitamente viável do ponto de vista econômico. Nesta situação, encontramos vários dos países do Primeiro Mundo, como a França, com cerca de 15 mil empresas no setor, a Alemanha, com 6 mil, ou os Estados Unidos, com quase 60 mil empresas autônomas – o que não impede que algumas das empresas desses países sejam efetivamente muito grandes.

Sr. Presidente, acreditamos que a concessão de serviços de saneamento básico às empresas privadas representa, de fato, a melhor e mais exequível opção para superarmos as dificuldades do setor. Congratulamo-nos, assim, com o BNDES pelos esforços despendidos e pelos resultados já obtidos com o início do processo de privatização das empresas de saneamento básico. O Banco vem participando do financiamento dos investimentos de várias das 32 operadoras privadas que obtiveram concessões municipais para explorar, por 30 anos, os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Do plano inicial de investimento de cinco companhias, o BNDES já financiou metade dos recursos previstos,

os quais totalizam R\$77.5 milhões. Está sendo analisada ainda a participação da ordem de 30% nos investimentos programados por outras seis operadoras.

O que é importante é não apenas o montante de recursos emprestados às concessionárias privadas, mas a noção mesma de que o setor público deve estimular, acompanhar, fiscalizar e exigir o cumprimento de metas em serviço tão essencial à população. Nesse sentido, devemos saudar a proposta de criação de uma Agência Nacional das Águas, defendida pelo ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano, Dr. Sérgio Cutolo, e também pelo eminente Ministro do Meio Ambiente, Deputado Sarney Filho, e que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Caberia a esta agência o papel de regulação de todo o sistema hídrico, abrangendo abastecimento, saneamento, irrigação e energia elétrica relacionada ao setor, ressaltando-se ainda a questão do impacto dessas várias atividades sobre o meio ambiente, de onde provém a água tão imprescindível.

O ex-Secretário Sérgio Cutolo, reunindo-se recentemente com técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, em Washington, explicou-lhes a intenção do Governo brasileiro de não mais investir nas regiões onde o saneamento mostra-se economicamente viável para a iniciativa privada.

Espero que o ex-Secretário Sérgio Cutolo, ao sair do Governo, tenha repassado essas suas tratativas com órgãos internacionais, no que diz respeito à privatização do sistema de saneamento básico em nosso País.

Isso implica, também, que os governos devem aumentar a alocação de recursos nas regiões que, por características peculiares, ainda não apresentam tal viabilidade.

Hoje, fiquei satisfeito, Sr. Presidente, quando vi o pronunciamento do eminente Vice-Presidente desta Casa, Senador Geraldo Melo, embora não tenha participado do mesmo, que propôs um sistema de privatização das empresas de saneamento, mas não vendendo o patrimônio, não vendendo o ativo dessas empresas, apenas abrindo o capital, para que outras empresas nacionais ou multinacionais possam injetar capital nessas empresas, a fim de que haja investimento. Esse é um modelo que gostaria de aplaudir neste exato momento, já que não pude participar do brilhante pronunciamento do eminente Senador Geraldo Melo.

A concessão dos serviços de saneamento básico para a iniciativa privada, que começa a se implementar, não corresponde a uma questão de princípio – o que é fundamental, é sabermos buscar, sem dog-

matismos, as opções técnicas e econômicas que se mostram mais adequadas para atender aos interesses públicos.

**O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC)** – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO)** – Concedo o aparte a V. Exª.

**O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC)** – Quero cumprimentar V. Exª por tão importante tema trazido a debate na tarde de hoje. V. Exª analisa muito seriamente a problemática do saneamento básico e da distribuição de água no Brasil, declinando inclusive os percentuais no País inteiro de quantos milhões de brasileiros estão ainda sem condições de receber água e saneamento -, uma problemática ainda muito distante de se solucionar. V. Exª é um homem dedicado a essa área, e o Brasil inteiro acompanha V. Exª com muita atenção. Já o Senador Geraldo Melo debateu a tese de como encontrar caminhos. V. Exª parece que adere a essa proposta também. Confesso que vejo, com simpatia, o fato de essas empresas estaduais, ou mesmo municipais, não se desfazerem, muitas vezes alocarem aqui e acolá, mas abrirem e terem condições de criar recursos, no sentido de que capitais nacionais e internacionais venham a participar disso para poder, com mais condições, atender a essa demanda tão grande do saneamento básico. Precisamos enfrentar esse problema de uma maneira ou outra. Precisamos abrir isso, mas com fiscalização, com cuidado, com diligência, para que não haja exploração. E com cuidado também, a fim de que não haja concentração, que localidades que não sejam rentáveis num primeiro momento, do ponto de vista financeiro, também sejam atendidas. Ressalvadas todas as questões, penso que devemos debater o assunto mais vezes e com muita seriedade. Gostaria, mais uma vez, de cumprimentar V. Exª por nos ter trazido tão relevante tema. Acredito que o Brasil inteiro acompanhou V. Exª.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO)** – Agradeço a participação de V. Exª, eminente Senador Casildo Maldaner. De fato, trata-se de uma questão ligada à saúde, que é o saneamento básico. Fiquei satisfeito quando o eminente Senador Geraldo Melo apresentou uma proposta inteligente sobre o processo de privatização das empresas, que ainda não se sabe se são dos Estados ou dos Municípios. Um projeto de lei haverá de dirimir o mais rápido possível o assunto. O importante é que sabemos do déficit existente no País. Conforme já tive a oportunidade de observar em meu pronunciamento, faltam cerca de R\$45 bilhões para serem investidos em saneamento,

possibilitando que toda a população brasileira tenha acesso às benesses da água tratada e do esgotamento sanitário. Devemos abrir esses serviços à iniciativa privada.

Gostaria de ressaltar neste momento, aproveitando o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que acreditamos que o modelo de privatização que vem sendo imprimido no Brasil não está absolutamente correto. Temos que pulverizar as ações das empresas, até para que o povo brasileiro possa delas participar e, sobretudo, as empresas nacionais, sem qualquer xenofobia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar hoje um fato importante, que é o Dia Nacional de Paralisação e Protesto.

O Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania marcou o dia de hoje como o "Dia Nacional de Paralisação e Protesto". Assim, estão ocorrendo, nas mais diversas regiões, manifestações de toda ordem em protesto contra a política entreguista do Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Um Governo que, certamente, ficará registrado como o mais destruidor e o maior traidor da História do País. Nunca, em tão pouco tempo, destruiu-se a riqueza e os valores nacionais, como vem ocorrendo nos últimos cinco anos.

Somos, hoje, um País amedrontado, trancafado, tentando se esconder, na ilusão de proteção, dentro da própria casa, sem coragem nem para frequentar os locais de lazer como as casas de espetáculos, convivendo com uma escalada de violência nunca imaginada, principalmente se considerando a chamada "Indole pacífica" do povo brasileiro. Vivemos um momento de destruição do tecido social, em que o narcotráfico se mostra íntimo do poder e uma única quadrilha estende seus tentáculos por mais de 14 Estados da Federação. Um momento em que nossos jovens, desesperançados de alguma oportunidade futura, entregam-se à violência, à prostituição e às drogas.

Sr. Presidente, nosso País poderá se transformar numa nova Colômbia, com o narcotráfico se estabelecendo em cartéis, como o de Medellín, naquele país. Se na Colômbia existe uma guerra civil, no Brasil existe uma guerra civil não declarada. Em São Paulo, só no primeiro semestre, foram assassinadas 2.600 pessoas, quantidade que corresponde a uma

guerra civil não declarada. Se isso acontece só numa cidade, considerando-se todo o Brasil, podemos imaginar quantos mil assassinatos ocorrem.

Hoje, no Brasil, há uma apologia da lei do mais forte e dos mais espertos, e a sociedade vem colhendo os amargos frutos desta política implementada nos últimos anos.

A violência não surge em vão. O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social são fatores determinantes e estruturais dessa escalada da violência.

O desemprego é, sem dúvida, o grande problema do Brasil. Em tempos de estagnação econômica, as diferenças sociais crescem exponencialmente. Pesquisa da Unicamp mostra que o Brasil já tem 5% de todo o desemprego mundial, o que equivale a sete milhões de desempregados. Isso nos coloca em quarto lugar no mundo em número de desempregados, atrás de países como a Índia, a Indonésia e a Rússia. O mais grave é que caminhamos a passos largos para o segundo lugar da lista.

Desde que assumiu o Governo, FHC fez crescer acentuadamente a massa de desempregados, deixando os trabalhadores ainda mais pobres. Mesmo os dados oficiais não conseguem esconder essa realidade. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos cinco anos, cerca de 1,5 milhão de trabalhadores perderam seus empregos. A maioria das vagas – 52% – foi fechada entre setembro de 1998 e fevereiro último.

No entanto, o Governo, irresponsavelmente, encara o desemprego como uma fatalidade, sem maiores explicações, querendo fazer crer que a política econômica adotada não tem nada a ver com questão tão séria. Frequentemente, diz-se que o avanço tecnológico exige novas qualificações que os trabalhadores não têm. O problema, então, não seria de desemprego, mas de baixa "empregabilidade" do trabalhador brasileiro. Assim, a culpa é jogada sobre os ombros dos próprios trabalhadores.

Outro fenômeno assustador é a informalização do mercado de trabalho. Estatísticas da Unicamp revelam que os trabalhadores informais representam hoje a metade do mercado brasileiro. São 25,2 milhões de pessoas, ou 48,4% do total de trabalhadores. Estão distribuídos no mercado informal tradicional (20,4 milhões) e no setor subcontratador – conceito desenvolvido para abrigar empresas que se dedicam à terceirização, prestação de serviços para o grande setor econômico (indústrias, serviço público), que também apresentam alarmantes índices de precariedade. São 4,8 milhões de trabalhadores nesta última categoria.

Entre 1990 e 1997, foram despejados no mercado 7,4 milhões de trabalhadores, sem qualquer proteção legal. Para se ter uma idéia, é mais do que o saldo de geração de postos de trabalho do setor não-agrícola da economia no período entre 1989 e 1996 (6,58 milhões de vagas). Neste ano, até agosto, o País já perdeu 38.644 postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho.

O número de empregados informais saltou de 14,9 milhões para 20,4 milhões entre 1990 e 1997 e o de subcontratados, de 3 milhões para 4,8 milhões.

O setor emprega hoje a metade do que empregava no início da década. O Brasil exportou empregos para os países-sede das multinacionais instaladas aqui, à medida que empresas passaram a fabricar cada uma das partes de um bem em continentes diferentes, aproveitando-se das diferenças entre os pisos salariais, carga tributária, isenções fiscais, entre outros fatores.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse ato de protesto que dá seqüência à Marcha dos Cem Mil, ao Ato em Defesa da Educação, à Marcha em Defesa da Saúde e à Marcha Popular pelo Brasil expressa a virada efetiva da conjuntura política.

Vou apresentar alguns números do protesto de hoje. Os petroleiros fizeram uma paralisação nacional das 6h às 9h. Em São Paulo, metrô e ônibus ficaram paralisados durante duas horas. Bancários e servidores públicos estaduais fizeram manifestações localizadas. Em Campinas, mais de 5.000 pessoas foram à praça pedir a saída do prefeito. O ato público em São Bernardo do Campo foi cancelado em função da chuva. No Rio de Janeiro, houve uma passeata pela Avenida Rio Branco, considerada razoável pelos organizadores. Em Minas Gerais, houve também uma manifestação no centro da cidade. Em Alagoas, houve duas rodovias paralisadas por trabalhadores sem-terra, ônibus urbanos parados e grande mobilização popular. Em Goiânia, houve paralisação dos trabalhadores da saúde e da educação. Em Pernambuco, paralisação da Caixa Econômica Federal e passeata com manifestação de 15 mil pessoas. No Rio Grande do Sul, paralisação dos ônibus em Porto Alegre, num ato massivo no centro da cidade, e pedágios franqueados à população. Várias cidades pararam no Estado, constituindo uma excelente manifestação. Em Florianópolis, houve passeata com mais de quatro mil pessoas pela manhã e à tarde. Esse é um relatório parcial das atividades do dia de hoje.

O Governo, que desde o início do mandato continuísta havia entrado na defensiva, hoje começa a

deparar com um processo crescente de questionamento dotado de iniciativa, de ofensividade e de presença de massas. É nesse sentido que aponta tal evento de nítida oposição ao projeto neoliberal, às suas medidas e às forças conservadoras que o sustentam. O movimento foi realizado por uma multidão de militantes e setores avançados dos movimentos populares, em grande parte ligados direta ou indiretamente a entidades sociais e partidos políticos de esquerda; portanto, agentes de uma iniciativa orgânica.

O protesto caracteriza-se como um episódio de disputa global, sendo que alguns pontos programáticos de mudanças são realçados, tais como a suspensão do pagamento da dívida externa, a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, o aumento de 10% dos salários para todos os trabalhadores e o fato de ser contra o projeto do Governo Federal para a Previdência Social, entre outras reivindicações.

As atuais mobilizações sociais marcam o início de um processo de ascensão das lutas econômicas e das políticas de massas.

As determinações do período que se abriu e da mudança na conjuntura possuem uma dimensão internacional. Na esfera econômica, a crise de longo curso do capitalismo, instalada nos anos 70, vem recrudescendo por meio de uma sucessão de abalos financeiros, cambiais e recessivos mais ou menos abrangentes. Concomitantemente, o ciclo neoliberal entrou em sua fase de esgotamento. As políticas que inspirou mostraram-se incapazes de resolver os grandes problemas do mundo contemporâneo, deixaram como saldo uma tragédia social raras vezes ocorrida na humanidade e sofrem contestações multilaterais, como atos massivos, abalos de governos, pronunciamentos eleitorais e até episódios mais ou menos duradouros de resistência armada, como na Colômbia.

O Brasil é um País em crise cercado por crises. A bancarrota local do neoliberalismo traduz-se na insistente desestabilização econômico-social em nome da estabilização monetária denominada Plano Real e no fracasso de uma administração paralisada durante todo o ano, diante de uma avalanche de críticas e manifestações multilaterais, que vão dos descontentamentos internos à sua própria base política e social de sustentação à atividade oposicionista dos Partidos de esquerda, de setores burgueses e sobretudo de mobilizações populares em fase de recrudescimento e ascenso. A tendência predominante é o aprofundamento da crise e do desgaste governamental.

Nesse sentido, o protesto representa o ensaio potente de unificação das ações oposicionistas do

campo democrático-popular e seus aliados. Significa sobretudo a retomada da iniciativa autônoma de massas, especialmente proletárias, que recuperaram, pelo menos momentaneamente, a primazia do oposicionismo e das mobilizações, deixando claro o caminho para superar a fragmentação das lutas, as disputas menores e demais obstáculos à construção da unidade dos setores democráticos e populares para combater o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Partido Progressista Brasileiro acaba de realizar uma reunião da Comissão Executiva Nacional. Entre os assuntos ali tratados, da maior importância, discutiram-se a pauta da convenção que o Partido realizará amanhã e outros assuntos relacionados notadamente com uma política de proteção e fortalecimento do homem do campo.

Sr. Presidente, a Comissão Executiva Nacional tomou a decisão hoje de expulsar do Partido o Deputado José Gerardo, do Maranhão, pelas notícias, pelo que a imprensa já divulgou e pelo que toda a sociedade brasileira já conhece.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Eduardo Siqueira Campos e João Alberto Souza enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o direito universal à educação, reconhecido pela Constituição de 1988, que o afirma dever do Estado, ainda está, infelizmente, longe de ser uma realidade em nosso País. Nossos índices de analfabetismo e de evasão escolar, por exemplo, ainda nos envergonham e constituem um dos motivos mais sérios da má posição do País na classificação divulgada anualmente pela Organização das Nações Unidas em seu *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. Todos sabemos que há muita coisa a ser mudada em nosso sistema de educação para que o Brasil possa sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento e se tornar, ao mesmo tempo, um país mais justo.

Quando se fala no que é preciso mudar na educação nacional, porém, nem todos se lembram dos portadores de necessidades educativas especiais.

No entanto, eles estão mencionados na alínea III do artigo 208, e para seu atendimento foi concebida uma Política Nacional de Educação Especial. Não se deve esquecer o fato de que, aqui mesmo na Esplanada dos Ministérios, há dois órgãos voltados a políticas de atenção ao portador de necessidades especiais, a *Corde* — Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que vem sendo jogada de lá para cá desde que foi criada, mudando de ministério ao sabor das muitas reformas da administração federal, e a *Seesp* — Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação.

A Educação Especial é uma das mais difíceis frentes de batalha na guerra para a universalização do acesso à educação. Ao lado dos inimigos comuns a todos os que lutam pela educação para todos, isto é, a miséria do povo e o descaso das elites pela educação popular, os que se batem pela educação especial têm que enfrentar também os preconceitos que estigmatizam os portadores de deficiência visual, auditiva, mental, física ou aqueles que precisam, por qualquer razão, definitiva ou temporária, de algum tipo de atenção educacional especial. Preconceitos sempre reforçados pela ignorância, pela superstição e pela desinformação.

Entre as modalidades de atendimento educacional especial, figura o atendimento pedagógico-educacional para crianças e adolescentes hospitalizados. Sob o nome técnico de *classe hospitalar*, essa modalidade de ensino especial visa a dar continuidade à escolaridade das crianças e adolescentes que necessitem ser internados em hospital por período longo, de modo que não percam o ano letivo por ausência às atividades escolares.

Ora, essa é uma modalidade educacional em que se combinam duas áreas de atendimento social — saúde e educação — que não colocam o Brasil entre as nações mais bem servidas do mundo. E, como sabemos, um dos principais obstáculos para o equacionamento das soluções para nossos problemas sociais é a falta de estatísticas confiáveis. Não temos como saber, exatamente, quantas pessoas são atendidas na rede pública de saúde em tratamento de que enfermidades, bem como ignoramos a real situação do ensino em geral e da educação especial em particular.

Por isso, uma pesquisa como a realizada pela professora Eneida Simões da Fonseca, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, adquire extraordinária relevância. Para conhecer a situação das classes hospitalares no País, ela indagou, por carta, a todas as 26 secretarias estaduais de educação e à Secretaria de Educação do Distrito Federal, da situação

das classes hospitalares em cada Unidade Federada. Em seguida, a partir das informações prestadas pelas 23 secretarias de educação que responderam à sua correspondência, ela contactou os responsáveis pelas classes hospitalares apontadas, enviando-lhes um questionário padronizado para que eles lhe fornecessem informação mais detalhada sobre as classes. Desse modo, a professora Eneida Fonseca pôde estabelecer um quadro geral desse tipo de atendimento no País.

Na região Norte, por exemplo, apenas um, dos sete Estados, oferece atendimento em classe hospitalar; no Nordeste são três, dos nove Estados; no Centro-Oeste, duas, das quatro Unidades Federadas; no Sudeste, três dos quatro Estados; finalmente no Sul, dois dos três Estados. Doze Estados, dos que responderam ao questionário, portanto, não oferecem a sua população escolar a possibilidade do atendimento em classe hospitalar, sendo que apenas um, Minas Gerais, informou haver descontinuado essa modalidade em decorrência de mudanças na rotina de internação e tratamento médico em seus hospitais.

Os outros onze Estados declararam jamais haver oferecido tal atendimento. Entre eles, seis declararam já haver cogitado na implantação desse serviço, enquanto as secretarias dos outros cinco Estados declararam ignorar sequer a existência dessa modalidade de atendimento.

Querem os Srs. Senadores melhor medida da desinformação sobre os problemas dos portadores de necessidades especiais e sobre os meios de que a moderna pedagogia dispõe para atendê-los que a sua ignorância por parte das próprias secretarias estaduais de educação?

Pelo resultado da pesquisa, há apenas 30 classes hospitalares funcionando no País, em dez Estados e no Distrito Federal, operando com grandes divergências de diretrizes político-educacionais ou mesmo de entendimento quanto ao conceito de saúde pública. Oitenta professores atuam nessas classes, atendendo a um total de mais de 1.500 crianças por mês, na faixa de zero a quinze anos de idade, com maioria na faixa entre a alfabetização e a quarta série do Primeiro Grau.

O exame das causas mais frequentes de internação das crianças que assistem às classes hospitalares é mais uma demonstração da dívida que o País tem para com seus cidadãos mais pobres. A desnutrição é a principal causa de internação, seguida pela pneumonia, infecção comumente associada à falta de alimentação adequada, em quantidade ou qualidade.

Alguns outros dados estatísticos levantados pela autora têm mais relevância para os especialistas na

área de educação, e seria fastidioso continuar enfileirando números para os Senhores Senadores. Aqueles que manifestem interesse específico em conhecer o trabalho da professora, indico o volume 4 da série "Textos para discussão" publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — Inep, ou ofereço com prazer o exemplar de que disponho.

O importante é que retenhamos a preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos portadores de necessidades especiais, em geral, e, em particular, para as necessidades especiais das crianças e adolescentes, notadamente as necessidades educacionais.

Combater os preconceitos que afastam os portadores de necessidades especiais de uma vida normal, e as crianças do acesso à escolaridade deve ser prioridade do Estado e de todos os cidadãos preocupados com a justiça social e com o futuro do Brasil. Trabalhos como o da professora Eneida contribuem para o conhecimento dos problemas, e, por consequência, para o encaminhamento das soluções possíveis.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a violência vem atingindo níveis alarmantes no Brasil, contaminando vários segmentos da sociedade, eis que os tentáculos do crime organizado, das máfias, estendem-se até a setores do Poder Público.

A situação é insustentável. É inadmissível que o País assista passivamente esse crescimento vertiginoso da criminalidade com as polícias desequipadas e desmotivadas, com poder de fogo infinitamente inferior ao dos delinquentes, que usam armas sofisticadas e altamente letais.

Aliás, a propósito, não podemos, neste momento, deixar de prestar nossa homenagem a tantos e tantos policiais, integrantes do Ministério Público, magistrados e outras autoridades que, com o risco da própria vida, vêm atuando com coragem de denodo, enfrentando o crime organizado e denunciando os meliantes, sejam eles quem forem.

E o Congresso Nacional também vem prestando relevantes serviços ao País, seja por intermédio da CPI do Judiciário, seja pela CPI do Narcotráfico, com as quais uma radiografia sem retoques da situação da criminalidade no País vem sendo exposta à Nação.

Também é com regozijo que não podemos deixar de consignar que a impunidade vem acabando, finalmente. Criminosos acobertados por mandatos populares ou refugiados em cargos públicos elevados vêm sendo denunciados e processados. Algo impensável há alguns anos atrás, quando a tônica que víamos era, exatamente, a certeza da não-punição.

Pois bem, o que nos traz a esta tribuna é o apelo que o Senhor Presidente da República acaba de fazer ao País, no sentido de que toda a Nação se una contra a criminalidade.

Sua Excelência, indignado com o brutal assassinato de uma Prefeita Municipal no Mato Grosso do Sul afirmou que: "... o Brasil cansou desta coisa de máfias, de crimes organizados, de contrabando, de tráfico". Proclamou o Presidente que: "Temos de nos unir para combater a criminalidade, que é algo que não tem a ver somente com um partido ou um governo. Mas que tem de ser uma atuação conjunta com a sociedade brasileira. E tem que haver punição."

Em verdade, foi a convicção da impunidade que levou o Brasil ao momento em que agora vivemos, com a violência criminoso insuportável para nossa ordem e laboriosa população.

Temos a mais absoluta convicção de que o apelo do Presidente Fernando Henrique Cardoso encontrará eco em toda a sociedade brasileira e que o Congresso Nacional, que vem trabalhando corajosamente por intermédio das CPIs a que nos referimos, não faltará ao País, promovendo, no âmbito de sua competência constitucional, todas as providências necessárias a dar suporte ao Executivo e ao Judiciário na erradicação dessa chaga social que é a criminalidade, particularmente, o crime organizado.

É o que tínhamos a dizer.

#### **O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA)**

— Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Durante os últimos três meses, particularmente em face do encaminhamento ao Congresso do projeto de lei destinado a criar a Agência Nacional de Águas — ANA, importantes jornais do País abordaram a questão da água potável no contexto do presente e do futuro, tanto em relação ao Brasil quanto aos demais países do mundo.

Parece inacreditável, mas todas as matérias tonificaram as abordagens com significativo grau de preocupação. Preocupação diante da possibilidade real de o mundo encontrar-se às vésperas da escassez de água para utilização e consumo humanos. As apreensões sintetizam-se na afirmação de que a água será um dos principais pontos de conflito político e econômico do próximo milênio. Segundo especialistas e estudiosos do problema, "A escassez de água poderá representar, para o fim dos anos 90, o que os preços do petróleo representaram na década de 70: fonte de conflitos e um sério problema na economia global" (Sandra Postel, diretora do projeto global Política de Água, in *Jornal do Brasil*, de 17 de outubro de 1999). Para a Organização Meteorológica

Mundial, hoje, trinta países no mundo já sofrem de escassez de água.

No século vindouro, pelo menos dois terços da humanidade disporão de pouca água potável.

Afirmarões desse gênero soam inacreditáveis entre nós, porque, tanto na cultura popular quanto no âmbito da visão geral da sociedade, há uma arraigada tendência a considerar a água um bem inesgotável. A água seria infinita, até por força das chuvas que repõem os estoques constantemente.

Atenção mais acurada sobre o problema, porém, revela-nos uma realidade diferente, contrária até: a água é um bem apenas renovável e, mais grave, sua disponibilidade no mundo vem diminuindo rapidamente, por força do aumento da população total do planeta, pela contaminação, pelo desperdício, pela devastação da natureza, pela redução do volume de nascentes, rios e lagos.

De acordo com estudos feitos, em comparação aos anos setenta, a disponibilidade de água para cada habitante do planeta diminuiu um terço. Pelos anos cinquenta deste século, cerca de vinte e três países no mundo já experimentavam uma situação crítica no que diz respeito à disponibilidade de água. A maioria desses países localizavam-se no Oriente Médio e na África, mas também em países da Europa, bem como em algumas regiões dos Estados Unidos e da América Latina. No Brasil, o Nordeste tem situação prototípica.

A China, hoje com vinte e dois por cento dos habitantes da terra, dispõe de apenas oito por cento das reservas mundiais de água doce.

Na Índia, o problema projeta-se com a mesma dramaticidade, pois seus recursos hídricos são escassos para satisfazer uma população em crescimento vertiginoso. O problema agrava-se quando à escassez de água se aliam pobreza e miséria, realidades que tornam mais difícil um trabalho coletivo de amadurecimento para a necessidade do uso racional desse bem fundamental à vida humana.

No Brasil, e fora dos limites do Nordeste que há décadas padece do problema, a questão do uso racional e da preservação desse produto da natureza está apenas começando, mas já se prefigura preocupante se não forem revertidas as atitudes tradicionais da população quanto ao trato que deve ser dispensado à água.

No contexto mundial, nosso País ocupa lugar privilegiado quanto à quantidade de água disponível. No Brasil, encontram-se aproximadamente doze por cento, um terço, das reservas de água doce da terra. Somente o rio Amazonas joga no oceano, anualmente, vinte por cento da água de todos os rios do mundo

e detêm cerca de trinta por cento de todas as reservas acessíveis de água doce.

No entanto, pela fartura e conseqüente facilidade de acesso à água, sedimentou-se entre nós a mentalidade de que a água pode ser usada à vontade, sem preocupação quanto à quantidade. Além disso, com baixo ou sem nenhum custo para o usuário. Em razão dessa mentalidade, os brasileiros não se preocupam com o desperdício e inexistente uma consciência generalizada que se interroge sobre as causas da deterioração e do esgotamento dos mananciais.

A destruição indiscriminada das matas ciliares e das que circundam as nascentes, o assoreamento provocado transformaram rios outrora caudalosos em rios diminuídos, amargando a perspectiva de uma caminhada para o desaparecimento. O Paraiíba do Sul, por exemplo, no passado, foi em grande parte navegável. E o São Francisco atualmente tem uma vazão consideravelmente menor do que a vazão de cinquenta anos atrás.

Outro fator extremamente grave: tornou-se difícil ver rio ou córrego que não tenha sido transformado em canal de esgoto e de lixo de todos os tipos. Entulho de construções, rejeitos domésticos, efluentes industriais, herbicidas, plásticos e garrafas de toda ordem, poluindo águas, tornando-as imprestáveis para utilização primária pelos seres vivos.

Os resultados de uma situação assim se manifestam não somente na degradação do meio ambiente, mas também na saúde humana, de modo particular nas congestionadas e desestruturadas periferias urbanas. São milhões de pessoas em contato direto com água contaminada. Essa verdade mostra-se trágica quando se considera que apenas dez por cento da população brasileira são beneficiados por água adequadamente tratada.

O mesmo estudo revela também que apenas dez por cento do esgoto urbano são tratados. Noventa por cento têm o destino que se vê nas ruas, nas praças, nos rios, nos terrenos baldios, longe e às portas das moradias.

Tal situação, segundo dados de estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA e divulgados pela imprensa nacional, causa ao Sistema de Único de Saúde – SUS um custo de 390 milhões de dólares anuais para tratar das doenças provocadas por veiculação hídrica.

Os rios da Amazônia também não escapam do desgaste produzido pelo uso indevido de suas

águas, leitos e margens. Garimpos, regulares e irregulares, poluem com metais pesados, desfazem margens e matam a fauna aquática, sem nenhum critério quanto à conservação e à necessidade de uso racional e sustentado dos bens naturais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, um comportamento pautado apenas pelo hoje é um comportamento triste, porque predatório, porque movido tão somente pelo imediatismo determinado por uma existência sem solidariedade e sem futuro.

Urge uma sólida tomada de consciência de toda a população para esse bem fundamental à humanidade materializado na água. Hoje, com a crise de água apenas no começo, dos seis bilhões de seres humanos, apenas um bilhão e seiscentos milhões de pessoas têm acesso a água potável.

Se algo estratégico e fundamental para o bem-estar do mundo existe, esse bem é a água. É hora de a questão ser discutida seriamente em nosso País. A persistir o atual comportamento relativamente ao tratamento dispensado à água, o Brasil será dono e dilapidador de um tesouro que, no futuro, poderá ter mais valor do que as atuais reservas petrolíferas dos países produtores desse combustível. Oxalá a criação da Agência Nacional de Águas produza soluções competentes para o encaminhamento adequado e duradouro do problema relacionado com a disponibilidade, conservação e uso da água doce. Sem dúvida nenhuma, cabe ao Congresso Nacional um papel fundamental no correto equacionamento desse assunto, equacionamento que está a exigir ação imediata.

Era o que tinha a dizer!

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1-A, DE 1995 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do  
Requerimento nº 682, de 1999 – art. 281)

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da  
Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995

(Substitutivo da Câmara nº 472/97, naquela Casa), que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64, e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias), tendo

Parecer sob nº 878, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares.

– 2 –

#### SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 1995

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1995 (nº 2.090/91, na Casa de origem), que regulamenta o exercício profissional do histotecnologista e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

– 482, de 1997, da Comissão Diretora, Relator: Senador Joel de Hollanda, oferecendo a redação do vencido; e

– 195, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 e 2-Plen), Relator: Senador Waldeck Ornelas, favorável, apresentando Subemenda à Emenda nº 1.

– 3 –

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

– 464 e 892, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra e Antônio Carlos Valadares; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): contrário, com voto favorável, em separado, do Senador José Eduardo Dutra; e

– 465 e 893, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): contrário, com votos favo-

ráveis dos Senadores Tião Viana e Roberto Saturnino e, em separado, do Senador Eduardo Suplicy.

– 4 –

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1999 (nº 2.872/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 827, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Eduardo Dutra.

– 5 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 1998 (nº 567/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Ametista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 324, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

– 6 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 118, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 1998 (nº 595/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural São Francisco de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 365, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Requião, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

– 7 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1998 (nº 597/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a per-

missão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 422, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.

- 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 122, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1998 (nº 599/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Sete Colinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 366, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: José Jorge, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

- 9 -

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO  
SENADO Nº 255, DE 1997

Discussão, em turno suplementar, do Substituto ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontados na fonte, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 873, de 1999, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido, Relator: Senador Geraldo Melo.

- 10 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, tendo

Pareceres sob nºs 391 e 731, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Luiz Estevão, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): favorável, nos termos do texto consolidado que oferece, com votos contrários das Senadoras

Emília Fernandes e Marina Silva e dos Senadores Geraldo Cândido e Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SR. SENADOR CARLOS BEZERRA, NA  
SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE  
09/11/1999, QUE, RETIRADO PARA  
REVISÃO PELO ORADOR, SE PUBLICA  
NA PRESENTE EDIÇÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra, por 20 minutos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – "a verdade é como água cristalina que jorrando expurga as maldades humanas" Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu passado como Governador do Estado de Mato Grosso, como Deputado Estadual, como Deputado Federal, Prefeito de minha cidade por duas vezes; a minha atuação intransigente em favor dos interesses nacionais, da justiça social, do desenvolvimento do nosso País faz com que eu venha a esta tribuna hoje me manifestar contra uma matéria publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**.\*

A seguir, vou ler uma nota – que para mim e para minha família é de extrema importância – de uma advogada de Mato Grosso, Dr<sup>a</sup> Zenild, utilizada pela reportagem do jornal como informante; e, em Mato Grosso, reutilizada pelo Grupo Gazeta de Comunicação, ligado ao Governador do Estado. Esse grupo, segundo comentário geral no Estado, se fez com recursos do Estado. Hoje tem um parque gráfico dos maiores do Brasil. Foi inclusive objeto de denúncia em uma matéria da revista **Veja** e é também objeto de um inquérito do Ministério Público para apurar uso indevido de dinheiro público em favor do referido grupo.

Essa entidade usou a matéria no Estado com o intuito de achincalhar a minha pessoa. A questão da cidadania no nosso Estado é muito grave, porque se trata de uma luta desigual: são alguns com tudo, montando estruturas milionárias de comunicação para achincalhar, para aviltar os adversários.

Foi o que aconteceu agora nesse caso da publicação feita pelo jornal **Folha de S.Paulo**.

A Dr<sup>a</sup> Zenild, apontada como a fonte, que dizia que um assessor do Senador teria conversado com

ela sobre a questão de recebimento de precatório, no dia 5, fez esta nota em Mato Grosso:

Declaro para que cumpra os devidos e legais efeitos que nunca mantive contato algum com o Senador Carlos Bezerra, a quem admiro como homem público, Senador e ex-Governador do meu Estado, considerado de caráter ilibado, podendo afirmar que, com referência ao episódio ligado ao processo do espólio de Salim Felício, o mesmo nada teve de participação.

Por ser verdade, firmo a presente – assina com firma reconhecida a Dr<sup>a</sup> Zenild Antônia Coutinho.

Não conformada, no dia seguinte – ela ficou transformada com essa matéria –, enviou-me esta carta:

Li, perplexa, as acusações formuladas contra V. Ex<sup>a</sup>, por jornais, rádio e televisão, em relação ao deprimente fato de que V. Ex<sup>a</sup> teria exigido pagamentos indevidos para liberar créditos oriundos de precatórios junto ao DNER, que pertencem a clientes de meu escritório de advocacia.

Sabe V. Ex<sup>a</sup> que em momento algum mantivemos contato de qualquer natureza.

Lamento profundamente a maldade que experimentas e, talvez, saiba entender a pequenez humana dos que o acusam; todavia, o valor de V. Ex<sup>a</sup> como homem público, como cidadão e pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado, quer como Governador, quer como Senador, faz desmerecer tais acusações.

Reitero-lhe, como o fiz na declaração do dia 5 do corrente, o meu respeito, a minha admiração pelas suas qualidades éticas e morais, lamentando profundamente tal episódio. Que Deus, em Sua infinita bondade e com Seu amor sem limites, perdoe os seus detratores, iluminando-o, como sempre o fez, a continuar lutando em defesa dos interesses públicos e relevantes do nosso Estado.

Com apreço e respeito pessoal, subscrevo-me.

Zenild Antônia Coutinho  
OAB/MT 1894.

O jornal **Folha de S. Paulo** foi leviano e precipitado.

Sempre defendi a liberdade de imprensa. Agora mesmo um projeto meu foi aprovado – estamos lutan-

do para derrubar o veto –, no sentido de dar competência à Federação Nacional dos Jornalistas para deferir os registros dos jornalistas que hoje estão no Ministério do Trabalho.

Creio que aquilo é um escárnio contra o jornalista brasileiro. Eles têm que ter autonomia para dirigir a sua categoria, para dirigir a sua classe. Por isso apresentei um projeto que foi aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado. Estamos negociando com o Palácio para retirar o veto equivocado e para que o jornalista tenha autonomia. Sempre defendi a liberdade de imprensa, a autonomia da imprensa, mas não podemos tolerar o seu abuso.

Nesse caso específico, o jornal **Folha de S. Paulo**, que tanto admiro, abusou. Usou de expediente enganoso, violando inclusive o art. 307 do Código Penal. Usou de falso nome, de falso interesse; fez gravações para obter essa matéria, que não foi analisada profundamente para poder ser editada. Mesmo assim, foi editada, atingindo profundamente a mim e a outros Parlamentares de outros Estados, dos quais não cito o nome.

Srs. Senadores, considero esse fato uma levandade do órgão de imprensa que admiro, pelo seu passado, pela sua luta em favor das conquistas democráticas do Brasil. Sem dúvida nenhuma, trata-se de um dos jornais mais admiráveis do País – aliás, é o jornal de preferência da minha leitura; é o primeiro que leio todos os dias, pelo respeito que merece de mim.

Porém, nesse caso, o jornal exorbitou, precipitou. Creio que ele publicou matéria com fatos totalmente aleatórios, não comprovados. As matérias são de cunho altamente duvidoso.

Não sei, mas parece-me que o interesse político no momento é uma campanha orquestrada contra o meu Partido, o PMDB, em nível nacional, no sentido de atingi-lo. Mas estão equivocados, porque ninguém destrói ninguém. O nosso PMDB só pode ser destruído se errar, se não trabalhar de modo correto, de acordo com os interesses do povo brasileiro. E não é isso o que o partido está fazendo. O partido hoje tem unidade, graças a Deus! Pela primeira vez, ele tem comando e está demonstrado que tem personalidade. Não está dando apoio incondicional a ninguém; está procurando discutir construtivamente as questões nacionais e tem ajudado a mudar o rumo de muitas decisões do Governo Federal, inclusive ultimamente na questão da contribuição dos funcionários públicos. Naquela reunião de líderes, a participação do nosso partido foi fundamental para fazer com que

o Governo Federal mudasse a sua postura com relação ao assunto.

Portanto, trata-se de uma campanha orquestrada para fazer com que o PMDB seja visto como um partido fisiológico no País, para que pensem que todos nós, do PMDB, somos fisiológicos!

O que mais prezo na minha vida, Srs. Senadores, é a minha dignidade. Essa é a maior riqueza que tenho. Sou filho de um camponês pobre que educou nove filhos com sacrifício, mas os educou bem. Sou um homem que sofreu muito na vida, desde garoto, quando era líder estudantil. Fui preso, processado. Perdi a primeira filha na cadeia, sem poder dar-lhe assistência. Comi o pão que o diabo amassou. Mas nunca recuei dos meus princípios políticos, éticos e morais. Sou o mesmo homem que era quando tinha 16, 18 anos e lutava nas praças do Mato Grosso pelas reformas de base, pela democracia e pela justiça social no Brasil. Não mudei em nada a minha postura. Ela continua a mesma e, por isso, venho aqui com veemência repelir essa matéria e essas afirmações que não foram motivadas pela advogada Zenild Coutinho, mas sim por adversários políticos que tem como companhia e como inspiradores de seus atos a mesquinha, a maldade, a torpeza, a sordidez. Querem fazer desse episódio um fato capaz de destruir minha honra e reputação, quando ela foi calcada nos dias de cárcere e na luta incessante em defesa de uma nação que tenha como símbolo a justiça e a verdade.

Quero ainda, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fazer também uma alusão ao Ministro dos Transportes.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Senador Carlos Bezerra, peço desculpas por interromper V. Ex<sup>a</sup>, mas prorrogarei a Hora do Expediente para que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir o seu discurso, e a Casa, ouvir as comunicações dos oradores que estão inscritos para esse fim.

V. Ex<sup>a</sup> pode continuar.

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT)** – Ouvi o discurso do Senador Álvaro Dias sobre a BR-476, que tem um superfaturamento de 30%, e que havia solicitado informações do Ministério, que não lhe respondeu. Liguei para a assessoria do Ministro imediatamente, comunicando a gravidade da acusação, e me informaram que a licitação não foi concluída, o processo ainda não terminou e a tendência do Ministério é a de cancelar a licitação, caso tenha havido superfaturamento.

O trabalho que o Ministro Padilha está fazendo no Ministério é meritório. O que acontecia no Minis-

tério dos Transportes? O DNER recebia o recurso diretamente e fazia com ele o que bem entendia. Isso acabou, pois centralizou-se a operação e o Ministro passou a comandar o recurso, de modo aberto e público. O DNER executava as obras de calamidade pública sem licitação e fazia o pagamento diretamente, sem o conhecimento do Ministro, muitas vezes. S. Ex<sup>a</sup> acabou com isso.

Como forma de se dar transparência ao Ministério, quero citar a criação da Agência Nacional de Transportes, uma medida fundamental que está, desde setembro, no Congresso, e que é uma forma de modernizar o DNER e acabar com aquela celeuma toda, aquelas desconfiças que existem no órgão. Além disso, temos que reconhecer, também, que S. Ex<sup>a</sup> acabou com as obras emergenciais do DNER, que eram objeto de especulação e de dúvida. A partir da sua administração, não houve mais obra emergencial, uma prova da seriedade e ilibação com que é conduzido o Ministério.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Apenas quero concordar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que o Ministro Eli-seu tem contrariado muitos interesses e tem sido rápido, inclusive, na punição de todos os desvios. Portanto, é injustiça fazer-se uma acusação sem se ter a sua comprovação, como V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer, já que sequer a concorrência está concluída. Se assim é, não pode haver, de maneira alguma, a afirmação, já, de que ela está superfaturada.

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT)** – Exatamente, e a questão mais importante de todas: o Brasil sofre do grande problema do rodoviarismo. Desde as décadas de 50 e 60, este País vem caminhando por um erro clamoroso, que é a questão do rodoviarismo. O primeiro Presidente a querer mudar isso foi José Sarney, que começou a fazer as ferrovias e a falar nas hidrovias. No entanto, apesar de ter sido incipiente a sua ação, S. Ex<sup>a</sup> começou e deu o primeiro passo.

O atual Governo assumiu, como bandeira, a questão do intermodal, de mudar a questão do transporte no Brasil. Tivemos muitos Ministros que trabalharam essa questão no Ministério, mas ne-

nhum deles trabalhou como vem fazendo o Ministro Eliseu Padilha. Eu tenho acompanhado o seu trabalho e fico feliz com isso, porque vejo a realidade do País modificar-se. Temos uma ferrovia, em Mato Grosso, sonhada por nós, e ela está saindo graças ao apoio do Governo Federal e do Ministério dos Transportes. Temos as hidrovias, o grande sonho nosso, que não são um problema só do Centro-Oeste e do Norte, mas do Brasil. Se quiser se viabilizar como Nação economicamente independente, se quiser ter condição de competição, o Brasil tem que viabilizar isso, e essas hidrovias, hoje, estão, de fato, sendo viabilizadas. O Ministro Eliseu Padilha, nesse sentido, merece todos os elogios possíveis, porque S. Ex<sup>a</sup> é o líder disso. Além do Presidente da República, S. Ex<sup>a</sup> comanda isso, quer fazer; sentem-se a sua vontade, o seu desejo, o seu patriotismo de realizar essas obras de fundamental importância para o País. Portanto, eu considero isso mesquinhas.

Já ouvi de Parlamentar que o Ministério usou todo o recurso só para pagar precatório. Ora, o Ministério já investiu mais de 50% de seus recursos – mais de 1 bilhão – em obras, em estradas que estão sendo construídas, que estão sendo restauradas, em todo o Brasil, enquanto pagou cerca de 90 milhões em precatórios.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu acho que, no fundo de tudo isso, há uma questão de interesse político. Aliás, a imprensa deixa claro que há gente trabalhando para tirar o PMDB do Governo. Vejo matérias publicadas diariamente nos jornais que querem que o nosso Partido saia da base do Governo.

Esse é um pensamento dos mais tolos, de gente despreparada politicamente. Se, contando com o PMDB, esse Governo já está com enorme dificuldade, imaginem, sem esse apoio, onde vai parar: com o PMDB todo na Oposição, porque o PMDB, hoje, não vai para a Oposição pela metade, dividido. Não está dividido, não. Se o PMDB sair do Governo, não vai sair um pedaço seu, vai sair o Partido todo, porque o Partido sai unido, e vamos ver como vai ficar a governabilidade deste País. Vamos ver se aquela meia dúzia do PSDB – porque é meia dúzia, não é a maioria do PSDB, é bom que se registre – garante a governabilidade para o Presidente da República e para que o País consiga fazer o programa que o Presidente tem para executar.

**O Sr. Álvaro Dias (PSDB – PR)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT)** – Pois não. Com prazer.

**O Sr. Álvaro Dias (PSDB – PR)** – Senador, embora não tenha tido oportunidade de ouvi-lo desde o início – ouvi apenas a parte final, que diz respeito à participação do PMDB no Governo –, e como antecedi V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, abordando a questão do Ministério dos Transportes, quero-lhe dizer que minha preocupação é com o dinheiro público. Não tenho preocupação com a participação do PMDB no Governo; aliás, não tenho motivo para me preocupar com isso, até porque já anunciei, nesta Casa, uma postura de independência em relação ao Governo Federal, embora seja integrante do PSDB. A nossa preocupação é exatamente como se gasta o dinheiro público neste País. Um Ministro tem a responsabilidade constitucional de responder em trinta dias requerimento de informações e o Ministro foi omissos e cometeu crime de responsabilidade. Esta é a minha questão, colocada à Mesa do Senado. No entanto, no meu discurso eu não só apresentava cobranças, mas a análise da denúncia de que estão cobrando propina para o pagamento de precatórios; trouxe sugestão, com um projeto de lei que amplia o prazo para ação rescisória, já que, sem dúvida, o País tem jogado pelas janelas da improbidade administrativa milhões de dólares no pagamento de precatórios indevidamente, e, mais, fiz um apelo ao Presidente da República no sentido de que revogue o decreto que assinou, permitindo acordos judiciais para pagamento de precatórios. Um País que tem uma cultura administrativa como a nossa, que tem assistido a tantas denúncias, no que diz respeito a precatórios, que motivaram inclusive uma CPI, não pode continuar permitindo acordos judiciais para pagamento de precatórios. O Estado tem que demandar até a última instância e cumprir, depois, a determinação legal. Esse foi o objetivo do nosso discurso. Não estou nem um pouco preocupado com a questão de base do Governo, se o PMDB participa ou não, não é uma questão que me cabe. Respeitosamente fiz esse aparte a V. Ex<sup>a</sup> para deixar esta questão bem esclarecida.

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT)** – Senador, essa preocupação com o dinheiro público não é só de V. Ex<sup>a</sup>, penso seja de todos nossos Pares. Inclusive, na Comissão de Assuntos Econômicos, tenho sido voto isolado com relação a isso. Tenho votado contra a orientação do meu Partido e contra a orientação do Governo no que diz respeito ao endividamento público. Tenho sido voto em separado inclusive, porque penso que essa questão é

grave e séria, e nós devemos levá-la com o devido respeito que ela merece.

Com relação ao requerimento pedindo informação, o qual o Ministro não o respondeu no prazo legal, só tenho a lamentar. S. Ex<sup>a</sup> deveria tê-lo respondido. Concorro com V. Ex<sup>a</sup>. Com relação à acusação, — repito —, relativa à BR-476, a licitação sequer foi concluída. Não existe nenhum contrato para a execução desta obra. Esta informação passada ao Plenário desta Casa, da tribuna do Senado, é incorreta.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para concluir, estou assinando um requerimento à Corregedoria do Senado e à nossa Procuradoria pedindo providências legais e cabíveis, tanto com relação ao jornal **Folha de S.Paulo**, quanto ao grupo Gazeta de Comunicações de Mato Grosso — representado por um jornal limitado a meias notícias e meias verdades, uma televisão de linha populesca e duas rádios que agem com absoluta falta de ética. Gostaria que a Procuradoria do Senado atue no caso e apure toda responsabilidade, tanto de um quanto de outro órgão, e também assegure o direito de resposta a que temos direito.

Era esse o nosso pronunciamento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR CARLOS BEZERRA EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*Precatórios Senador do PMDB é citado em gravação como elo para intermediação de liberação de verbas.*

**PARLAMENTARES TAMBÉM  
AGEM NO DNER**

Mônica Bergamo  
da Reportagem Local

As gravações reveladas pela Folha no último domingo mostram que, além de escritórios de lobby que cobram até 25% de propina para liberar pagamentos no DNER, também parlamentares tentam o "serviço" de acelerar a tramitação de processos dentro do órgão.

A Folha manteve conversas gravadas com pessoas que são donas de precatórios (dívidas que a Justiça manda pagar), com seus advogados e com lobistas. A reportagem se apresentou como a titular de um precatório interessada em receber do DNER.

Numa das conversas, o senador Carlos Bezerra (PMDB — MT) foi citado como parlamentar que, por meio de "representantes", pede parte do valor do precatório para ajudar a liberar o pagamento ao órgão. O senador nega.

Em outra conversa, o advogado Mauro Gonçalves, representante de Bárbara Swirski, que ainda não recebeu o precatório do DNER, contou que também foi assediado. Gonçalves diz que foi procurado por um parlamentar de São Paulo que "quis, naturalmente, chamar para ele um pagamento extraordinário".

em outro trecho, Gonçalves diz: "Acho que era do PMDB, sim(...). Queriam uma caixinha. Mas eu não permiti isso", disse. "Existe falcatura de políticos que querem botar a mão".

O lobista João Luiz da Fonseca, que recebeu A Folha em seu escritório, em Brasília, alertou que, assim que o processo começa a andar no DNER, ele fica registrado no Siasi, o Sistema Integrado de Administração Financeira. O sistema é acessado por computador pelos parlamentares.

Segundo Fonseca, é só o processo aparecer no computador que os parlamentares começam a se mexer. "Aí começa o parlamentar a dizer que ele resolve(...). Aí ele começa a ligar, dizendo que sem a ajuda dele não sai, entendeu?"

Foi o que aconteceu com seu cliente, Edio Felício, de Mato Grosso do Sul, para quem Fonseca conseguiu liberar um precatório de R\$6,1 milhões. Segundo Fonseca, o cliente foi "assediado por um assessor de senador".

A Folha conversou com Edio Felício. Ao ser perguntado se era conveniente procurar a ajuda de um parlamentar para acelerar a tramitação do pagamento do precatório, ele disse:

"Vão pedir 50%. Eu tentei com um deputado de Mato Grosso do Sul, tentamos com o \_ aquele que foi governador lá do Mato Grosso \_ o Bezerra, Carlos Bezerra, enfim... foi uma porção de políticos conhecidos da gente, mas de cara, se não abrir mão de metade \_ para eles, hein! \_ eles nem começam a se movimentar".

A Folha insistiu:

"O Carlos Bezerra pede a metade?"

A resposta:

"É."

Em outro momento, Felício esclareceu: "Olha, não foi diretamente para mim". Segundo ele, os políticos de Mato Grosso trataram com a "doutora", sua advogada, Zenild Coutinho, que vive em Cuiabá. A reportagem conversou com a advogada. Ela repetiu a história contada por seu cliente sobre o senador Bezerra: "Não é ele que vem, vem o representante, que a gente sabe que são, que trabalham com ele, né? Eles queriam 50%".

O senador nega. "Coutinho é uma família grande do Mato Grosso, mas não conheço essa advogada", diz ele.

O senador conta que já foi procurado por pessoas que pediram sua ajuda para acelerar a liberação de precatórios no DNER, mas diz que nunca encaminhou os pedidos ao órgão.

O senador também diz duvidar que algum assessor de seu gabinete tenha tomado a iniciativa de negociar com precatórios por conta própria. "Meus assessores ficam em Brasília e não tratam de nada isoladamente", afirma.

Bezerra diz que pode estar sendo vítima de um acontecimento comum na vida de políticos: pessoas que falam em seu

nome sem autorização. "Político, você sabe como é, né? Todos são vítimas disso. Muita gente fala em nome dos políticos.

#### DECLARAÇÃO

Declaro para que cumpra os devidos e legais efeitos, que nunca mantive contato algum com o senador Carlos Bezerra, Quem admiro como homem público, senador e ex-governador do meu Estado, Considerando de caráter ilibado, podendo afirmar que com referência ao episódio ligado ao processo do espólio de Salim Felício o mesmo nada teve de participação.

Por ser verdade, afirmo a presente

Cuiabá 5 de novembro de 1999. – Zenild Antonia Coutinho, Advogada OAB-MT 1894.

Cuiabá, 6 de novembro de 1999

Senador Carlos Bezerra

Li, perplexa, as acusações formuladas contra V. Exª, por jornais, rádio e televisão em relação ao deprimente fato de que V. Exª teria exigido pagamentos indevidos para liberar créditos oriundos de precatórios junto ao DNER, cujos créditos pertencem a clientes do meu escritório de advocacia.

Sabe V. Exª que em momento algum mantivemos contato de qualquer natureza.

Lamento profundamente a maldade que experimentas e, talvez, saiba entender a pequenez humana dos que o acusam; todavia, o valor de V. Exª, como homem público, como cidadão e pelos relevantes serviços prestados ao nosso estado, quer como Governador, quer hoje como Senador, fazem desmerecer tais acusações.

Reitero-lhe como o fiz na declaração do dia 5 do corrente, o meu respeito a minha admiração pelas suas qualidades éticas e morais, lamentando profundamente tal episódio.

Que Deus em sua infinita bondade e com seu amor, sem limites perdoe os seus detratores, iluminando-o como sempre o fez, a continuar lutando em defesa dos interesses públicos e relevantes do nosso Estado.

Com apreço e respeito pessoal, subscrevo-me – Zenild Antonia Coutinho – OAB/MT 1894

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em relação a notícia divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo, edição do dia 4-11-99 e republicada pelo jornal A Gazeta, do dia 5 último, afirmando que teríamos intermediado a liberação de créditos representados por precatórios junto ao DNER e que eventuais assessores de meu gabinete teriam mantido contatos nesse sentido com a advogada Zenild Antonia Coutinho, vimos esclarecer o seguinte:

1º – Em nenhum momento mantive contatos pessoais ou telefônicos com a ilustre advogada propondo a liberar créditos oriundos de precatórios, mediante pagamento de qualquer natureza e, tão pouco assessores de meu gabinete mantiveram contatos dessa natureza com a respectiva profissional;

2º – A advogada Zenild Antonia Coutinho, constatando que as acusações, levianas e infundadas, motivadas unicamente por

espírito de vingança política de adversários contumazes do Estado, nos enviou declaração que transcrevemos por entendê-la necessária e oportuna:

"Declaro para que cumpra os devidos e legais efeitos, que nunca mantive contato algum com o senador Carlos Bezerra, quem admiro como homem público, Senador e ex-governador do meu Estado, considerado de caráter ilibado podendo afirmar que com referência ao episódio ligado ao processo do espólio de Salim Felício o mesmo nada teve de participação. Por ser verdade, firmo a presente. Cuiabá/MT, 5 de novembro de 1999. – Zenild Antonia Coutinho – OAB/MT-1894".

3º – A nota, por si só, desmente as levianas assacadiilhas e acusações formuladas contra o meu comportamento ético, contra a minha postura absolutamente transparente do Senado Federal, além de demonstrar que os nossos adversários, em sua insanidade política, usando-se para tal, do Grupo Gazeta de Comunicação, sustentam além das inverdades, fatos que por si só constituem crimes de calúnia, injúria e difamação.

4º – Em relação ao artigo da Folha de S.Paulo e as acusações do Grupo Gazeta de Comunicação estamos, com absoluta serenidade, exigindo direito de respostas a ser usada no mesmo espaço com que fomos acusados e ao mesmo tempo, estamos propondo como nos faculta a Lei, Ação Penal Privada contra os nossos ofensores para que o Poder Judiciário, pronunciando-se possa apená-los pelos crimes reiterados cometidos contra a nossa honra objetiva e subjetiva.

5º – Por último, não nos desequilibra as acusações infundadas, pois o nosso passado de homem Público e a nossa serena atuação como Senador da República por Mato Grosso, faz com que os nossos concidadãos possam aquilatar o nosso comportamento como homem Público, lamentando, apenas, que o Grupo Gazeta de Comunicação, sirva como instrumento mesquinho de vingança pessoal, esquecendo-se de sua nobre e alta função de informar com imparcialidade.

Brasília/DF, 6 de novembro de 1999. – Carlos Gomes Bezerra.

#### AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

10-11-99

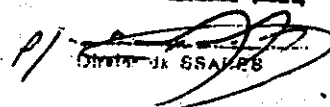
Quarta-feira

11h – Sessão Solene em comemoração ao sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa  
Plenário do Senado Federal

15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PÚBLIQUE-SE

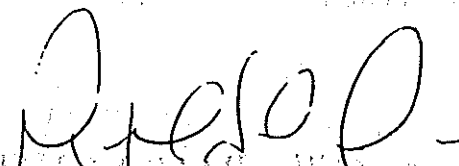
Em 10/11/99

PJ   
Diretor de SSM/RS**ATOS DO DIRETOR-GERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 2.290, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016661/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ IZIDIO DE SOUSA, matrícula 2608, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 26 de outubro de 1999.

Senado Federal, 10 de novembro de 1999

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE  
EM 10/11/99  
P/ [assinatura]  
Diretor de ASAPS

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 2.291, DE 1999**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17408/99-7,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MEIRE HELEN DE LIMA CORDEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em

10 de Novembro de 1999.

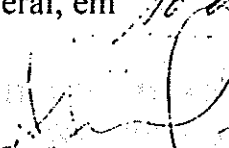
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

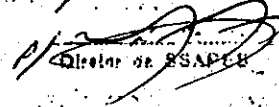
Ato nº 524/98, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o servidor **JOSÉ DE ALENCAR DA MATA**.

### APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir os arts. 2º e 3º da Resolução SF nº 74, de 1994.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1999

  
Agaciel da Silva Maia  
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE  
10.11.99  
  
Diretor de SSAPCB

## TERMO DE PERMISSÃO DE USO

*Publique-se*  
*Assinatura*  
Agaciel da Silva Maia  
Diretor Geral  
Senado Federal

Termo de Permissão de Uso que entre si fazem o Distrito Federal e a Câmara dos Deputados, na forma abaixo:

O Distrito Federal, doravante denominado apenas PERMITENTE, neste ato representado pelo senhor Secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires Cavalcante, brasileiro, casado, deputado distrital, RG nº 339.025 SSP/DF, CPF nº 067.319.701-82, residente nesta Capital, e a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, empresa pública, vinculada à Secretaria de Assuntos Fundiários pelo Decreto nº 20.035/99, com sede no

Setor de Áreas Municipais, Bloco "F", Edifício TERRACAP, nesta Capital, inscrita no CGC/MF sob o n.º 00.359.877/0001-73, representada por seu Presidente, Alexandre Gonçalves, brasileiro, casado, RG n.º 23.475 OAB/MG, CPF n.º 041.582.706-00, residente nesta Capital, de um lado, e, de outro lado, a Câmara dos Deputados, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CGC sob n.º 00.530.352/0001-59, doravante denominada apenas PERMISSONÁRIA, neste ato representada por seu DIRETOR-GERAL, Ademar Silveira Sabino, brasileiro, casado, portador da RG n.º 68.516-SSP/DF, e do CPF n.º 010.948.151-87, residente nesta Capital, e pelo que consta do processo n.º 030.005.048/99, resolvem firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **I- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Neste ato, e por este instrumento, o PROMITENTE faculta à PROMISSONÁRIA o uso de uma área de 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), localizada no Imóvel "Brejo ou Torto", situado entre a EPCT, EPPR, balão do Colorado e Academia Nacional de Polícia Federal, de acordo com o MEMORIAL DESCRITIVO DE fls.11(onze), o qual passa a fazer parte integrante do presente Termo independentemente de transcrição.

#### **II- CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO**

A área objeto do presente termo destina-se exclusivamente à utilização por parte da PERMISSONÁRIA, para a instalação das antenas e transmissores das Televisões e das rádios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo primeiro – É defeso à PERMISSIONÁRIA dar destinação diferente da prevista no objeto, bem como ceder ou emprestar, a qualquer título, os equipamentos instalados na área, sem autorização do PROMITENTE.

Parágrafo segundo – O desvio da finalidade prevista no CAPUT desta cláusula ensejará a retomada do imóvel pelo PERMITENTE independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

### **III- CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA REMUNERAÇÃO**

A presente PERMISSÃO DE USO é pelo prazo de 10(dez) anos contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Distrito, a título gratuito.

### **IV- CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

O PERMITENTE entrega ao PERMISSIONÁRIO, no ato da assinatura deste TERMO, o imóvel objeto da presente Permissão livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

### **V- CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS**

A PERMISSIONÁRIA responderá por todos os encargos cívís, administrativos e tributários que venham a incidir sobre a área, bem como por todas as despesas com abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, enquanto vigor o presente instrumento.

## **VI- CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO**

Caso haja interesse da PERMISSIONÁRIA em prorrogar o presente TERMO, deverá esta encaminhar, com antecedência mínima de 90(noventa) dias, ao PERMISSIONÁRIO, o pedido de prorrogação devidamente justificado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação poderá ser por igual período, e far-se-á mediante termo aditivo.

## **VII- CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO**

Finda a presente outorga, a PERMISSIONÁRIA restituirá o imóvel nas condições em que o recebeu, livre e desembaraçado, não lhe cabendo reivindicar indenizações ou pagamentos, seja a que título, do PERMISSIONÁRIO.

## **VIII- CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

A PERMISSÃO ora outorgada extinguir-se-á caso ocorra a infringência de quaisquer das cláusulas ou condições do presente TERMO, ou, ainda, nas hipóteses de renúncia, acordo ou sentença.

**IX- CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente TERMO deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal às expensas da Secretaria de Assuntos Fundiários.


**X- CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

É eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir quaisquer controvérsias ou dúvidas relativas ao presente TERMO, que porventura venham a existir.


E, por estarem assim justos e de acordo, assinam o presente em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília,


de 1999



Odilon Aires Cavalcante  
Secretário de Assuntos Fundiários

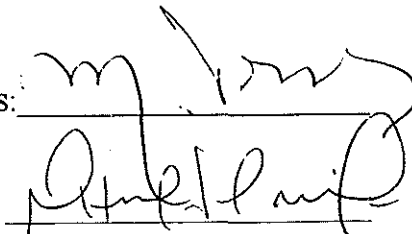


Adelmar Silveira Sabino  
Diretor-Geral da Câmara dos Deputados



Alexandre Gonçalves  
Presidente da TERRAÇAP

Testemunhas:



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
( Eleito em 30-6-1999)

**Presidente : (Vago)**  
**Vice-Presidente: (Vago)**

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

**PFL**

1. Geraldo Althoffl.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

**Bloco de Oposição**

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

**Membro Nato**  
**Romeu Tuma (Corregedor)**

*Handwritten signature*  
**30/6/99**



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E  
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)  
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)  
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

**Secretários:**

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

**COMISSÕES PERMANENTES**  
(Arts. 72 e 77 RISF)

<b>1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE</b>					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
<b>PMDB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
<b>PFL</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BÖRNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
<b>PSDB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
<b>(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
<b>PPB</b>					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas  
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho  
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa  
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55  
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em 20/10/1999

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (*)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (\*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários  
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 20/10/1999

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE**  
**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES**  
**RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

	<b>PMDB</b>	
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO		DF-4064/65
	<b>PFL</b>	
GERALDO ALTHOFF		SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES		SE-4055/57
	<b>PSDB</b>	
OSMAR DIAS		PR-2121/25
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)		
HELOÍSA HELENA (PT)		AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)		AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)		RS-2331/37

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ**  
**SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608**  
**FAX: 311-3652**  
**E-MAIL: jrac@senado.gov.br**  
**REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO**

**VICE-PRESIDENTE:**

<b>PMDB</b>	
<b>LUIZ ESTEVÃO</b>	<b>DF-4064/65</b>
<b>MARLUCE PINTO</b>	<b>RR-1301/4062</b>
<b>PPB</b>	
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>	<b>MS-1128/1228</b>
<b>DJALMA BESSA</b>	<b>BA-2211/17</b>

<b>PSDB</b>	
<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>	<b>MT-1248/1348</b>

<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)</b>	
<b>SEBASTIÃO ROCHA</b>	<b>AP-2241/47</b>

<b>PPB</b>	
<b>LEOMAR QUINTANILHA</b>	<b>TO-2071/77</b>

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ**  
**SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608**  
**FAX: 311-3652**  
**E-MAIL: jracc@senado.gov.br**  
**REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999**

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ						
Presidente: JOSÉ AGRIPINO						
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET						
(23 titulares e 23 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2281/2297	
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467	
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157	
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4084/4085	
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4021	
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO			
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213	
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072	
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243	
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	
(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (\*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: [altairg@senado.gov.br](mailto:altairg@senado.gov.br)

Atualizada em 05/10/1999

## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

**Presidente: FREITAS NETO**  
**Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO**  
 ( 27 titulares e 27 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (\*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários  
 Horário regimental. Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em 20/10/1999

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:  
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO  
GERSON CAMATA  
PEDRO SIMON

PMDB  
RO-3130/32  
ES-3203/04  
RS-3230/32

DJALMA BESSA  
ROMEU TUMA

PFL  
BA-2211/17  
SP-2051/57

ÁLVARO DIAS  
ARTUR DA TÁVOLA (1)

PSDB  
PR-3206/07  
RJ-2431/37

(\*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

GERALDO CÂNDIDO - PT  
EMÍLIA FERNANDES - PDT

RJ-2171/77  
RS-2331/37

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julloric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 17/8/1999

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA**  
**RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA**  
**(06 TITULARES)**

**TITULARES**

		<b>PMDB</b>
<b>JOSÉ FOÇAÇA</b>	<b>RS- 1207/1607</b>	
<b>MAGUITO VILELA</b>	<b>GO- 3149/50</b>	
		<b>PFL</b>
<b>FRANCELINO PEREIRA</b>	<b>MG- 2414/17</b>	
		<b>PSDB</b>
<b>TEOTÔNIO VILELA</b>	<b>AL- 4093/95</b>	
<b>(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)</b>		
<b>ROBERTO SATURNINO - PSB</b>	<b>RJ- 4229/30</b>	
		<b>PPB</b>
<b>LUIZ OTÁVIO</b>	<b>PA-3050/4393</b>	

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

**REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS**  
**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**  
**FAX: 311-3121**  
**E-MAIL: juliorlc@senado.gov.br**

**SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**ATUALIZADA EM: 29/06/99**

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE						
Presidente: JOSÉ SARNEY						
Vice-Presidente: CARLOS WILSON						
(19 titulares e 19 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3.	EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (\*)  
 Secretário: Marcos Santos Parente Filho  
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa  
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367  
 Fax: 311-3546

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.  
 Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Atualizada em 05/10/1999

## 6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (\*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :20/10/1999

## 7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ  
Vice-Presidente: ROMEU TUMA  
(17 titulares e 9 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (1)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (\*)  
Secretário: José Francisco B. Carvalho  
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho  
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254  
Fax: 311-1060

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em: 05/10/1999

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
(Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

**MESA DIRETORA**

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

**MEMBROS TITULARES    MEMBROS SUPLENTES**

**SENADORES**

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PMDB</b>									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
<b>PFL</b>									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
<b>PSDB</b>									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
<b>PT/PSB/PDT/PPS</b>									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

**LEGENDA:**

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 6219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

**LEGENDA:**

\* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

 e mail - [marcosul@abordo.com.br](mailto:marcosul@abordo.com.br)

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Conheça algumas de nossas publicações



**Catálogo da Exposição de História do Brasil** – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00

**Clodomir Cardoso** – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado  
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



**O Projeto do Código Civil no Senado Federal** – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: [www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Conheça algumas de nossas publicações



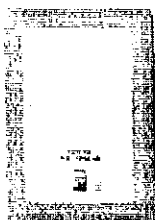
**O Livro da Profecia** – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

**De Profecia e Inquisição** – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



**Da Propaganda à Presidência** – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: [www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO  
FEDERAL



SECRETARIA  
ESPECIAL  
DE EDITORAÇÃO  
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS